

# Revisão da lei da greve põe Democracia em perigo

**Jornada de luta convocada pela CGTP para dia 14**

• «O Projecto do PSD não é um "mal menor"»  
— artigo de Jerónimo de Sousa  
Págs. 3, 4 e 5



## Álvaro Cunhal em Aveiro

As decisões e medidas do Governo contra a democracia política fazem parte de um plano feito e calculado de profunda alteração do regime democrático

Págs. 16, 17 e 18

# É urgente criar o museu da República e da Resistência

— reunião antifascista lança apelo

Pág. 19



Isabel de Castro de «Os Verdes» fala ao «Avante!» sobre a

## «Cimeira da Terra»

Pág. 12 e 13

## Sorteio da EP

(o segredo é comprá-la já...)

Pág. 26 e 27

## ISSN

O Centro Nacional ISDS atribuiu ao «Avante!» o ISSN 0870-1865.

O ISSN (Número Internacional Normalizado das publicações em série) é um código de identificação que pode ser utilizado sempre que uma informação relativa a uma publicação em série deva ser registada ou transmitida tendo como única função a identificação sem ambiguidades de um título de publicação em série. A sua utilização destina-se essencialmente ao funcionamento de bibliotecas e arquivos, depósitos legal e serviços postais e eventuais tratamento informático e fixação de códigos de barras.

De acordo com as práticas internacionais, o ISSN do «Avante!» passa a figurar no seu cabeçalho

# Estagnação, autoritarismo e resistência



Álvaro Cunhal condenou em Espinho os projectos de revisão da lei da greve

## RESUMO

1

### Quarta-feira

No último dia da presidência portuguesa da Comunidade, são aprovados os 50 regulamentos da reforma da Política Agrícola Comum ■ Ramos Horta, do Conselho Nacional da Resistência Maubere, critica a presidência portuguesa da Comunidade Europeia pelo silêncio sobre a situação em Timor-Leste ■ O Tribunal Administrativo de Lisboa condena o Estado português no chamado «processo Jorge Jardim» ■ O ANC anuncia na África do Sul que não irá boicotar a presença do país nos Jogos Olímpicos de Barcelona ■ No Brasil o presidente Collor de Melo faz uma declaração ao país dizendo-se inocente das recentes acusações de corrupção e afirmando-se disposto a continuar no Poder até ao final do seu mandato.

2

### Quinta-feira

A Assembleia da República discute dois projectos sobre os baldios entregues pelo PS e PSD na presença de agricultores que pela 16ª vez têm de defender os seus direitos perante a tentativa de retirar os baldios aos povos serranos ■ O PCP entrega no Parlamento um projecto de revisão constitucional no sentido de possibilitar a utilização do referendo em matéria de tratados de âmbito comunitário ■ O Tribunal Constitucional declara inconstitucional o projecto do Governo de fixação do mandato do Procurador-Geral da República ■ A Bolsa do Porto abre um inquérito sobre práticas fraudulentas de manipulação de cotações ■ O presidente sul-africano, De Klerk, ameaça o ANC de tomar medidas caso não cessem os protestos registados na sequência do massacre de Boipatong. De Klerk diz que se trata de uma «estratégia» para prejudicar as negociações na Codesa II ■ Ali Kafi é nomeado pelo Alto Comité de Estado sucessor do anterior presidente argelino, Mohamed Budiaf, recentemente assassinado.

3

### Sexta-feira

Os trabalhadores aduaneiros anunciam para a semana uma nova fase de greves, depois de três horas de reunião infrutífera com o Governo ■ Cavaco Silva vai ao Parlamento defender o balanço político da presidência portuguesa da CEE ■ O grupo parlamentar do PCP apresenta na AR propostas de alteração ao projecto de reestruturação das Forças Armadas ■ Os deputados eslovacos boicotam a reeleição do presidente Vaclav Havel no âmbito da estratégia de separação dos checos ■ Um comunicado da Frente Islâmica de Salvação (FIS) exige «eleições ou guerra» ao novo presidente argelino.

4

### Sábado

A CGTP anuncia ter comunicado à Comissão Parlamentar de Trabalho que não irá participar na reunião para que foi convocada para discutir os projectos de modificação da Lei da greve juntamente com os representantes patronais ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, visita localidades da região norte do País e critica os projectos de reformulação da lei da greve: «se a nova lei fosse aprovada os trabalhadores deixariam de fazer greve», afirma ■ Aviões do Ocidente chegam a Sarajevo com ajuda humanitária depois da ONU ter conseguido assegurar o controlo do aeroporto.

5

### Domingo

Um fogo de grandes proporções na zona da Lagoa de Albufeira é combatido desde sábado pelos bombeiros. Suspeita-se de crime ■ A França tem a sua vida económica paralisada desde que os camionistas desencadearam um processo de cortes de estrada devido ao novo código automóvel que prevê a retirada das cartas de condução após seis infracções cometidas. Por outro lado os agricultores franceses cortam igualmente estradas e vias férreas em protesto contra a nova PAC ■ É anunciado que um congresso na clandestinidade do PCUS, realizado no sábado, expulsa Mikhail Gorbachev das suas fileiras.

6

### Segunda-feira

Os trabalhadores aduaneiros regressam à greve com adesões a 100 por cento ■ Reunem as direcções da CGTP e do PCP que consideram os projectos do CDS e PSD já divulgados de «autênticas leis anti-greve» ■ Pela primeira vez desde a separação da Irlanda iniciam-se conversações directas entre os dois principais partidos do Ulster ■ A esposa do presidente francês, Danielle Miterrand, escapa a um atentado quando fazia uma visita ao curdistão iraquiano.

7

### Terça-feira

PSD e CDS aprovam o diploma anteriormente vetado pelo presidente da República sobre redução de efectivos militares ■ Os sete países mais industrializados do mundo concluem uma reunião em Tóquio. Apoios a Boris Ieltsin e um ultimato à Sérvia são algumas das conclusões ■ A UGT secunda a posição da CGTP e recusa-se a participar na reunião com o patronato e a Comissão Parlamentar de Trabalho ■ Prossegue na União Soviética o processo sobre a constitucionalidade dos decretos de Boris Ieltsin que extinguiram o PCUS e o PCR.

# E

stagnação, autoritarismo e resistência são três palavras-chave para abordar a presente situação política, económica e social do país. Através delas põem-se em evidência o marasmo económico que se acentua, as crescentes tentativas da governação do PSD para silenciar a oposição e as vozes discordantes, a luta determinada contra esta situação, com destaque para a acção dos trabalhadores e a actividade do PCP.

Uma situação económica muito próxima da estagnação é o que revelam os principais indicadores económicos relativos a 1991 e os que se vão conhecendo em relação ao ano corrente.

O Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística podem continuar a disputar sobre qual foi o verdadeiro índice de crescimento no ano transacto (2,5 ou 2 por cento respectivamente), o que não podem é negar uma profundíssima desaceleração em relação aos anos anteriores, da ordem dos 50 por cento. No que se refere ao investimento, a desaceleração foi ainda mais acentuada passando de 10 por cento para 2,7 ou 2,8 por cento.

São números preocupantes, e ainda mais, quando se sabe que sem o quadro comunitário de apoio o crescimento seria nulo.

Não é com este andar que Portugal alcança o pelotão da frente dos países comunitários, objectivo que o cavaquismo arvorou em tema central da sua propaganda.

Os sintomas de estagnação são confirmados pela generalidade dos inquéritos da conjuntura e manifestam-se na indústria, na agricultura e nos serviços, excluída a banca. Até o turismo apresenta graves índices de crise, como foi assinalado em Conferência de Imprensa, no passado dia 7, do respectivo departamento do PCP.

Neste quadro, constitui um verdadeiro balde de água fria para as expectativas da generalidade dos empresários a declaração do ministro Braga de Macedo de que não haveria baixa das taxas de juro. Gravemente lesivas da economia nacional, as altas taxas de juro constituem um verdadeiro maná para a especulação, especialmente para os especuladores estrangeiros.

Não tendo melhor a que se agarrar, Cavaco Silva enalteceu, numa recente entrevista, o comportamento das exportações que aumentaram em volume, mas há quem pense, no entanto, que o futuro mostrará que esse aumento significa mais doença do que saúde da economia portuguesa.

Sobre o que não pode haver dúvidas é que o Governo do PSD vai continuar a insistir, para enfrentar estas dificuldades, na política de agravamento da situação dos trabalhadores.

Voltam a ouvir-se os clamores do capital e de instituições oficiais, incluindo o Banco de Portugal, contra os aumentos de salários (parece que os trabalhadores estão todos ricos!).

Estão em marcha despedimentos colectivos em várias empresas e o Governo prepara-se para usar com maior força a arma dos despedimentos. É o próprio Cavaco Silva quem o revela, na referida entrevista, ao afirmar: «Não

será nenhum drama» (para ele, claro!) se o desemprego «subir um ponto percentual ou mesmo dois».

# O

autoritarismo cavaquista está estreitamente ligado à estratégia da restauração monopolista e ao processo de privatizações como seu esteio principal.

A estagnação e as dificuldades que se fazem sentir na economia portuguesa não são separáveis das distorções e perturbações introduzidas pela estratégia monopolista.

Mas o autoritarismo responde às dificuldades com o seu próprio recrudescimento e adoptando novas

**A actuação do PSD sob a batuta de Cavaco Silva, no plano governativo, na Assembleia e no aparelho de Estado, configura cada vez mais claramente, um projecto político autoritário que visa fazer do Governo o órgão de soberania dominante, do Primeiro-Ministro a principal figura do regime e do PSD o partido único de poder.**

**iniciativas e dispositivos para reduzir e paralisar as oposições e silenciar o mais possível as opiniões discordantes.**

Inscvem-se neste recrudescimento: a operação em curso na Assembleia da República para a revisão da lei da greve, incluindo tão grandes limitações que o direito à greve ficaria praticamente esvaziado; a chamada reforma do Parlamento, compreendendo uma nova redução da intervenção política e da competência fiscalizadora da Assembleia e abrindo novas possibilidades de intervenção ao Governo; o novo projecto de lei do PSD sobre o Segredo de Estado, limitando a liberdade de informação e visando eliminar dispositivos de fiscalização da acção governativa; a campanha a favor da alteração de todas as leis eleitorais para facilitar a obtenção de maiorias pelo PSD; a própria guerrilha que o Governo e o PSD movem ao Presidente da República sempre que este faz uso das suas competências constitucionais, designadamente através do veto e da averiguação de constitucionalidade em relação à legislação do Governo e à imposta pelo PSD na Assembleia da República.

Tais são alguns aspectos especialmente graves, mas apenas os mais recentes do que Álvaro Cunhal caracterizou, no passado sábado, em Espinho, como «um plano frio e calculista de profunda alteração do regime democrático, de liquidação de alguns dos seus elementos componentes essenciais, de degradação e perversão da democracia».

**A actuação do PSD sob a batuta de**

Cavaco Silva, no plano governativo, na Assembleia e no aparelho de Estado, configura cada vez mais claramente, um projecto político autoritário que visa fazer do Governo o órgão de soberania dominante, do Primeiro-Ministro a principal figura do regime e do PSD o partido único de poder.

# S

e o Governo e o PSD estavam convencidos que a fuga para a frente do autoritarismo ia desmobilizar a luta popular fizeram contas erradas.

A resistência democrática, que tem a sua base principal na luta dos trabalhadores, prossegue vigorosa e desenvolve-se em novas frentes.

A luta contra a revisão da Lei da Greve prosseguiu com a jornada de esclarecimento da CGTP de 7 de Julho e já se preparam as acções diversificadas, incluindo paralisações, para a jornada de 14 de Julho. A greve geral continua a manter-se como uma possibilidade. É da maior importância que a luta suba de intensidade antes do debate da Assembleia da República sobre os projectos do PSD e do CDS, no próximo dia 16 de Julho.

Prossegue igualmente a luta dos aduaneiros, dos trabalhadores da administração central e local, dos guardas florestais, dos metalúrgicos, têxteis, enfermeiros, médicos e professores.

No plano político, constitui um importante acontecimento o Encontro-Convívio de Resistentes Antifascistas no passado sábado, que procedeu a um firme desmascaramento da cumplicidade do autoritarismo governamental com as iniciativas, cada vez mais descaradas, de branqueamento da ditadura fascista.

É muito significativo que a grande comunicação social, quer a pública controlada pelo Governo, quer a privada controlada pelo grande capital, tenham silenciado quase completamente a iniciativa. De qualquer forma, a **formação de uma Comissão Nacional de Resistentes Antifascistas que se propõe trabalhar, entre outras eventuais iniciativas, pela criação de um Museu da República e da Resistência e para que sejam erguidos monumentos condignos ao 25 de Abril e à Resistência, nomeadamente em Lisboa, constituem um passo em frente na luta contra as revivências das referências do fascismo e pela defesa dos valores e ideias da revolução do 25 de Abril.**

A acção e a iniciativa do PCP avultam decisivamente no conjunto das actividades oposicionistas. Salienta-se o grande destaque da campanha pelo «Não a Maastricht» e por um debate nacional e um referendo que dêem possibilidade ao nosso povo de se pronunciar sobre o Tratado que limita gravemente a soberania e a independência nacionais. São igualmente reveladoras do grande revigoramento da actividade partidária dos comunistas as múltiplas reuniões, encontros, festas, piqueniques, comícios e assembleias que o PCP realiza em cada fim-de-semana sobre os mais diversos problemas, locais, regionais ou nacionais e que se inserem, muitas delas, na preparação do XIV Congresso ou da 16ª Festa do «Avante!».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Gótiões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARRUCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## TRABALHADORES

# Não mexam na lei da greve!

## Dia 14 vai haver greves em defesa do direito à greve



Tal como centenas de dirigentes a nível nacional, o coordenador da CGTP e vários membros da Comissão Executiva da Central vieram anteontem para a rua, integrados numa acção de sensibilização sobre os efeitos que teria a pretendida revisão da lei da greve

Depois da concentração de 26 de Junho em Belém e da jornada de sensibilização da opinião pública que anteontem envolveu centenas de dirigentes em todo o País, a CGTP vai realizar no dia 14 uma acção, a nível nacional, de protesto contra a tentativa de revisão da lei da greve.

Assumindo formas diversas consoante as empresas, os sectores e as regiões, o protesto da próxima terça-feira incluirá paralisações de trabalho, plenários e concentrações de trabalhadores. A CGTP admite mesmo o recurso à greve geral contra os projectos apresentados pelo PSD e o CDS.

## O que eles querem mudar

### O âmbito da greve

O CDS quer limitar a greve aos interesses socioprofissionais e proibir as greves gerais e interprofissionais ou de solidariedade. Nega o direito de greve aos trabalhadores de secções consideradas estratégicas na empresa. Em empresas geograficamente dispersas, só admite greves que abranjam todas as unidades de produção ou estabelecimentos.

O PSD pretende impedir a greve autónoma de sectores profissionais minoritários e alargar o elenco das empresas que prestam serviços sociais impreteríveis.

### Convocação da greve

O projecto do PSD retira aos sindicatos a competência para declararem greve nas empresas e estabelecimentos destinados à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, tal como nas empresas onde a maioria dos trabalhadores não estejam sindicalizados. Exige que a declaração de greve seja aprovada por maioria absoluta numa assembleia geral em que participe a maioria dos trabalhadores da empresa. O período de apresentação do pré-aviso de greve é alargado para 5 dias (ou 10, no caso das empresas que prestam serviços sociais impreteríveis).

Também o CDS exige que as greves de empresa sejam convocadas em assembleias gerais, regulamentando até o funcionamento destas. Alarga igualmente o período do pré-aviso e só permite a greve depois de ter havido negociações entre representantes dos patrões e dos trabalhadores. Exige o fim da greve a partir do momento em que 75 por cento do pessoal retome o trabalho.

### Piquetes de greve

O PSD quer limitar a acção dos piquetes de greve às instalações de utilização comum dos trabalhadores, fora dos

locais de trabalho. Proíbe o acesso, mesmo a estas áreas, a dirigentes sindicais que não façam parte do pessoal da empresa.

O projecto do CDS proíbe que os piquetes entrem nas instalações da empresa em greve.

### Serviços mínimos

O CDS quer alargar consideravelmente os sectores e empresas em que seria obrigatória a prestação de serviços mínimos (e dos trabalhadores para os executar) seria atribuída a uma comissão de sindicatos, empresa e utentes, ou, na falta de tal comissão, aos patrões. Permite a admissão de pessoal para substituir os grevistas.

Para o PSD os serviços mínimos seriam definidos pelos ministros do Emprego e da tutela, sempre que não houvesse acordo entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores.

### Requisição civil

O CDS quer permitir a requisição civil de todos os trabalhadores para pôr termo à greve. Admite que a requisição de apenas alguns também faz cessar a greve.

Alargando as possibilidades de aplicação da requisição civil, o PSD ameaça com punição disciplinar, civil, ou criminal os grevistas que não cumpram qualquer das normas legais (independentemente de haver ou não requisição civil).

## O projecto do PSD não é «mal menor»

Jerónimo de Sousa

O projecto do CDS foi lançado como manobra de diversão enquanto o Governo e as confederações patronais acertavam o calendário e as alterações à Lei da Greve que haveriam de resultar no projecto do PSD.

Claro que a CIP, a CAP e a CCP vão «dobrar a parada», exigindo desde a legalização do lock-out até ao impedimento prático do exercício do direito à greve. Com que objectivos? Para que as propostas do PSD surjam como «mal menor» e aparentemente equilibradas entre as reivindicações sindicais e do CDS. Ou seja, para as confederações patronais trata-se de pedir tudo para conseguir muito.

Só que não é um projecto minimalista. O projecto do PSD é inconstitucional e visa mutilar o direito à greve.

Vejamos as 6 alterações profundas que propõe:

1.º Ao exigir que nas empresas consideradas prestadoras de serviços sociais impreteríveis a decisão do recurso à greve só seja possível quando estiverem presentes a maioria dos trabalhadores da empresa, não só retira a competência aos sindicatos para decretar a greve, como proíbe de facto que sindicatos e certos sectores profissionais não predominantes possam realizá-la. Aliás, tal como os não sindicalizados. Exemplificando, os maquinistas, médicos, enfermeiros, os administrativos nas empresas industriais ou de transportes, os quadros técnicos, entre outros, estariam de facto impedidos de recorrer a esta forma de luta superior para defender os seus interesses específicos.

2.º Impede a actividade dos piquetes de greve no local mais nobre da empresa — o local de trabalho. A persuasão, o esclarecimento aos trabalhadores e o próprio acompanhamento dos serviços mínimos ficariam seriamente condicionados.

3.º Ao alargar o pré-aviso de greve para 5 e 10 dias, conforme se trate da generalidade das empresas ou prestadoras de serviços sociais impreteríveis, o PSD quer evitar a eficácia resultante de uma resposta pronta dos trabalhadores.

4.º Alarga a lista de serviços sociais impreteríveis, com algumas particularidades. Faz um ajuste de contas com uma passada greve dos professores (ao incluir nesses serviços o ensino na parte relativa à avaliação), com os trabalhadores dos transportes e aduaneiros (definindo como serviços sociais

impreteríveis portos, aeroportos, estações de caminho-de-ferro e camionagem, relativo a passageiros, animais e géneros alimentares deterioráveis e bens essenciais [???!] à economia nacional, incluindo cargas e descargas). Nem os trabalhadores bancários fogem à alçada do PSD.

5.º O como, o quando e quantos sobre os serviços mínimos é a autêntica estratégia da aranha. À entidade patronal compete definir esses serviços mínimos. Se os representantes dos trabalhadores protestarem, entram os ministérios do Emprego e da tutela a impor, por despacho, os tais serviços mínimos. Os representantes dos trabalhadores seriam forçados a designar os trabalhadores adstritos.

6.º A última alteração é reveladora do carácter repressivo do projecto do PSD. Quem não cumprisse a lei antigreve, para além de faltas injustificadas, estaria sujeito a responsabilidade disciplinar, civil e penal!

Só um Governo que pratique uma política social injusta receia o exercício do direito à greve. A má consciência, o receio da evolução crescente da luta dos trabalhadores levou o Governo PSD a propor que seja condicionado um direito que é parte integrante do património da própria liberdade.

Diz a Constituição no seu artigo 57º que «Compete aos trabalhadores definir o âmbito dos interesses a defender através da greve não podendo a lei limitar tal âmbito». Com a Constituição do seu lado, aos trabalhadores compete lutar para defender este direito fundamental.

Fizeram-no no dia 26 de Junho, fizeram-no durante a discussão pública dos projectos, que contou com a maior participação dos últimos 15 anos.

O PCP, desde o início deste processo, esteve à altura das suas responsabilidades como partido defensor dos interesses e direitos dos trabalhadores e da democracia. Não entendemos esta questão só sob o ângulo laboral. É uma questão que tem a ver com a liberdade e com a democracia. Recorremos da admissibilidade dos projectos do CDS e do PSD por serem inconstitucionais. Alertámos as organizações dos trabalhadores. Na acção geral do Partido assumimos a batalha do esclarecimento e da mobilização em defesa do direito à greve. Continuaremos a não regatear esforços para prosseguir esta batalha na certeza de que o exercício do direito à greve há-de existir sempre.

## Uma antevisão, por exemplo

## Na EDP seria proibido

«Querem proibir o direito à greve na EDP!» O alerta foi lançado pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas, numa nota que distribuiu segunda-feira à comunicação social.

Numa antevisão do que significaria a aplicação das alterações propostas pelo PSD e o CDS, a FSTIEP diz que «na EDP, empresa com cerca de 19 mil pessoas distribuídas por centenas de locais de trabalho e onde existem determinados sectores com problemas específicos, só seriam permitidas greves de toda a empresa. A greve só poderia ser convocada depois de haver negociações entre a administração e os sindicatos - e sabemos como o conselho de administração gosta do diálogo com os trabalhadores...»

«A declaração de greve deveria ser aprovada por voto secreto numa assembleia com mais de 10 mil trabalhadores, e o pré-aviso teria que ser entregue com 10 dias de antecedência. A empresa teria, além de todas as possibilidades legais, o tempo necessário para impor como prestação de serviços mínimos... o serviço máximo. Os sectores considerados estratégicos não poderiam fazer greve. No dia da greve, os piquetes veriam limitada a sua acção e até o acesso aos locais de trabalho.»

«Se, com tudo isto, ainda houvesse trabalhadores a fazer greve, poderiam ser substituídos por outros, mesmo que admitidos na véspera. A greve, se mesmo assim começasse, terminaria logo que 75 por cento do pessoal estivesse a trabalhar.»

«Para cortar as asas a possíveis desmandos dos trabalhadores, ainda sobriaria na lei a ameaça da requisição civil. Para intimidar ainda mais, a violação de qualquer preceito da lei levaria à que fossem aplicadas faltas injustificadas e processos disciplinares, civis e penais.»

## CGTP recusa ir à AR com associações patronais

A CGTP-IN comunicou à comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família a sua «impossibilidade de participar» na reunião com todos os parceiros sociais que aquela comissão convocara para ontem e que teria por objectivo a apreciação dos projectos de revisão da lei da greve apresentados pelo PSD e o CDS.

O departamento de informação da CGTP revelou no sábado que a central não comparecerá na reunião,

«não só porque já havia assumido compromissos inadiáveis para aquela data, mas também porque a realização da dita reunião, nos termos propostos, não lhe parece a mais adequada ao fim em vista, na medida em que coloca no mesmo plano as organizações sindicais e as patronais, quando o direito constitucional e legal de participação na elaboração da legislação do trabalho é conferido, em exclusivo, aos trabalhadores».

Na véspera o coordenador da CGTP, de visita ao distrito de Castelo Branco, criticara a comissão parlamentar por pretender, com a convocação desta reunião, criar um cenário corporativo das relações laborais.

Na nota de imprensa a *Inter* confirma, no entanto, o seu interesse em ser recebida pela comissão no âmbito da discussão pública dos projectos 147/VI (do CDS) e 159/VI (do PSD).

TRABALHADORES

# Saúde na falência

## 130 mil assinaturas recolhidas pela CGTP e entregues no Ministério da Saúde salientam o protesto popular e a incoerência das taxas moderadoras

A qualidade dos serviços de saúde prestados em Portugal é cada vez pior. Mas os seus custos são cada vez mais elevados. A CGTP, que acaba de entregar no Ministério da Saúde 130 mil assinaturas recolhidas durante uma campanha de protesto contra a imposição de taxas moderadoras nos serviços hospitalares, considerou em 1 de Julho que a política de saúde do Governo «está em falência».

Ao avistar-se com os jornalistas, Maria do Carmo Tavares, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, afirmou que se trata de má gestão daquele Ministério, pois em seu entender não é a falta de recursos que aflige o ministro e a sua equipa. «A má gestão financeira — acrescentou a dirigente — leva ao risco de ser suspenso o fornecimento de medicamentos aos hospitais e de os radiologistas e analistas clínicos deixarem de realizar actividades para a medicina convencional».

Maria do Carmo Tavares acusou o ministro da Saúde de «falta de diálogo» com os profissionais da saúde e com as organizações sindicais que os representam, designadamente a CGTP, que tem vindo a tentar ser recebida sem resultado.

As 130 mil assinaturas recolhidas e agora entregues

no Ministério apoiam um documento em que se reclama a revogação imediata das taxas moderadoras e a suspensão das medidas com vista à destruição dos serviços públicos de saúde e a prática de medidas que tornem os serviços públicos de saúde mais eficientes.

«A população participou largamente na nossa iniciativa, porque o descontentamento é generalizado», disse Carmo Tavares. A sindicalista salientou que muitos trabalhadores e reformados de baixos rendimentos não podem ir ao médico, e muito menos comprar os medicamentos de que precisam, ou fazer os exames que lhes prescrevem. «Actualmente, é muito vulgar os doentes aconselharem-se com o farmacêutico ou com o analista para saberem quais os medicamentos ou exames essenciais, pois não têm capacidade financeira para cumprir as ordens do médico», acrescentou.

A título de exemplo, refere a Lusa, a dirigente da CGTP disse que um doente, que não seja um caso grave e recorra ao banco do Hospital de S. José, pode pagar entre 3000 e 6000 escudos, sem contar com a taxa moderadora de 1000 escudos.

A CGTP considera contraditório que o Ministério da Saúde tenha instituído o



Ainda recentemente a União dos Sindicatos de Lisboa efectuou uma acção de protesto, ocupando simbolicamente alguns centros de saúde na zona da Grande Lisboa (foto de arquivo). Entretanto, noutras áreas do Ministério da Saúde, os conflitos têm-se prolongado. Só agora (2 de Julho), o secretário de Estado adjunto do ministro Arlindo de Carvalho concordava em reiniciar as negociações com a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública no sentido de «acudir» aos técnicos auxiliares sanitários, obrigados a uma greve prolongada para fazerem valer os direitos à reestruturação da carreira profissional

pagamento de taxas moderadoras nos hospitais, para evitar o afluxo injustificado às urgências hospitalares, quando não dá outras alternativas de atendimento, pois os centros de saúde não funcionam durante todo o dia.

Segundo a mesma fonte, os próprios trabalhadores da Saúde estão preocupados com a situação, que lhes difi-

culta a aplicação de programas de rastreio, pois as pessoas não estão dispostas a pagar para saber se estão doentes. Ainda sobre este assunto, Carmo Tavares disse por último que, «como o Governo não tem apostado na saúde de prevenção, que é o mais barato, os internamentos têm aumentado», frisou.

### Médicos Protesto contra extinções

Datado de 6 de Julho, recebemos do SM (Lisboa) o seguinte comunicado:

«A Direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul soube pela Imprensa («Público», de 3 de Julho, p. 25, sob o título «Arlindo Suprime Quatro Especialidades Hospitalares») que as especialidades hospitalares de Imonohemoterapia, Neuro-radiologia, Infecçiology e Maxilo-Facial desaparecerão dos quadros hospitalares.

«Estas especialidades têm quadros próprios, curricula independentes, técnicas individualizadas (no caso das duas primeiras) que mais ninguém as executa com profissionalismo.

«Esta medida, lesiva dos interesses dos médicos, hospitais e utentes, tem o apoio incentivador de lobbies da Ordem dos Médicos e do actual Bastonário.

«Só apelando ao amorosismo, um radiologista geral executará uma angiografia medular, ou um hematologista conseguirá realizar uma palmasafrese.

«Sempre estivemos, estamos e estaremos contra estas medidas.

«Apelamos às Sociedades de Imunohemoterapia e Neuro-radiologia para que se reúnam e decidam formas de luta.

«Pelo nosso lado, estamos disponíveis para lutar contra esta medida incompetente, ilógica e ao serviço da nova Subsecretaria de Estado do Ministério da Saúde e da actual Direcção da Ordem dos Médicos.

O comunicado, que acabámos de transcrever na íntegra, é assinado pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

### Portucel Posta em causa a privatização

A comissão de Trabalhadores está contra a privatização da Portucel. Numa conferência de Imprensa em Castelo Branco, a CT afirmou em 1 de Julho que a privatização pode levar ao desmembramento e ameaçar os postos de trabalho. Quando foi nacionalizada, a Portucel tinha cerca de 7000 trabalhadores e «hoje está reduzida a pouco mais de 3900». A «situação social é má» - disse a CT. «Estão a verificar-se muitas rescisões de contratos, quer por mútuo acordo, quer de modo encapotado». Segundo Manuel Moreira, da CT, isso tem levado «ao encerramento de alguns sectores» e à necessidade de fazer horas extraordinárias. A CT lutará para evitar o desmembramento da empresa. «O País precisa dum sector empresarial do Estado forte, dinâmico e competitivo e não de um sector público a ser leiloado», sublinhou a CT.

### A LOC assinala «falso progresso»

A Liga Operária Católica emitiu recentemente um documento de orientação do Congresso que efectuou em Braga. Segundo o texto, «o direito ao trabalho está gravemente ameaçado» e deixou já de ser «uma garantia para um elevado número de homens e de mulheres». O documento do VIII Congresso da LOC sublinha que «existem enormes assimetrias no que se refere à partilha das riquezas e ao acesso aos bens essenciais para se poder viver uma vida digna». Segundo excertos destacados pela Lusa, o documento dos trabalhadores católicos refere ainda que se regista «um falso progresso, um pouco por todo o lado», e que «além de beneficiar apenas pequena parte dos homens e mulheres, é feito à custa de graves agressões ao meio ambiente, pondo em risco o futuro da humanidade». O VIII Congresso da LOC contou com 130 participantes.

### Retomada a greve dos aduaneiros

Ao contrário de algumas expectativas gorou-se a reunião com os representantes do Governo em 25 de Junho. A greve foi retomada com 100 por cento de adesão

Suspenso a 29 de Junho, após duas semanas de paralisação, os cerca de 250 trabalhadores aduaneiros de Vilar Formoso iniciaram em 6 de Julho novo período de greve, por se terem gorado as negociações dos sindicatos com o Governo. Há cerca de uma semana, as acções de luta tinham sido interrompidas porque os sindicatos, STADE e SITESE, tiveram em conta alguns «sinais de abertura» da parte do Governo. A paralisação deve manter-se até à meia-noite do próximo sábado.

Segundo Luís Pinto, do Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas (STADE), a interrupção para negociações com o Governo (reunião em 25 de Junho), que se saldaram por um fracasso, obrigaram os trabalhadores a retomar a greve a 100 por cento, com o objectivo de pôr fim «à situação de desespero e instabilidade» vivida pelos 8000 profissionais do sector.

Luís Pinto disse à Lusa que reina «grande indignação» por se ter suspenso a greve para sair das negociações de mãos vazias.

Segundo o sindicalista revelou à Lusa, o Governo propôs aos trabalhadores 24 meses de subsídio de desemprego, a reforma aos 60 anos e o desbloqueamento de uma verba da Comunidade de 90 contos por pessoa a nível comunitário.

A contraproposta dos sindicatos inclui a reforma aos 65 anos, com direito a pensão de velhice, e uma pensão de reforma para trabalhadores com mais de 20 anos de casa. Pretendem também uma pensão de velhice (antecipada) para os trabalhadores entre os 50 e os 65 anos.

A greve decorria segunda-feira sob forte vigilância da GNR.

Entretanto, começava a ser aplicado um despacho do Ministério das Finanças que, a título provisório, permite facilidades aduaneiras de circulação de mercadorias de importação e exportação.

António Velho Gomes, dirigente do STADE, protestou contra «as medidas ilegais» adoptadas pelo Governo «face a esta problemática». Essas medidas permitem que os despachantes oficiais procedam à entrega de facturas e fotocópias do cartão do número de contribuinte, para que os motoristas, enquanto representantes dos agentes económicos, possam despachar as mercadorias.

## TRABALHADORES

# Na Sorefame a intimidação continua

Foram levantados processos disciplinares a metade dos membros da comissão intersindical, depois de três suspensões e um despedimento aplicados a quatro elementos da comissão de trabalhadores

As notas de culpa da administração enfermam de «uma visão deturpada e insólita da realidade», criando «artificial responsabilidade disciplinar que intimide a CITS no exercício das suas competências e os trabalhadores em geral no exercício de direito de reunião» - afirma-se nas respostas dos doze elementos da comissão intersindical que foram entregues na passada sexta-feira.

Os membros da comissão requerem «o imediato arquivamento dos autos, sem procedimento, como é de direito», uma vez que, por um lado, «o direito de acção disciplinar caducou» e, por outro lado, mesmo que os prazos legais não tivessem expirado, «sempre os factos de acusação improcederem, por não corresponderem à verdade».

Os processos disciplinares que atingem 12 dos 24 elementos da comissão intersindical da Sorefame seguem-se aos castigos aplicados a 4 membros da comissão de trabalhadores (um dos quais, como noticiámos na semana passada, alvo de despedimento) e têm idêntico pretexto: a realização, na manhã de 13 de Dezembro, de um plenário que, por decisão unânime dos trabalhadores, se prolongou até às 17 horas.

## Calar os protestos

Também para a comissão intersindical (a exemplo do que entende a comissão de trabalhadores) os processos disciplinares e os castigos têm por objectivo calar os protestos contra as transformações em curso na empresa.

Sob a batuta da holding Senete, onde predomina o capital de Vaz Guedes e da multinacional ABB, a administração da Sorefame adoptou uma estratégia que prevê a destruição de todo o sector de energia da empresa (equipamentos para centrais hidroeléctricas). Os seus cerca de 700 trabalhadores seriam transferidos para a secção de material circulante (o que, como as estruturas representativas têm denunciado, poderia implicar a mudança para profissões menos qualificadas e a diminuição dos salários) ou convidados a rescindir os contratos de trabalho.

Esta opção é interpretada pelos representantes dos trabalhadores da Sorefame como uma consequência dos receios do grande patronato face à grande concorrência que marca a metalomecânica a nível internacional. A salvaguarda dos lucros sobrepe-se, assim, à defesa dos interesses nacionais e ao respeito pelos direitos dos trabalhadores.

A destruição deliberada do sector de energia da Sorefame foi referida como um exemplo: avançou por imposição do capital privado, apesar dos elevados índices de tecnologia nacional ali conseguidos e da reconhecida qualidade do trabalho. Entretanto, já quanto ao futuro do material circulante, o interesse da ABB ditou que continuasse: a Sorefame é uma das três fábricas que, a nível mundial, utilizam na produção de carruagens o método do cálculo analítico comprovado por ensaios; nenhuma das outras duas fábricas está ligada àquela multinacional.

Para a comissão intersindical da Sorefame, como afirmaram à reportagem do «Avante!», a ofensiva contra os representantes dos trabalhadores da empresa enquadra-se no ataque mais geral em curso no País: o patronato e o Governo querem tirar os direitos colectivos, para abrirem caminho à retirada dos direitos individuais.

É por isso natural que a luta na empresa se desenvolva no quadro do combate do movimento sindical unitário em defesa dos direitos dos trabalhadores e, neste momento, contra a tentativa de alteração da lei da greve. No dia 26 de Junho a greve parcial (para permitir a participação na concentração da CGTP em Belém) teve uma boa adesão, como nos disseram, e prevê-se também uma boa participação na jornada da próxima terça-feira.

Entre outras acções, está a circular na Sorefame uma petição para que sejam discu-

Apesar das manobras de intimidação, os representantes dos trabalhadores da Sorefame não vão baixar os braços (na foto, os elementos da comissão intersindical castigados pela administração: a doze foram levantados processos disciplinares, um já cumpriu cinco dias de suspensão)



tidos na Assembleia da República os problemas da empresa e dos que nela trabalham. Numa acção de solidariedade para com os camaradas castigados, são também recolhi-

dos fundos para os compensar dos prejuízos que estão a sofrer apenas por cumprirem as funções para que foram eleitos.

Se é verdade que as tentati-

vãs de intimidação continuam, é igualmente certo que a luta em defesa dos justos interesses e direitos dos trabalhadores da Sorefame não vai parar.

## Comício hoje à tarde com Florival Lança

Na Venda Nova, frente às instalações que foram da Cometna e que estão hoje desactivadas, tem lugar hoje, a partir das 18 horas, um comício promovido pela delegação sindical da Amadora e no qual participa Florival Lança, membro da Comissão Executiva da CGTP e coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa.

Esta iniciativa, que se integra nas acções de preparação da jornada de dia 14 contra a

revisão da lei da greve, tem por objectivo denunciar a situação social que se vive no concelho. Com particular realce para os problemas dos trabalhadores da Sorefame, também deverá ser chamada a atenção para graves questões que se colocam noutras empresas, como a BIS, os Cabos Ávila, a Sotanco, ou a Nobre e Silva, bem como a luta dos trabalhadores da administração local.

## Matadouro industrial

# Milhões para o lixo — prevê o sindicato

Sob o título «Expo/98 versus Matadouro Industrial — Milhões para o Lixo», o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores emitiu em 2 de Julho o seguinte comunicado:

«Lisboa ganhou a EXPO 98, que irá ocupar a zona ribeirinha oriental da cidade entre Marvila e Beirilhos. Segundo as notícias vindas a lume, vão ser desactivadas instalações e unidades industriais da zona, consideradas obsoletas.

«Contudo, no espaço em causa existe o Matadouro Industrial de Lisboa, tutelado

por um organismo do Estado, o IROMA, que é o maior matadouro existente no País, em capacidade e tamanho.

«E não está tão obsoleto como isso, pois, ultimamente, foram nele investidos cerca de 600 mil contos de dinheiros da CEE, e as obras continuam, estando previsto gastar mais 1,2 milhões de contos.

«Quem está interessado em tudo isto?

«O IROMA está em saldo. Os matadouros que dele dependem estão a ser privatizados, sendo oferecidos, quase gratuitamente, à iniciativa privada.

«O Estado (nós todos, o nosso dinheiro dos impostos) entra com tudo: o imobiliário e o capital, e ainda transfere os trabalhadores já preparados e especializados.

«Alguns trabalhadores estão a ser pressionados — numa atitude ética e legalmente reprovável — a desvincularem-se da Administração Pública ou a pedirem licenças sem vencimento para ficarem ao serviço das novas empresas privadas.

«É isto a “gestão competente” dos negócios públicos que tanto se apregoa? É isto o “Portugal de êxito”?»

## Fogos em perspectiva

# Os guardas florestais nem de rádio dispõem

Os guardas florestais, que anunciaram para ontem uma manifestação em Lisboa «continuam à espera dos meios necessários e indispensáveis para desenvolverem um trabalho eficaz de prevenção.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro, «a atribuição de meios financeiros às Comissões Especializadas de Fogos Florestais» não passaram ainda da «muita pompa e circunstância» que o Governo lhes atribuiu. O caderno reivindicativo desse pessoal continua por negociar.

O Sindicato do Centro afirmava em 29 de Junho que «os problemas de dotação de pessoal e de meios essenciais e primordiais na política de prevenção continuam sem solução e apenas

podem ser resolvidos se houver vontade política do Governo».

## Há 474 vagas por preencher

Segundo a mesma fonte, «o quadro de pessoal abrange 1474 vagas», mas só estão preenchidas cerca de mil. Além disso, são insuficientes os trabalhadores que devem realizar funções de limpeza das matas e aceiros. «Continuam por distribuir — acrescenta o Sindicato — os rádios», instrumentos essenciais para que os guardas possam actuar com prontidão. Os meios de transporte «são em número extremamente insuficiente» para atender às necessidades.

A parte final do comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro dirige-se directa-

mente ao ministro da Agricultura, como segue:

«Os guardas florestais são os elementos colocados na primeira linha da prevenção, e até do combate aos fogos florestais. E, sob pena de se comprometer uma acção concertada e eficaz, não podem ser postos à margem, se se pretende implementar uma verdadeira política de prevenção.

«A Federação e os sindicatos da Função Pública já deram inequívocas provas, em situação anteriores, de privilegiar o diálogo e a boa-fé negocial.

«Esperam, assim, que ainda seja possível evitar as greves decididas para os próximos dias 8 e 22 de Julho, 5, 15 e 19 de Agosto e, ainda, a concentração de 8 de Julho em Lisboa, junto à Direcção-Geral das Florestas (DGF)».

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

# O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

- Os Acordos de Maastricht
- União Económica e Monetária

## CADERNO ESPECIAL

- Alguns aspectos institucionais
- Europa dos cidadãos e Europa das polícias

## Com a ajuda do PS

# Baldios sob o fogo do PSD

Insatisfeito com a legislação em vigor, o PSD não desiste de tentar alterar e subverter a Lei dos Baldios. Para tanto, desta feita, aproveitou a boleia que o PS lhe ofereceu. Os povos e compartes, esses, prometem não cruzar os braços e afirmam-se dispostos a defender com todas as forças estas terras comunitárias há muito cobiçadas por interesses alheios à comunidade

Objecto de sucessivas iniciativas legislativas tendentes a alterar e subverter a Lei em vigor (17 projectos entrados no Parlamento desde 1981), para deste modo mais facilmente retirar aos povos e compartes a sua posse e gestão, os baldios voltaram na passada semana a ser alvo de mais uma tentativa em idêntico sentido, visando na prática abrir caminho à sua extinção.

Se da parte do PSD (autor de um dos dois projectos de lei em debate) a iniciativa por si de novo tomada não comporta surpresas, já o mesmo talvez não se possa dizer do PS (signatário do outro projecto de lei), no caso vertente a funcionar como lebre na abertura do processo legislativo, ou, mais exactamente, para utilizarmos a expressão do deputado Lino de Carvalho, a tomar a iniciativa de "acender desnecessariamente um rastilho que o PSD cuidará de alimentar".

Saber o que é que fez correr o PS nesta matéria foi de resto uma questão que acabou por não ser cabalmente esclarecida ao longo do debate, apesar das insistências nesse sentido feitas pela bancada comunista, tanto mais que os povos serranos estão de acordo com a actual lei, permanecendo apenas como explicação mais plausível a ideia lançada pelo mesmo deputado do PCP de que o rastilho poderá não estar dissociado da "defesa de interesses particulares", mais do que quaisquer interesses e direitos das comunidades.

Seja como for, o que importa reter do debate é que



Os compartes não desarmam na luta em defesa dos seus baldios e voltaram a encher as galerias da Assembleia da República, a exemplo do que fizeram noutras ocasiões sempre que a Lei esteve em perigo (na foto, em Novembro de 90, a caminho do Parlamento)

o PSD procura atingir gravemente os baldios - e esta foi a questão nodal colocada no centro do debate pela formação comunista -, retirando para o efeito às assembleias de compartes e aos conselhos directivos a responsabilidade da sua gestão para a entregar às juntas de freguesia.

No articulado do diploma várias são as propostas que concorrem nesse sentido, desde a admissão da expropriação por "motivos de interesse público" até à implementação de um absurdo regime de afectação de receitas, passando pela possibilidade de alienação por razões de interesse privado, pelo não reconhecimento dos baldios como pertença das comunidades locais ou ainda pela

forma tutelada com que o Governo em clara violação da Constituição procura interferir na sua gestão e administração.

Soluções que, está bem de ver, mereceram a frontal oposição dos parlamentares do PCP que, pela sua parte, e como questão prévia, quiseram deixar claro o seu entendimento quanto ao valor e função destas terras comunitárias. "Os baldios e o seu domínio, posse e gestão pelas respectivas comunidades - sublinhou a propósito Lino de Carvalho - existem por direito próprio, mergulham a sua existência nas mais profundas raízes nacionais que identificam culturalmente o povo português, constituem

um dos pilares constitucionais do nosso sistema económico e social, continuam a ser hoje necessários ao desenvolvimento dos meios serranos".

Nesta medida, para a bancada comunista, a manutenção da posse e gestão dos baldios nas comunidades locais, para além de ser um imperativo de ordem constitucional, constitui também a base de um "complexo de relações económicas, sociais e culturais necessárias à economia das populações" que importa manter, sem esquecer a sua importância como "instrumento de justiça social e garante da defesa dos direitos dos povos".

Nada justifica, por conseguinte, como lembrou Lino de Carvalho, quaisquer modificações na Lei em vigor - "não é uma prioridade nem corresponde a nenhuma exigência social, disse -, pelo que, a darem-se, só poderão funcionar como potencial factor de instabilidade para o País e em particular para as economias serranas.

## PSD contra criação de novas freguesias

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o PSD de defraudar as expectativas das populações ao apresentar um novo regime jurídico para a criação das freguesias que, no fundamental, introduz dificuldades e impedimentos no processo de constituição daqueles órgãos autárquicos, fazendo-os depender de parecer do Governo.

A acusação foi feita segunda-feira, exactamente na véspera da discussão em plenário do projecto de lei da maioria que revoga a lei em vigor, exclusivamente nos artigos que enquadram a referida criação de novas freguesias, dificultando assim a aproximação dos eleitos aos seus eleitores e a participação activa e interveniente das populações no poder local.

Neste domínio, porém, não se ficam por

aqui as críticas da formação comunista à actualização do partido do Governo. É que, segundo se afirma em comunicado da bancada comunista, o PSD também "não cumpre os compromissos assumidos para resolver os problemas das freguesias", ao continuar sem apresentar, como prometera, um diploma destinado a possibilitar aos eleitos nas freguesias o exercício do cargo a tempo inteiro.

No decorrer da sessão plenária de terça-feira, já depois do fecho da nossa edição, esteve também em debate um outro diploma, este da iniciativa do PCP, visando, ao contrário do PSD, a viabilização do processo de criação de novos municípios e assim dar resposta às necessidades das populações e ao aprofundamento da estrutura democrática do Estado.

## Referendo sobre Maastricht

### PCP apresenta projecto de lei constitucional

Na sequência da assunção pela Assembleia da República de poderes de revisão constitucional, decorrente das implicações constitucionais de uma eventual aprovação e ratificação do Tratado que venha a criar a União Europeia, o Grupo Parlamentar do PCP entregou já na Mesa do Parlamento o seu projecto de revisão da Constituição.

Intitulado projecto de lei constitucional, o diploma agora apresentado consta de um artigo único onde se afirma que «as exclusões de âmbito previstas no número três do artigo 118.º da Constituição não são aplicáveis a um referendo que venha a ser decidido, nos demais termos constitucionais e legais, sobre alterações aos Tratados das Comunidades — CEE, CECA e EURATOM — visando a instituição de uma União Europeia».

Nos seus considerandos, o projecto do PCP assinala que o conteúdo do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht «comporta profundas consequências para os Estados que o venham a ratificar», lembrando que o que está basicamente colocado é a opção por uma União Europeia «alicerçada em bases federalistas com o consequente abandono pelos Estados-membros dos seus poderes soberanos em áreas fundamentais da garantia da independência e da identidade nacionais».

Nessa medida, dado o significado e consequências do projecto de Tratado, para os comunistas a grande prioridade deve ser dirigida não para o início de um processo de revisão constitucional, destinado a alterar normas que impedem a ratificação do Tratado, mas sim para a realização de um amplo debate nacional que possibilite uma acção de esclarecimento e informação e o confronto de ideias e opiniões sobre o que verdadeiramente está em causa.

Com este projecto, a formação comunista pretende assim que o processo de revisão da Lei Fundamental aberto pela Resolução aprovada na Assembleia pelo PSD, PS e CDS se ocupe «unicamente da viabilização do referendo como único caminho para o tornar prévio e condicionante em Constituição tendentes a remover patentes obstáculos constitucionais que obstam à ratificação do Tratado».

## Povos serranos não cruzam os braços

A assistir das galerias ao debate dos projectos de lei do PSD e PS sobre os baldios estiveram também centenas de compartes, provenientes das áreas serranas do Centro e Norte do País.

Com esta presença, vieram dar público testemunho da sua disponibilidade e determinação em prosseguirem a luta em defesa destas terras comunitárias (calcula-se que correspondem a cerca de 400 mil hectares) dos ataques que desde 1981 têm vindo a ser desferidos por sucessivos governos de direita.

Na véspera, em conferência de imprensa, Manuel Rodrigues, do Secretariado Nacional dos Baldios e da direcção da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), pronunciando-se sobre o projecto do PSD, considerou que este é o "pior de sempre que já esteve em discussão na Assembleia da República", admitindo que caso ele venha a ser aprovado, será criada uma situação "incontrolável de conflito nas zonas rurais"

O responsável a nível nacional pelo Secretariado dos Baldios referiu designadamente que o diploma preconiza pela primeira vez a extinção da propriedade comunitária "em toda a sua extensão", incluindo bens como eiras, fornos, moinhos e azenhas, abrindo ainda as "portas para a entrada das celuloses, sempre à espreita de uma oportunidade para avançarem"

O projecto de lei do PSD "ofende frontalmente a honorabilidade e o trabalho dos conselhos directivos daqueles baldios", acusou Manuel Rodrigues, adiantando que, caso faça vencimento, os compartes deverão recorrer para o Presidente da República para requerer a inconstitucionalidade do diploma.

Aludindo ao projecto de lei sobre a mesma matéria apresentado pelos socialistas, aquele responsável da CNA não deixou de tecer igualmente críticas ao seu conteúdo, assinalando que "o conceito de utilidade pública invocado pelo PS para autorizar alienações é tão lato que dá para tudo".

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Presidência Portuguesa das Comunidades Fracasso político nos grandes dossiers e abdicação dos interesses nacionais

Em jeito de balanço da primeira presidência portuguesa das Comunidades Europeias, Cavaco Silva foi à Assembleia da República no final da passada semana para afirmar a sua satisfação pelo que considerou ser o cabal cumprimento do seu programa. Foi um longo discurso de trinta minutos, organizado em 25 pontos, a partir dos quais enumerou com algum detalhe as conclusões da Cimeira de Lisboa, sem que no entanto - e isso sim seria bem mais útil e interessante - tivesse havido da sua parte a preocupação de reflectir sobre as mesmas.

No período de perguntas e respostas que se seguiu, a isso terá ajudado também o PS que entendeu, no respeito por uma questão de princípio (!), não fazer ondas, o mesmo é dizer não fazer críticas à presidência portuguesa da Comunidade, acabando mesmo pela voz do seu líder, António Guterres, por considerar neste capítulo a prestação do Executivo como "uma coisa razoável".

Quem não partilhou de nenhum modo esta opinião, assumindo uma posição de crítica frontal à forma como o Governo se comportou nestes seis meses de presidência, foi o Grupo Parlamentar do PCP. Para este, de acordo

com as palavras de Octávio Teixeira, a acção do Executivo está longe de merecer uma nota positiva, como lhe atribuiu o PS, e isto pela simples razão de que o seu desempenho ficou marcado pelo fracasso político no respeitante aos grandes dossiers, designadamente ao pacote Delors II, e pela completa abdicação na defesa dos interesses nacionais.

Precisando este aspecto, João Amaral lembraria que o Governo pretendeu sobretudo "afirmar-se pelo serviço às Comunidades" e por obter a aprovação dos líderes dos respectivos países, "mesmo que isso causasse danos aos interesses nacionais", concluindo que nessa medida "foi mais Presidência que Portuguesa".

Particularmente severo nas suas críticas foi ainda João Amaral quando se referiu à forma como o Governo se comportou na sequência dos resultados do referendo na Dinamarca, ao optar por se associar a "uma lamentável operação de chantagem" sobre aquele país e de insulto ao seu povo que votou não, em vez de aproveitar a ocasião - "um momento de ouro", disse - para reflectir e repensar o modelo de actualização.

Mas não foram apenas o Pacote Delors II ou o Fundo de Coesão (este ainda a aguardar pela definição dos seus montantes) - exactamente as matérias que se prendem com o apoio das Comunidades aos países menos desenvolvidos -, que constituíram "um monumental fracasso" neste semestre da Presidência portuguesa. Lembrados pelo deputado comunista foram ainda outros exemplos "dos mundos e fundos prometidos", na sua maioria no domínio da política social, que nunca passaram disso mesmo, de promessas.

"Destes mundos e fundos prometidos, a realidade que ficou foi a de uma construção europeia a continuar a avançar segundo dogmas neoliberais, sob o comando das multinacionais e da burocracia de Bruxelas", observou João Amaral, antes de fazer notar que a Presidência Portuguesa "deixa o País mais amarrado aos impactes sobre o tecido económico nacional, da livre circulação de mercadorias e de capitais e de critérios de convergência nominal, secundarizando o processo de desenvolvimento e de correcção de injustiças e desigualdades".

## PSD volta a desenterrar "lei da rolha"

Sem outra alternativa que não fosse recuar quando no ano passado tentou impor aquela que ficou conhecida por "lei da rolha", a isso obrigado em resultado da forte contestação proveniente dos mais variados quadrantes democráticos, o PSD voltou agora a tirar da gaveta o seu projecto sobre "Segredo de Estado".

De novo envolvido por episódios rocambolescos, como já sucedera anteriormente, a trazerem a lume situações de dito por não dito e especulações sobre a paternidade do diploma, nenhum deles consegue no entanto iludir o essencial do que está em jogo e que em substância se pode resumir na pretensão do PSD substituir a Administração Aberta e a transparência na condução dos assuntos públicos pelo secretismo como regra da actividade governamental, dando margem à discricionariedade.

Daf que a posição da bancada comunista sobre esta matéria, dada a conhecer em declaração política proferida pelo deputado António Filipe numa das sessões plenárias da passada semana, aponte sem ambiguidades no sentido de uma completa e frontal oposição ao diploma, afinal de contas uma reposição nas suas linhas essenciais do projecto anterior.

É que uma lei sobre segredo de Estado "não pode servir para delimitar extensivamente as

matérias sob a sua alçada ou para alargar o secretismo da vida pública", como chamou a atenção o parlamentar comunista, antes de reduzir "à mais estrita excepcionalidade os casos em que o segredo se justifique", pondo simultaneamente cobro a situações infelizmente comuns na acção governativa do PSD de "ocultação ilegítima de informação aos cidadãos, à comunicação social ou aos partidos da oposição".

"O segredo de Estado não deve servir para defender o Estado dos cidadãos", lembrou ainda António Filipe, acrescentando que é "algo que, tendo obviamente que ver com a defesa do Estado, tem tanto ou mais que ver com a defesa dos cidadãos face aos abusos do Estado".

Uma perspectiva que, está bem de ver, pouco ou nada tem a ver com a concepção do partido do Governo sobre esta matéria, mais interessado, ao contrário, como frisou o deputado do PCP, em "proibir a divulgação dos escândalos" que envolvem membros do Executivo, em ameaçar de prisão os jornalistas que ousem divulgá-los, em restringir severamente "direitos elementares dos cidadãos no acesso a informações e documentos necessários a um correcto acompanhamento da vida pública".

## PCP

## Mais de 500 participantes no comício da Festa Amiga

A Festa Amiga, organizada pelo Comissão de Freguesia do PCP, do Pinhal Novo, nos dias 3, 4 e 5 de Julho, dedicou o princípio da noite do passado sábado à realização de um comício partidário.

Tal como toda a festa, o comício teve uma boa participação (mais de quinhentos participantes), com destaque para a juventude. Entreviaram os camaradas Carlos Sousa, vereador da CDU na Câmara de Palmela, que afirmou que o concelho é o primeiro do País em investimentos, o que é positivo mas acarreta sérios problemas que a autarquia está a enfrentar quase sozinha, pois o Governo e a administração central não dão resposta nas áreas da sua competência, antes roubam verbas devidas

às autarquias pela Lei das Finanças Locais; Pedro Carvalho, da Comissão de Freguesia do PCP, que chamou a atenção para algumas das maiores aspirações-reivindicações das populações de freguesia, tais como, um Centro de Saúde, mais instalações para o ensino preparatório e secundário e as passagens desniveladas; João Paulo, da JCP, que anunciou a reactivação da organização da JCP no concelho e as boas perspectivas que se abrem ao seu trabalho.

Por último, falou Carlos Brito, membro da Comissão Política e Director do «Avante!», que salientou as razões que levam o PCP a preconizar com toda a firmeza o Não a Maastricht e a defender o referendo, chamou a atenção para a grande

importância da luta contra a revisão da Lei da Greve e para a preparação da Festa do «Avante!» e do XIV Congresso do Partido. Disse, a certa altura, «na campanha eleitoral Cavaco Silva e o PSD prometeram nozes e mel aos portugueses. Mas das nozes deixaram as cascas ao povo e levaram o miolo através dos aumentos dos impostos e dos roubos nas finanças da autarquias. Em vez de mel o que trouxeram foram ferroadas de vespa com o agravamento e generalização das taxas moderadoras de saúde, com o aumento dos medicamentos, com a aplicação do IVA aos géneros de primeira necessidade e com o enorme encarecimento das propinas (a começar) para o ensino superior.»

## Protesto do PCP contra as discriminações da RTP

1. A Radiotelevisão Portuguesa (RTP) insiste na sua inaceitável prática de sistematicamente omitir noticiário relativo às tomadas de posição e actividades do PCP.

Mais recentemente, a RTP não noticiou a conferência de imprensa da Comissão Política do PCP, da passada 2.ª-feira, dia 29 de Junho, durante a qual o PCP se pronunciou, entre outros assuntos, sobre os resultados da reunião do Conselho Europeu. No mesmo dia, o «Telejornal» emitia, no entanto, peças com informação complementar decorrente de decisões tomadas pelo Conselho Europeu, bem como noticiário sobre outras formações políticas.

No passado dia 28 de Junho, o «Jornal de Domingo» ignorou a realização de um Encontro-Colóquio da CDU onde se debateram questões de actualidade relacionadas com a democracia política e as muito discutidas alterações à legislação eleitoral, apesar de a RTP ter feito deslocar uma equipa de reportagem. Ao contrário, a RTP não ignorou as tomadas de posição de outros partidos sobre a mesma matéria, emitidas na véspera e no dia seguinte.

O «Telejornal» do passado dia 23 de Junho omitiu por completo as tomadas de posição da Comissão Política do PCP divulgadas em conferência de imprensa, apesar de ter comparecido uma equipa de reportagem.

2. O carácter deliberado e sistemático das discriminações da RTP contra o PCP tornam-se ainda mais patentes tendo em conta que, correspondendo ao seu critério informativo, essas e demais iniciativas do PCP foram noticiadas por outros órgãos de informação.

Acresce, que o principal serviço noticioso da RTP, o «Telejornal», não emite qualquer informação relativa ao PCP desde o passado dia 17 de Junho, data da última reunião do seu Comité Central, e que os jornais televisivos de fim-de-semana («Jornal de Sábado» e «Jornal de Domingo» — os de mais significativa audiência) têm quase sistematicamente omitido as realizações e as opiniões que o PCP emite sobre relevantes aspectos da vida política nacional.

3. Por tudo isto, e voltando a recordar que desde as eleições de 6 de Outubro, nenhum dirigente do PCP, nessa qualidade, foi convidado a participar em qualquer edição do programa «Primeira Página», o PCP vê-se mais uma vez obrigado a protestar publicamente contra tais práticas discriminatórias da RTP, que, dada a gravidade e insistência, atentam indiscutivelmente contra o pluralismo e o direito dos cidadãos à informação.

O Gabinete de Imprensa do PCP

## Atentado ecológico no Caima e Vouga

A Comissão Concelhia de Águeda do Partido Comunista Português protesta veementemente por mais um crime contra a natureza acabado de ser praticado nas águas dos rios Vouga e Caima, de que resultou uma enorme mortandade de peixe, consequências que no mínimo são catastróficas.

A CCA do PCP espera que o Governo Central dê ao acontecimento a devida importância e que imprima

nas autoridades competentes uma dinâmica que permita a descoberta dos respectivos autores.

Face à gravidade do sucedido, o elenco directivo de Águeda do PCP entende que o Ministério do Ambiente, criado pelo actual Governo PSD e que até ao momento nada de significativo tem feito para justificar a sua existência, tem agora a oportunidade de mostrar o que vale, descobrindo e punindo

os verdadeiros criminosos, não permitindo assim que este atentado ecológico seja mais um a navegar em águas contaminadas de intermináveis e inconclusivos inquéritos promovidos sob os auspícios do Governo.

A CCA do PCP está solidária com a luta desenvolvida pelas populações ribeirinhas dos rios Caima e Vouga no sentido de chamar a atenção para a gravidade do problema.

PCP

Parte significativa dos portugueses não goza férias

# Ano turístico está comprometido

O Grupo de Trabalho do Turismo junto do Comité Central do PCP promoveu na passada terça-feira uma conferência de imprensa sobre o ano turístico, o acesso às férias dos portugueses e as perspectivas de desenvolvimento do sector. Na altura foi divulgado um documento que publicamos de seguida.

1. O início da época alta turística está a ser marcado por generalizadas preocupações expressas por representantes das Regiões de Turismo, Associações Patronais e Sindicatos, acerca dos seus resultados.

Tal atitude justifica-se pelo facto dos resultados até agora obtidos e face aos que previsivelmente se estima vir a obter, poderem significar mais um ano turístico no qual, ao eventual aumento do número de turistas, não corresponda idêntico acréscimo das receitas realizadas no sector.

Esta situação deve-se, entre outros factores, ao facto de continuarmos a acolher um elevado volume de correntes turísticas de menores recursos, atraídos por uma oferta barata, de baixa qualidade, reflectindo a volumosa oferta disponível no imobiliário turístico, a excessiva dependência que se mantém face a um único mercado (inglês) em consequência, entre outros aspectos, da forma deficiente como a promoção turística externa tem sido realizada.

O facto de não haver uma política de turismo devidamente orientada, conduziu a uma elevada e desorganizada oferta assente no imobiliário turístico (time-sharing, apartamentos e urbanizações de diverso tipo em zonas turísticas) em detrimento do peso e da valorização da oferta hoteleira tradicional, com evidentes prejuízos para a qualidade da oferta para o tipo de turista que se acolhe e com implicações igualmente negativas no volume de emprego criado.

A actividade turística defronta-se com uma elevada competitividade, a exigir um maior dinamismo na procura de mercados e correntes turísticas alternativas, situação agravada pela circunstância dos principais mercados emissores serem dominados por grandes grupos de operadores turísticos e a economia desses países atravessar uma profunda recessão cujos efeitos se repercutem na qualidade de vida da sua população.

Por outro lado a acentuação das desigualdades, a exclusão de milhares e milhares de famílias de um nível de vida digno em resultado da política praticada pelo actual Governo, tem como consequência que uma parte significativa dos portugueses perdeu de facto a possibilidade de exercer o seu direito às férias e ao lazer, diminuindo a sua presença nas principais zonas turísticas do país e impedindo que o turismo interno adquira entre nós a importância que já atingiu na maioria dos países desenvolvidos onde representa cerca de 60% da procura.

Os problemas sociais no sector estão a agravar-se, sendo os trabalhadores os primeiros a serem atingidos. Verificam-se situações de salários em atraso, designadamente no Algarve, a precariedade e a insegurança no emprego, com a consequente degradação das condições de vida.

A confirmarem-se as previsões mais pessimistas quanto aos resultados do ano turístico, este quadro pode ser substancialmente agravado.

2. A resposta aos problemas que estão colocados, perfeitamente previsíveis há alguns anos, exigia que se tivessem tomado medidas para dotar a actividade de maiores apoios no plano da promoção externa, visando a conquista de novos mercados e correntes turísticas, se disciplinasse e organizasse a oferta de

## CAMARADAS FALECIDOS

### ARMANDO DA CRUZ

Faleceu no passado dia 22 de Junho, com 67 anos, **Armando Mendes da Cruz**, natural de Condeixa-a-Nova. Era membro da Comissão de Freguesia de Cacilhas, onde, apesar da sua debilitada saúde, desenvolveu sempre com dedicação a sua actividade partidária.

### EUGÉNIO CARDOSO

Faleceu, no passado, dia 30 de Junho, **Eugénio da Silva Cardoso**, membro do PCP desde 1980. Militou activamente na célula dos Táxis do Sector dos Transportes, na célula da freguesia de S. José e, ultimamente, desde 1987, na SIP da Organização da Cidade de Lisboa.

### JOÃO DA SILVA

Faleceu, no passado dia 9 de Junho, em Santa Cruz das Flores, nos Açores, **João Manuel da Silva**, com 42 anos, natural e residente na Ilha das Flores, onde exercia a profissão de enfermeiro no centro de saúde. Era membro do PCP desde 1976 e fazia parte da Comissão de Ilha, desde 1978, tendo sido candidato nas listas para a Assembleia Regional e para as autarquias locais.

Nas reuniões da Assembleia Municipal e da Assembleia de Freguesia de Santa Cruz das Flores, efectuadas no mês de Junho, foram aprovados votos de pesar pelo falecimento do camarada, conhecido por **João Enfermeiro**.

Aos familiares e amigos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.



Edgar Costa, Carlos Luís Figueira e João Andrade Santos

forma a assegurar padrões de qualidade em todos os seus segmentos.

O facto deste ano importantes zonas turísticas do país (entre elas o Algarve) terem sido impedidas de ostentar a «Bandeira Azul» como símbolo de qualidade das suas praias, com evidentes prejuízos para a sua imagem turística, deve-se à exclusiva responsabilidade do Governo já que lhe competia tratar do processo da recolha das análises necessárias à candidatura de tal símbolo.

A circunstância de não se estar ainda a proceder à devida recolha das análises das águas e a não cumprir o Programa de Vigilância Sanitária das Praias, processo que cabe por inteiro ao Governo implementar através das Administrações Regionais de Saúde, pode vir a criar efeitos de maior gravidade nos resultados do próximo ano turístico.

Tais factos atestam, entre outros, o pouco interesse que o Governo tem dispensado a um sector com crescente peso e importância na economia nacional.

3. Os excepcionais recursos turísticos que o país dispõe têm de ser urgentemente defendidos de forma a salvaguardar o valioso património ainda disponível no plano paisagístico, ambiental e cultural, de forma a que a nossa oferta turística se afirme e se imponha pela diversidade e qualidade em todos os domínios da actividade - única forma de, num mercado cada vez mais competitivo podermos continuar a assegurar o importante contributo que a mesma pode dar à economia nacional.

A recente extinção do Instituto de Promoção Turística

(IPT), com a integração das suas funções no Instituto do Comércio Externo de Portugal, medida recentemente tomada pelo Governo, levanta por isso as maiores dúvidas. Sendo certo que o IPT e as suas delegações no estrangeiro desde há muito não respondiam às novas exigências que a situação impunha, aliada a um total desconhecimento de uma estratégia de política global para o sector, a medida agora tomada sugere naturalmente dúvidas e apreensões por eventualmente subalternizar a actividade do sector.

4. O Governo acaba de anunciar um pacote de 50 milhões de contos de incentivos financeiros ao sector.

Importa desde já considerar que se torna indispensável para garantir uma eficaz aplicação de tais recursos que o acesso às fontes de financiamento e a sua aplicação no terreno seja acompanhada de medidas que garantam a sua transparência, e se assegure a qualidade e o interesse dos projectos a apoiar. Mais, que a sua distribuição tenha em conta as diversas regiões do país de forma a permitir que o estímulo à actividade turística possa constituir um instrumento de combate ao atraso e ao isolamento a que as regiões do interior foram relegadas.

Nesse sentido considera-se de elevada importância que as actuais Regiões de Turismo sejam chamadas a dar pareceres vinculativos sobre os projectos e que as mesmas sejam investidas de poderes nesta matéria, no quadro da nova Lei Hoteleira actualmente em preparação.

5. As críticas que o PCP expressou quando da aprovação da actual Lei Quadro das Regiões de Turismo, designadamente em relação ao carácter centralizador que a mesma continha, e ao consequente esvaziamento de poderes das regiões a que conduzia estão a ser confirmadas através do relacionamento vivido nos últimos tempos entre estas e os organismos de tutela, nomeadamente no que respeita ao IVA turístico, nos atrasos na publicação dos novos Estatutos e quadro de pessoal das Regiões e nas tentativas de controlo dos planos de actividade e publicações das Regiões de Turismo.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho do Turismo diligenciará para que o PCP, tal como na altura da publicação da actual lei tinha anunciado, tome em breve iniciativas para alterar os aspectos mais gravosos da mesma, assim como para a apresentação na Assembleia da República de um projecto de Lei Quadro das Regiões de Turismo.

## Comunistas de Lisboa saúdam Expo/98

A Direcção da Organização do PCP na Cidade de Lisboa saúda a atribuição da realização da EXPO/98 à Cidade de Lisboa pelo que de positivo significará para a requalificação e desenvolvimento de uma área da cidade extremamente degradada.

Apoiando inequivocamente esta iniciativa, a Organização do PCP na cidade de Lisboa não pode deixar de alertar para as consequências sociais que poderão advir da alteração radical que se irá produzir nesta zona onde ainda laboram milhares de pessoas, apesar da política que vem sendo estimulada pelo Governo PSD já ter liquidado milhares de outros postos de trabalho.

Sendo certo que a construção da EXPO/98 envolverá a ocupação de muita mão-de-obra, não pode ficar em aberto a situação dos que hoje lá laboram, que usufruem de estabilidade no emprego e de direitos conquistados ao longo de muitos anos de trabalho e luta.

Apoiando-se no argumento da realização da EXPO/92 e da alteração radical da zona, o patronato poderá ver aqui extraordinárias condições para a especulação imobiliária, encerrando unidades, acelerando a liquidação de postos de trabalho estáveis e

com direitos.

Neste contexto, o PCP na cidade de Lisboa apela para a necessária vigilância dos trabalhadores e para a responsabilidade institucional das entidades que devem garantir a preservação dos seus interesses e direitos.

Por seu turno, a Comissão de Freguesia de St.ª M.ª dos Olivais do PCP, reunida em 2 de Julho de 1992, congratula-se com a eleição da Cidade de Lisboa para a realização da EXPO/98. E sublinha a grande importância deste acontecimento para a Capital e sobretudo para a sua zona oriental.

«O PCP nos Olivais, apesar da sua satisfação pelo grande benefício que esta exposição trará à Freguesia, não deixa de estar alerta e preocupar-se com o que poderá acontecer às empresas e aos trabalhadores que laboram nesta área. A situação dos trabalhadores merece a nossa atenção dos trabalhadores merece a nossa atenção, pois acima de tudo, privilegiamos a dignidade humana e o bem-estar dos trabalhadores, força motora para o desenvolvimento de qualquer sociedade. É preciso salvaguardar todos os postos de trabalho.

Aproveitamos para fazer votos de continuação da Coli-

gação «Por Lisboa» na nossa Freguesia e na Cidade, a fim de mais activamente podermos contribuir na larga convergência de esforços que é necessária para levar a cabo uma iniciativa que pela sua envergadura projectará a

Cidade de Lisboa para além-fronteiras.

Salientamos também o papel preponderante da Câmara Municipal de Lisboa na contribuição dada para a que Lisboa fosse eleita para a realização da EXPO/98».

## Mulheres CDU convivem em Vilar de Mouros

No passado domingo, mais de 1100 pessoas, na sua maioria mulheres, participaram no passeio anual das mulheres da CDU/Porto.

Dezoito camionetas e dezenas de automóveis rumaram de manhã cedo a Vilar de Mouros, freguesia do concelho de Caminha, de maioria CDU.

Foi um cortejo, com os carros embandeirados, o que partiu da Praça da Liberdade, no Porto, para aquela localidade, conhecida de muitos democratas pelos concertos de música ao ar livre ali realizados antes do 25 de Abril.

Durante o dia, foi o convívio, banho nas azenhas, jogos populares, música e baile, conversas e recordações pelo meio, o fruir da natureza generosa, ali no verde coração do Alto Minho.

Do palco, onde tocou o conjunto musical, Luísa Araújo, do Secretariado do Comité Central do PCP e convidada especial desta iniciativa, proferiu de improviso uma intervenção política recebida com muito agrado pelos presentes.

E prosseguiu o convívio, alegre e descontraído, a gosto — de tal modo que o regresso a casa se fez já bem pela noite dentro.



## CDU reúne em Sintra

Realizou-se, em Rio de Mouro, uma reunião de eleitos e activistas da CDU do Concelho de Sintra, tendo os trabalhos sido encerrados por uma intervenção de Jorge Cordeiro, do Comité Central do PCP.

O debate foi bastante vivo e participado, tendo sido apresentadas diversas propostas de trabalho e os participantes manifestado grande confiança e optimismo nas perspectivas para a CDU.

A reunião aprovou um documento que constituirá «a base de trabalho que norteará a acção da CDU no Concelho de Sintra nos próximos tempos», como se refere, tendo igualmente sido aprovada uma proposta no sentido da Comissão Concelhia da CDU organizar um «Grande Fórum» denominado «Por Sintra e o Seu Concelho», a realizar em Janeiro do próximo ano, ficando desde já aberto — na preparação e discussão de todas as suas teses — ao maior número possível de municípios.

A reunião abordou temas fundamentais da vida do

Concelho de Sintra, nomeadamente denunciando o novo presidente do município, Rui Silva, que substituiu João Justino na sequência da perda de mandato deste, de estar «a conduzir um processo de forte partidização da Câmara, em favor do PSD, iniciando inclusive uma clara instrumentalização do aparelho de informação do Município».

«Foi igualmente realçado que «o trabalho dos eleitos da CDU em pelouros municipais se traduz por uma elevada capacidade de resposta aos problemas locais, pelo rigor e seriedade na actualização, pelo diálogo com a população e os mais diversos agentes locais».

### Um trabalho à vista

Para além da actividade em pelouros que lhe estão atribuídos, a CDU desenvolve ainda uma intensa actividade ao nível global dos órgãos do Município — Câmara e Assembleia — e é, inquestionavelmente, a força política mais procurada para

a ajudar à resolução dos mais diversos problemas que se colocam à população, a promotores e aos mais diversos agentes locais.

A esta qualificada actividade a nível municipal, corresponde uma igualmente dinâmica e qualificada actividade a nível das freguesias, quer naquelas onde a CDU é maioria quer naquelas em que, embora minoria, detém responsabilidades, pelo que «encara o futuro com determinação e inquestionável predisposição de trabalhar para o reforço das suas posições autárquicas no concelho.»

«Na conquista do futuro, temos todas as condições para trabalhar em consonância com larguíssimos sectores da população, com a generalidade dos agentes económicos, sociais e culturais», afirmou-se no encontro de Rio de Mouro, acrescentando-se:

«Todos aqueles que pretendem vencer as dificuldades e carências deste concelho em que é difícil viver, todos aqueles que pretendem a melhoria das condições de



vida, estão em condições de trabalhar connosco. Só aqueles que do imobilismo fazem bandeira, só aqueles que do desenvolvimento têm o modelo da degradação ambiental e social, nada têm a fazer do nosso lado. Com todos os que pretendem um concelho melhor para viver temos trabalhado, com todos esses continuaremos a trabalhar e a ganhar o futuro.»

Entretanto no horizonte encontram-se as eleições autárquicas de 1993. «A CDU não esquece que tem sido, desde as eleições de

Dezembro de 1979, a segunda força política do concelho de Sintra. Não esquece que é a alternativa real às coligações do PSD com o CDS e às suas inqualificáveis gestões.» Além disso considera que a «caótica e escandalosa gestão praticada, durante o actual mandato, pelo PSD, retira, a este partido, e aos seus aliados do CDS, toda a autoridade para reivindicar a vitória eleitoral em 1993.» Por outro lado «o comportamento do PS nas autarquias de Sintra, com um trabalho medíocre a nível de pelouros

e freguesias, com uma conhecida imagem de falta de rigor e sem qualquer demarcação face à gestão do PSD, não possibilita a este partido afirmar-se como alternativa ao que quer que seja.»

Assim, a CDU, «pelo trabalho realizado e pelas características positivas da sua acção aos mais diversos níveis, considera-se a única força política em condições de garantir a vitória eleitoral em 1993 e de possibilitar a mudança nos rumos da vida local.»

## Demonstrado em Encontro de activistas Freguesia de Belas precisa da CDU

Eleitos e activistas CDU da Freguesia de Belas, reunidos em recente encontro que contou com meia centena de participantes e a presença de Lino Paulo, vereador da Câmara Municipal de Sintra, e Carlos Rabaçal, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, procederam à análise da situação da Freguesia.

Fernando Grave, eleito pela CDU na Assembleia de Freguesia de Belas, abriu o encontro com um levantamento completo das principais carências de Belas e da acção do executivo da Freguesia, constatando-se «ter havido nestes dois anos e meio de gestão PS/PSD uma completa estagnação na actividade autárquica da Freguesia». Aliás o encontro acusou o actual executivo «de total incapacidade para

dirigir os destinos» desta autarquia, apresentando-se numerosas demonstrações disso.

Por exemplo «o actual executivo não só não pôs em prática qualquer plano de acção próprio, como não foi capaz de dar continuidade à notável acção da CDU, que por toda a Freguesia concretizou obras que elevaram qualitativamente a vida da população», deixando degradar «todos os equipamentos concretizados pela gestão CDU, muitos deles com o trabalho activo e voluntário da população». A acção desportiva e cultural, «que em tempos envolveu milhares de participantes, desapareceu quase completamente. O que existe é da iniciativa do Movimento Associativo de Belas, também completa-

mente abandonado pela autarquia».

### Comparar gestões

A CDU não tem representação na Junta de Freguesia de Belas, «apesar de ter sido a segunda força política mais votada nas últimas eleições autárquicas. Tal situação deve-se à preferência dada ao PSD pelo PS; desrespeitando assim o sentido de voto da população», denunciou-se no Encontro, acrescentando-se, ainda a propósito, que «é evidente que o afastamento da CDU da Junta de Freguesia resulta num enorme prejuízo para Belas e a sua população».

Entretanto, a CDU não tem cruzado os braços. Os seus eleitos na Assembleia de Freguesia propuseram a convocação de uma reunião extraordinária deste órgão «para aprofundar e aprovar

medidas de acção acerca da preservação do património histórico, cultural e natural de Belas, que corre sérios riscos de ficar à mercê da especulação imobiliária. A proposta foi aceite. Espera-se que seja convocada a Assembleia extraordinária», frisou-se.

O Encontro de Belas definiu a disposição da CDU de continuar a lutar na Assembleia de Freguesia pela dignificação do espaço de vivência e defesa do ambiente, exigindo o cumprimento do Plano de actividades proposto pelo actual executivo, aliás, Plano que é

a transcrição do anterior e que não foi cumprido».

Igualmente a CDU apoiará, «dentro das actuais possibilidades, iniciativas desportivas, culturais e recreativas de acordo com a vontade das colectividades e outras associações da Freguesia», tal como zelará «na Assembleia de Freguesia, ou onde for necessário, pelas condições urbanísticas e monumental de Belas» e «insistirá, nomeadamente pressionando o executivo, até conseguir que seja levado à prática a proposta de programa da CDU», nomeadamente no que diz

respeito a vias de comunicação, segurança das populações, iluminação pública, habitação, urbanismo, espaços verdes, infância, juventude, 3ª idade, desporto, cultura e recreio.

E sublinhou o Encontro, no final:

«É uma evidência a necessidade de alterar a actual situação da Freguesia, no sentido dos interesses das populações e de Belas; tal só será possível com a CDU que, por isso, considera a perspectiva de retomar a Freguesia nas próximas eleições, um objectivo justo e ao seu alcance».

## CDU discute Vila Nova de Gaia

Realizou-se no passado sábado um Encontro Concelhio da CDU de Vila Nova de Gaia, que deu um balanço à gestão municipal, da responsabilidade do PS, a fez o ponto da situação relativamente a diversos problemas do concelho.

Gestão urbanística, trânsito, ambiente (com destaque para os problemas da água e do saneamento básico) e cultura, foram alguns dos problemas analisados, a par com a grave situação financeira do município e com outras questões que se colocam às freguesias.

Foram denunciados o sectarismo e a falta de transparência da gestão socialista, a burocracia bloqueadora rei-

nante na Câmara, as práticas de clientelismo e compradio.

Diversos participantes trataram problemas relativos às respectivas freguesias, referiram à situação dos trabalhadores e vários aspectos da situação política actual. Maastricht, naturalmente, não foi esquecido.

Foram abordadas questões respeitantes às eleições autárquicas de 1993, ficando nomeadamente programada a realização de visitas a freguesias e prevista a realização de dois encontros temáticos: um, sobre Ensino e Cultura, em inícios de Outubro, outro, sobre Ambiente e Saúde, em Novembro.

O Encontro confirmou a convicção de que, «no interesse do Município e dos

municípios, ao vereador da CDU deveria ser atribuída a gestão a tempo inteiro de pelouros camarários — do acordo, aliás com expectativas geradas pelo próprio PS do que poderia rever a sua posição sectária, do início do mandato, ao excluir o vereador da CDU da responsabilidades directas na gestão camarária».

Mas ficou claro também o entendimento de todos de que «a aceitação de tais responsabilidades — para a qual a CDU mantém a abertura de sempre — não poderá nunca significar a renúncia à independência de voto e à autonomia de apreciação crítica sobre o conjunto da gestão municipal».



# Reunião da Direcção Nacional da JCP Lei de acesso ao Ensino Superior é vitória dos estudantes

A preparação do IV Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), a actividade nos últimos meses daquela organização e a apreciação dos aspectos mais relevantes da política do Governo na área da juventude e questões da actualidade política mais geral, com destaque para uma tomada de posição sobre o Tratado de Maastricht, foram alguns dos temas discutidos na reunião de sábado passado da Direcção Nacional da JCP.

Sobre o acesso ao Ensino Superior, um documento aprovado nesta reunião considera que «as medidas aprovadas pelo Governo» sobre a matéria traduzem-se «numa grande vitória dos estudantes e mostram bem a justeza da sua luta de das suas reivindicações». Para a JCP «valeu a pena lutar», assinalando ser esta também uma «derrota»

das posições da JSD que «assumi a defesa da PGA, mesmo com outro nome, traduzida na apresentação de um projecto de lei na Assembleia da República».

A JCP assinala que no entanto a questão fundamental do acesso ao Ensino Superior Público está por resolver: o fim do *numerus clausus* sem o qual milhares de estudantes continuarão a ficar de fora da Faculdade. «O Governo não demonstrou, nem tem qualquer intenção de desenvolver o Ensino Superior Público, nem mesmo com um sistema mais justo», diz a JCP que reclama a necessidade de continuar a luta contra o *numerus clausus*.

Sobre a imposição pela maioria do PSD na Assembleia da República do aumento de propinas, a JCP considera que ela contraria a von-

tade dos estudantes do Ensino Superior, tal como foi expresso nas acções de rua e nos referendos realizados em diversas faculdades.

«A Lei agora aprovada é inconstitucional, revela bem a intransigência e a prepotência deste Governo e do seu partido», diz a Juventude Comunista.

Os jovens comunistas defendem que só a luta e a unidade dos estudantes pode fazer frente a esta medida, apelando aos estudantes para «manterem a sua postura e empenho» para fazer face a estes propósitos.

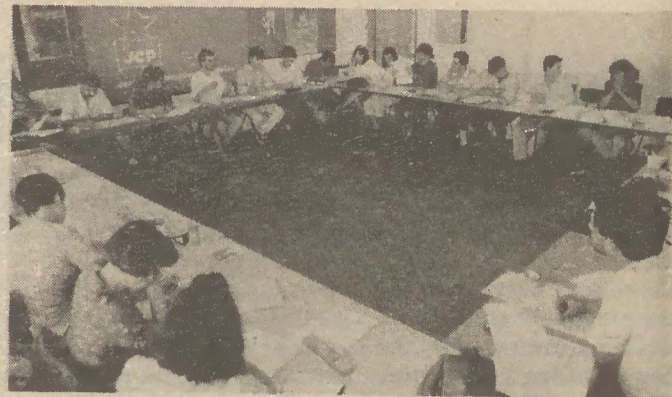
Também a habitação foi assunto discutido nesta reunião da Direcção Nacional da JCP: «as medidas avulsas, podendo resolver algumas situações pontuais, resolvem com exigências de 50 por cento ou até mais, dos rendimentos mensais dos jovens»,

diz o comunicado final saído desta reunião.

«Definir uma política nacional de habitação, adoptando uma política de solos de modo a combater a especulação imobiliária, que reforçando os apoios às cooperativas, que efectivando os apoios à autoconstrução, que facilite o acesso ao crédito jovem e estimulando o apoio à construção de fogos para renda social» são propostas da JCP que decidiu criar um grupo de trabalho em conjunto com os seus eleitos na Assembleia da República para elaborar propostas que dêem origem a iniciativas legislativas nesta área.

## Não a Maastricht e à nova Lei da Greve

Sobre o Tratado de Maastricht, a JCP considera como fundamental o esclarecimento dos jovens portugueses



A Direcção Nacional da JCP reuniu no passado sábado

sobre as consequências da aplicação do tratado no nosso país, reafirmando a posição do «Não» a Maastricht, tendo decidido desenvolver iniciativas que permitam esclarecer os jovens portugueses e «ganhá-los para expressarem convictamente o «Não»».

Finalmente a Direcção da JCP repudiou os projectos de lei do PSD e CDS sobre as alterações à Lei da Greve, «que visam limitar o exercício dos trabalhadores do direito à greve», apelando aos jovens trabalhadores para lutarem contra a sua aplicação.

No plano da actividade da JCP, considerou-se dar relevo à Campanha pela Defesa dos Direitos dos Jovens Trabalhadores. Para o período de férias assume particular relevo a participação na Festa do «Avante!» e na Cidade da Juventude, iniciativa que

movimenta milhares de jovens.

Sobre o IV Congresso a JCP, marcado para o primeiro semestre de 1993, definiram-se as seguintes questões a debater na fase preparatória: «o alargamento da discussão a toda a organização e a recolha de opiniões e sugestões»; «a criação de grupos de trabalho»; «dar continuidade às adesões verificadas e apontar como objectivo até ao Congresso 500 novas adesões»; «a recolha financeira de mil contos».

A DN da JCP aprovou resoluções específicas sobre aumento de propinas no Ensino Superior Público, o Tratado de Maastricht; habitação; acesso ao Ensino Superior e o IV Congresso dos jovens comunistas, onde as suas posições são detalhadamente explicadas.

## Baldios

# «PSD foi longe de mais»

Com o título «PSD não desiste em roubar os Baldios aos povos serranos, desta vez foi longe de mais», o Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes emitiu na passada terça-feira um comunicado que transcrevemos:

No passado dia 2, pela 16ª vez, mais de 400 compartes e Conselhos Directivos de Baldios dos Distritos de Vila Real e Viseu, deslocaram-se à Assembleia da República para assistirem à discussão de dois Projectos de lei da autoria do PS e PSD, sobre o regime jurídico dos Baldios.

Apesar das duas últimas fulminantes derrotas, dos Projectos de lei que visam retirar os Baldios aos Povos Serranos infligidas ao PSD pela luta dos compartes e seus Conselhos Directivos de Baldios e pela acção fiscalizadora do Presidente da República e do Tribunal Constitucional, o PSD volta a insistir no roubo dos nossos Baldios e na sua extinção enquanto propriedade comunitária.

Dos dois projectos, o do PS não obstante ser substancialmente diferente quer na forma quer no seu conteúdo, teve o «mérito» de levantar a «lebre» para que o PSD, temeroso de ficar sem a presa, se lançasse numa correria louca, na ânsia incontida de a reduzir à «sacrossanta» propriedade privada, de uns tantos interesses (chamem-se eles, Autarquias, Serviços Florestais, celuloses, Segurança Interna, «motivos urgentes», Indústria

Turística ou Senhores todos poderosos do antigamente).

Esta iniciativa do PS para além da sua inoportunidade face ao actual quadro de correlação de forças na Assembleia da República desfavorável aos Povos dos Baldios; o projecto contém em si alguns alçapões e estabelece uma malha legal em matéria de alienação, por onde pode passar todo o «tecido».

Quanto ao projecto de lei do PSD é dos piores de sempre. É acintoso e ofensivo da dignidade dos Povos Serranos. Está ferido de inconstitucionalidades.

Senão vejamos:

Ataca despudoradamente a propriedade comunitária, pela primeira vez em toda a sua extensão (incluindo equipamentos comunitários como: eiras, fornos, moinhos e azenhas); ofende frontalmente a honorabilidade e trabalho dos Conselhos Directivos dos Baldios (únicos Órgãos instituídos por Lei que trabalham sem qualquer remuneração), ao insinuar que são estes que deitam fogo às florestas na avidez de arrecadar receitas ou acusá-los de receber verbas que os compartes nunca vêem nem beneficiam»; declara os Baldios excrecências socio económicas do passado; as actuais Leis, como monstruosas aberrações jurídicas; tudo isto para chegar à brilhante conclusão: é preciso atacá-los, aliená-los, extingui-los. Vale tudo! Desde a utilidade pública, ao não uso do Baldio, à construção de habitação, à instalação de indústria; exigência de

Segurança Interna, ou defesa nacional e outros motivos urgentes.

No capítulo de administração consagra formas bolorentas como as do «antigamente», pretende-se instituir Órgãos de tutela sem a participação directa dos interessados (de intenções pidescas), esvazia-se a actual forma de Democracia participativa, hoje consagrada e exercida na sua plenitude pelas Assembleias de Compartes, em sua substituição os Senhores Deputados do PSD, propõem para certas matérias de competência exclusiva da Assembleia da Compartes como forma inovadora, a consulta escrita domiciliária do porta-a-porta; que estranhíssimo conceito de Democracia este!

Contrariamente ao que os autores do projecto afirmam na sua introdução os, compartes e seu representantes não estão agarrados a figuras românticas de um passado nostálgico quanto à forma e aproveitamento dos seus Baldios; antes pelo contrário, sempre pretenderam, em parceria com Estado, encontrar para os Baldios formas de gestão modernas e eficientes, tendo em vista a utilização e aproveitamento múltiplo dos cerca de 400 mil ha de Baldios ainda existentes.

Têm sido estas, e não outras, as magnas questões que sucessivamente temos vindo a colocar e a reclamar das Entidades Oficiais. O que não aceitamos é toda uma linguagem pejada de farisafismos, revestida de todo um estilo reverbativo de «novo riquíssimo» cultural que remonta ao tempo do Marquês de Pombal e ao período do Liberalismo. Já nessa altura, se dizia que a «propriedade Comunitária estava fora de moda, já não se usava»; só que a história veio demonstrar que os «iluminados» de então muito se enganaram, já que, apesar de todos os ferozes ataques, os Baldios continuaram.

Os deputados subscritores do projecto do PSD forma desta vez, violentissimamente ofensores da dignidade dos Povos Serranos, dos Concelhos Directivos e Assembleias de Compartes. Ao mesmo tempo que estudamos a hipótese de um recurso aos Tribunais, exigimos a abjuração pública de tais insinuações, desafiando os seus mentores para um debate público, para provarem tais «acusações» e ou para o esclarecimento cabal das suas intenções.

É um projecto que está a suscitar pela natureza e linguagem a justa revolta dos Povos Serranos!

Este projecto de lei, é um barril de pólvora a que não faltam o rasilho e o fogo. Pelas lutas de sempre haveremos de fazê-lo estourar na mão dos seus autores.

O PSD não desiste!

Os Povos Serranos, os Conselhos Directivos de Baldios, os compartes também não!



Pela 16ª vez os Povos Serranos têm de defender o seu direito aos Baldios

## COMUNIDADE EUROPEIA

# Conselho de Lisboa no PE Cimeira de passagem ou de transição

Se a importância dos actos se mede pelos seus resultados, então somos forçados a concluir que o Conselho Europeu de Lisboa cedo será esquecido - as palavras são do eurodeputado comunista Joaquim Miranda, ao intervir esta semana na sessão plenária do Parlamento Europeu.

As conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, que culminou a presidência portuguesa da CEE, e o programa da presidência britânica para o próximo semestre, dominaram os trabalhos do PE. Enquanto Cavaco Silva e Deus Pinheiro tentaram dou- rar o quadro do seu desempenho, ao representante do PCP coube o papel da indispensável crítica, ao apontar o contraste entre a exiguidade das decisões tomadas em Lisboa com a importância e gravidade do momento actual.

Como referiu o eurodeputado comunista, "se a importância dos actos se mede pelos seus resultados, então somos forçados a concluir que o Conselho Europeu de Lisboa cedo será esquecido", porque "recusando exigências e urgências, defraudando expectativas e remetendo para futuras cimeiras a generalidade dos assuntos em agenda, foi transformado em mera cimeira de passagem ou de transição".

Salvaguardando o esforço e competência demonstradas por técnicos e diplomatas portugueses, Joaquim Miranda atribuiu os escassos resultados do Conselho de Lisboa à incapacidade e faltas de vontade de política, agravadas pela opção de nele não se tomarem decisões que pudessem alertar ou fomentar oposições nas opiniões públicas dos Estados membros que contribuísem para maiores dificuldades na ratificação do Tratado da União Europeia. Este aspecto, na opinião do eurodeputado, evidenciou "a presença permanente na cimeira - ainda que não aceite

expressamente - do resultado do referendo da Dinamarca e das respectivas implicações políticas e jurídicas".

O que não houve na cimeira de Lisboa, como fez notar o deputado comunista, foi a conclusão óbvia a retirar do referendo, designadamente quanto à necessidade de "profundos e sérios debates ao nível dos Estados membros, que permitam e respeitem uma participação efectiva dos cidadãos" em todo o processo da chamada "construção europeia".

## Faltam meios sobram ambições

Na sua intervenção, Joaquim Miranda classificou de particularmente negativo o facto de a cimeira de Lisboa ter remetido à estaca zero o Pacote Delors II.

"A não aprovação das necessárias novas perspectivas financeiras para o período 1993/97 - disse - constitui um sério entrave à efectiva concretização da coesão económica e social, revela uma falta de solidariedade para com os países e regiões de mais fraco desenvolvimento

A não aprovação do Pacote Delors II é um entrave à concretização da coesão económica e social

e representa mesmo uma nova objecção (em particular para tais países e regiões) à ratificação do Tratado de Maastricht".

Na ausência de meios, sobram as ambições, salientou Joaquim Miranda, referindo-se de seguida à ausência de medidas no plano social, remetidas em Lisboa para a presidência britânica. Uma decisão que "evidencia a já crónica secundarização da vertente social".

Não se ficaram todavia por aí as omissões e adiamentos que pontuaram o Conselho Europeu de Lisboa. "É o caso da cooperação com os Países em Vias de Desenvolvimento, que a presidência portuguesa havia incluído entre as suas prioridades, o que apoiámos, naturalmente" - disse o eurodeputado. Também aqui os resultados contrastam com as intenções anunciadas, uma vez que as atenções e os meios comunitários continuam virados para o centro e leste europeus.

Por outro lado, acrescentou, registaram-se "desajustadas conclusões quanto à Conferência do Rio e ao

papel nela desempenhado pelas Comunidades".

A terminar, Timor-Leste:

**Que dizer da não referência a Timor-Leste, conhecida que é a dramática situação no território e a própria evolução da mesma, nos últimos tempos? É intolerável que, afirmando-se a promoção e a salvaguarda dos direitos do homem se tenha ignorado tal situação, quer quanto às violações brutais dos direitos do homem, quer no que respeita ao direito daquele povo à autodeterminação e à independência.**

Fazendo notar que tais omissões contrastam com a "admissibilidade de uma intervenção na Jugoslávia", cuja dramática situação não se põe em causa, Joaquim Miranda alertou para o facto de o hipotético uso da força poder aprofundar ainda mais os ódios e as fracturas que ali se verificam. Essa a razão pela qual os comunistas manifestam as mais sérias apreensões por tal atitude assumida no Conselho Europeu de Lisboa".

## CES considera resultados fracos»

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) classifica de "bastante fracos" os resultados da cimeira europeia de Lisboa, segundo um comunicado divulgado no final do mês em Bruxelas.

Para a CES, é "decepcionante a falta de orientações precisas sobre o Pacote Delors II, nomeadamente no que respeita à coesão económica e social".

No seu comunicado, a CES acusa os líderes políticos dos Doze de não terem definido os meios para reduzir as disparidades económicas na Comunidade, com a agravante de terem deixado em aberto até à cimeira de Edimburgo uma decisão

sobre os recursos da CEE para o período 1993/97.

Referindo-se à política social, a Confederação considera "insuficientes" as linhas que lhe foram consagradas no comunicado final da cimeira que, no seu entender, "não escondem a realidade dos factos, como ficou demonstrado no último Conselho dos Assuntos Sociais, a 24 de Junho". Recorda-se que, naquele Conselho, os Doze não chegaram a acordo sobre a proposta de directiva para a fixação de 48 horas como limite máximo da semana de trabalho.

A CES aponta, a propósito, o "paradoxo" criado pela cimeira ao reafirmar que "a

futura Europa social é o complemento necessário à realização do mercado interno", quando "o fosso entre as dimensões social e económica não cessa de se agravar".

Sublinhando que "os trabalhadores europeus esperam dos Estados-membros actos concretos, como prova da sua vontade política de construir uma Europa de progresso económico e social", o comunicado da CES aponta no entanto como resultados "positivos" da cimeira a recondução de Jacques Delors na presidência da Comissão Europeia e o desejo de ratificação do Tratado de Maastricht até ao final do ano.

## Timor-Leste

A Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM) exigiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros "uma explicação plausível" pelo facto de o comunicado final da cimeira de Lisboa não fazer referência à situação de Timor-Leste. Para a CDPM, tal facto "é tanto mais grave quanto se sabe que a presidência tinha preparado um texto em que Timor-Leste era explicitamente citado" e porque ocorreu numa altura capaz de "influenciar negativamente" decisões contra a Indonésia. "A ausência de posição expressa da CEE - afirma a CDPM em comunicado - surge assim a contra vapor da anunciada suspensão de auxílio militar norte-americano e pode mesmo influenciar negativamente decisões pendentes nesse sentido". Considerando que as responsabilidades da CEE para com Timor "são bem mais dilatadas do que as dos Estados Unidos", a CDPM faz notar que a Comunidade "está obrigada por resoluções do Parlamento Europeu e do próprio Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros a promover uma política externa activa em prol de uma situação negociada do conflito, de acordo com os interesses dos timorenses". Para a Comissão, atitudes destas "põem seriamente em causa a credibilidade da política externa portuguesa para Timor", pelo que delas "deverá ser dada uma explicação plausível à opinião pública".

## Grupo Consultivo

O deputado comunista Sérgio Ribeiro apresentou uma pergunta ao Conselho e à Comissão das Comunidades Europeias respeitante à primeira reunião do *Consultative Group on Indonesia* (CGI), a realizar nos próximos dias 16 e 17 de Julho. O eurodeputado recorda que o CGI veio substituir o Grupo Intergovernamental para a Indonésia, cuja presidência era assegurada pela Holanda, parecendo corresponder "à satisfação de condições postas pela Indonésia" na sequência das posições holandesas levantando "o problema do desrespeito pelos direitos do homem na Indonésia". Sendo que as posições da Holanda estavam concordantes com as reiteradas pelo Parlamento Europeu, interroga o eurodeputado se "a Comunidade vai estar representada nessa reunião do CGI, a que nível e que posições vai defender no que respeita à ligação entre a cooperação e respeito dos direitos do homem".

## Acordo com os PALOP

O primeiro acordo no quadro de cooperação regional entre a CEE e os cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), foi assinado no final do mês passado, em Bruxelas. O acordo implica a concessão de 4,5 milhões de contos em ajudas ao desenvolvimento, designadamente à melhoria dos sistemas educativos, saúde e de formação profissional de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe". Este programa comunitário prevê ainda a criação de estruturas de coordenação entre os "cinco", incluindo a realização de cimeiras anuais de chefes de Estado e de reuniões semestrais entre os diferentes ministérios.

## Mortalidade infantil

A taxa de mortalidade infantil no Reino Unido - de 8,4 em cada 1000 nascimentos - é a mais alta da CEE, revelou recentemente um estudo da responsabilidade da organização britânica *National Children's Home* (NCH). O estudo, efectuado nos 12 países comunitários, mostra que quase uma em cada quatro crianças britânicas vive na pobreza, percentagem só ultrapassada na Irlanda e em Portugal. A NCH pediu entretanto às autoridades britânicas, que detêm actualmente a presidência da Comunidade, a nomeação de um comissário, a fim de se cumprirem as directivas das Nações Unidas no âmbito do respeito pelos direitos da criança.

## Política social

O grupo socialista do Parlamento Europeu advertiu há dias o Reino Unido que a "política social deve ser uma prioridade para a Europa". Segundo um comunicado do grupo, "uma verdadeira comunidade não se reduz simplesmente a um grande mercado", pelo que os euro-socialistas se propõem apresentar novas iniciativas em matéria de política social. Recorda-se a propósito que o Reino Unido foi um dos responsáveis pela não aprovação da política social durante a presidência portuguesa.

## EFTA em Bruxelas

Parte do secretariado da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), vai instalar-se em Bruxelas até ao final do ano, na sequência da assinatura do Tratado sobre o Espaço Económico Europeu (EEE) com a CEE. Com a entrada em vigor do EEE em 1 de Janeiro de 1993, os sete países (Áustria, Finlândia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Suécia e Suíça) vão investir cerca de 520 milhões de dólares (67,6 milhões de contos), dos quais dois terços representam a sua contribuição para alguns programas comunitários.

## Desemprego e inflação na Comunidade

As taxas de desemprego e da inflação continuam a aumentar na Comunidade, informou há dias o gabinete de estatísticas da CEE (Eurostat).

Segundo aquele organismo, o desemprego entre os Doze atingiu em Abril os 9,4 por cento, mais 0,1 pontos percentuais do que em Março e mais 0,8 do que em Abril do ano passado.

Portugal, Luxemburgo e a Alemanha foram os países onde se registou maior aumento do desemprego, enquanto a Espanha foi o único país comunitário onde se verificou uma ligeira redução.

Segundo os dados do Eurostat, 34 por cento dos desempregados na Comunidade têm menos de 25 anos.

A taxa anual de inflação nos países da Comunidade, por seu turno, aumentou de 4,7 por cento no mês de Abril para 4,8 por cento no mês de Maio. De acordo com a mesma fonte, o aumento deve-se sobretudo às subidas registadas durante o mês de Maio em Portugal (0,1 por cento), Dinamarca (0,7 por cento), Itália e Luxemburgo (0,5 por cento), Bélgica,

Alemanha e Reino Unido (0,4 por cento) e França e Espanha (0,3 por cento). Os índices da inflação não registaram alteração na Holanda e na Grécia, enquanto da Irlanda não há dados disponíveis.

Segundo o Eurostat, as taxas de inflação estão acima da média comunitária na Grécia (15,8 por cento), Portugal (9,8 por cento), Espanha (6,5 por cento) e Itália (5,4 por cento).

Em Maio, eram os seguintes os índices de inflação anual nos países da CEE:

- Dinamarca	2,5 %	- Reino Unido	4,3
- Bélgica	2,8	- Alemanha	4,6
- França	3,1	- Itália	5,4
- Luxemburgo	3,6	- Espanha	6,5
- Irlanda	3,7 (Fev/92)	- Portugal	9,8
- Holanda	4,2	- Grécia	15,8

Os dados do Eurostat referem ainda que as taxas de inflação dos EUA (0,3 por cento) e do Japão (2,2 por cento) se mantêm abaixo da média comunitária.

# Isabel de Castro ao «Avante» a propósito da «Cimeira da Terra»

## «Modelo económico é o causador dos desequilíbrios, da pobreza, do

**I**ndependentemente do juízo que possa ser feito quanto ao verdadeiro alcance e importância da Cimeira da Terra, recentemente realizada no Rio de Janeiro, sob a égide das Nações Unidas, uma coisa é certa configurando de forma inegável o seu carácter positivo: nunca a comunidade internacional, os responsáveis políticos e a opinião pública foram tão mobilizados e sensibilizados como agora para a problemática ambiental e para os graves desequilíbrios existentes neste domínio bem como no plano económico e social. Isabel de Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», deputada, foi uma das participantes nesta Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo estado presente não apenas na qualidade de dirigente do seu partido como em representação da Assembleia da República no encontro de parlamentares que decorreu paralelamente à Cimeira da Terra.

Aproximadamente um mês depois do encerramento dos trabalhos daquele que foi o maior fórum planetário jamais realizado - e quando porventura ainda é cedo para aferir dos seus resultados práticos ou medir os seus efeitos multiplicadores -, Isabel de Castro falou da sua experiência neste evento, dando a conhecer a sua opinião sobre algumas das questões centrais nele em debate.

— O Modelo de desenvolvimento não está obviamente dissociado da degradação das condições ecológicas e dos graves desequilíbrios ambientais, sociais e económicos existentes. Em que medida é que esta questão fundamental esteve presente na Cimeira da Terra?

— O simples facto da Conferência convocada pelas Nações Unidas se designar de Ambiente e Desenvolvimento significa o actual reconhecimento de que as duas componentes são indissociáveis, e que o estado de uma é determinado pela opção da outra.

A constatação da crise ecológica pela Comunidade Mundial, que levou à convocação desta conferência, determina implicitamente o assumir da responsabilidade que do modelo económico adoptado tem na crise um modelo baseado no crescimento irresponsável, feito à custa da delapidação de recursos, da exploração desenfreada com total desrespeito pelos homens e pela Natureza.

Um crescimento que como sempre afirmámos não traduziu desenvolvimento enquanto sinónimo de bem-estar, equilíbrio, justiça, qualidade. Antes significou, e acentuou o consumismo, o desequilíbrio, a pobreza, os abismos.

A conferência foi, pois, após o importante diagnóstico que o relatório Brundtland em 87 significou, o tempo para conhecimento das causas, tentar adoptar as decisões políticas que as rectificassem.

### Lembrar Timor

— O que é que os «Verdes» portugueses, de mais importante e em síntese, tiveram oportunidade de dizer no Rio de Janeiro?

— Os Verdes tiveram oportunidade de



Dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes», membro da sua Comissão Executiva Nacional desde 1985, Isabel de Castro é igualmente responsável pelas relações internacionais do seu partido, tendo entre Dezembro de 1989 e Março de 1991 integrado o Secretariado da Coordenadora dos Verdes Europeus.

Bancária, Isabel de Castro é desde 1989 membro da Assembleia Municipal de Lisboa, integrando a Comissão para a Promoção da Igualdade.

Nas últimas eleições legislativas foi eleita deputada à Assembleia da República pelo PEV no quadro da Coligação Democrática Unitária (CDU).

dizer da sua experiência como pequeno partido num país do sul da Europa, país que assumiu docilmente o seu estatuto periférico, acomodando-se ao modelo que lhe impuseram e ao papel que lhe atribuíram — o de caixote de lixo da Europa! Uma das maiores quotas de produção de eucalipto da Europa, celulosas instaladas, poluição, erosão dos solos

Campos agrícolas ao abandono, desertificação a alastrar, êxodo para as cidades que crescem assustadoramente. Uma dependência agro-alimentar cada vez maior dos excedentes que da Europa nos chegam em auto-estradas que para isso, sem regra, rasgaram serras. Resíduos tóxicos que ilegalmente se importam, e depositam nos nossos solos. Campos de tiro instalados em Reservas Naturais para satisfazer a indústria armamentista.

Tudo somado, falámos de uma experiência feita de muitas outras, a lembrar que do Norte também somos Sul. Relato, a lembrar que a crise ecológica para nós não resulta de nenhum hipotético conflito entre o Sul e o Norte, mas dos modelos de «Desenvolvimento» melhor, de crescimento impostos, qualquer que seja a sua latitude.

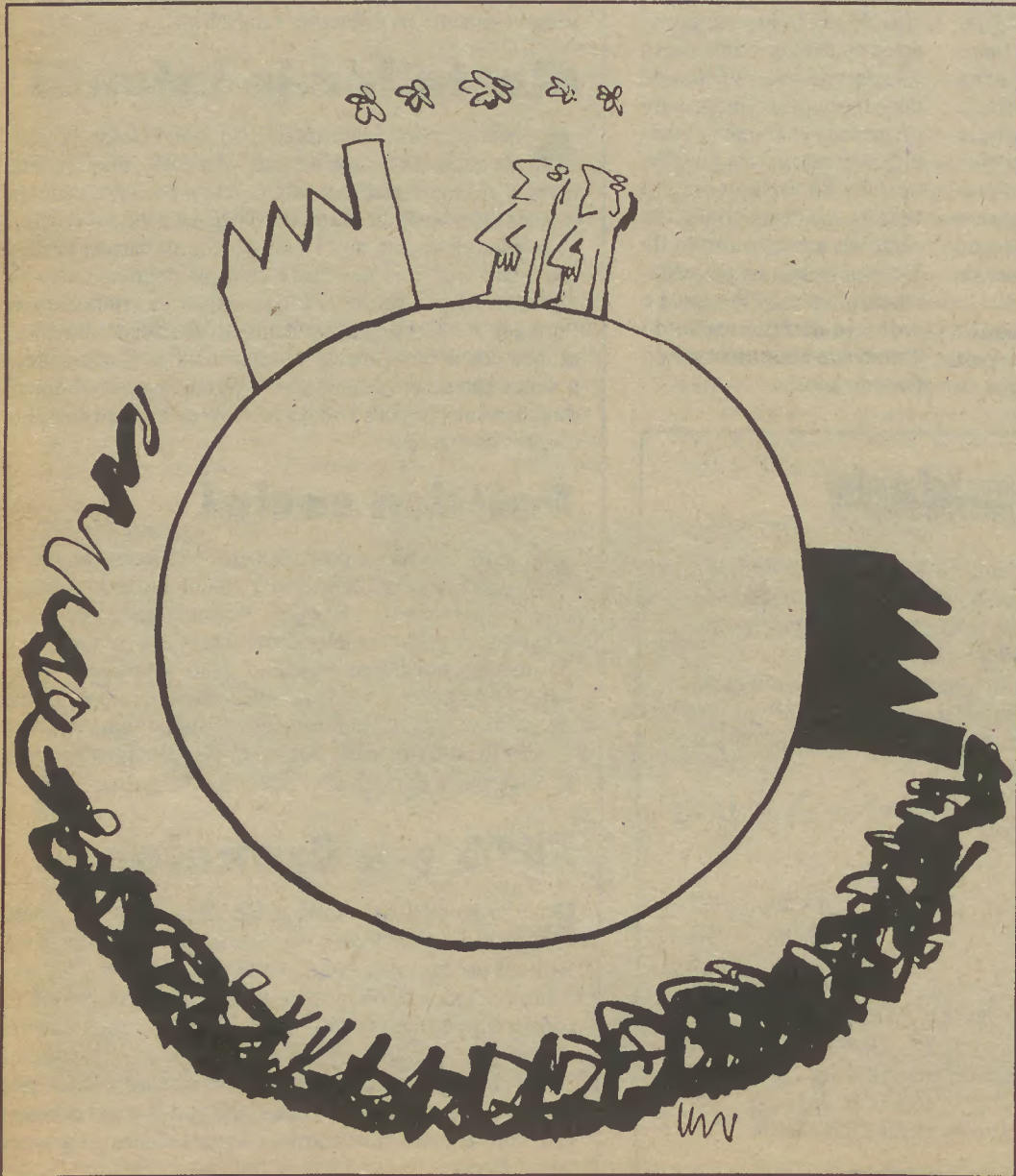
Por último, demos testemunho da acção que em Portugal se desenvolve pela salvaguarda da biodiversidade na sua mais profunda dimensão a espécie humana, que sem dúvida a questão de Timor-Leste representa como defesa de um Povo e uma cultura contra o genocídio que contra si a ditadura militar indonésia comete.

— Quais os aspectos centrais que em sua opinião marcaram positivamente esta Conferência?

— Sem dúvida que o facto da Cimeira obrigar a trazer o Ambiente para as agendas internacionais, e a colocar o seu debate na ordem do dia é um aspecto extremamente positivo.

Como positivo me parece o papel e o reconhecimento por parte das Nações Unidas do papel das organizações não governamentais que de modo inédito numa Conferência deste tipo puderam participar.

A Cimeira permitiu ainda fazer um diagnóstico mais rigoroso do estado do Ambiente no Planeta, e isso favorece inevitavelmente o acelerar da tomada de decisões e o aprofundamento da consciência ecológica. Por outro lado, julgo que pela primeira vez com maior clareza a este nível se equacionou o Ambiente como um todo que é, que depende das opções para o desenvolvimento, mas interfere também com a saúde, o consumo, a pobreza, a militarização, a cooperação, a educação e a paz.



# abismos»

## Trabalho para continuar

— Há quem afirme que a Cimeira foi sobretudo um acontecimento mediático, sendo reduzido o seu alcance prático. Quer comentar?

— A Cimeira da Terra, como a maior reunião planetária jamais realizada, pelo conjunto de personalidades que juntou, pela multiplicidade de manifestações culturais que desencadeou, pelo exotismo das situações que protagonizou, como encontro inédito de culturas, gentes, raças, universo em comunhão dentro do universo que somos, constituiu inevitavelmente um acontecimento mediático. Parece-me contudo perigoso ser tentado a reduzi-lo a essa dimensão.

Durante semanas o ambiente preencheu noticiários, constituiu manchete, centrou atenções da opinião pública, contribuiu um pouco por toda a parte para que sobre ele se pudesse reflectir. Foi importante. Mas, sobretudo a Cimeira é o resultado de um processo que foi produzido por milhares de pessoas em reuniões, debates, encontros, seminários, durante longos meses de trabalho em todo o mundo.

Longos meses de preparação envolvendo mulheres, jovens, pacifistas, ambientalistas, comunidade científica, grupos religiosos, sindicalistas, empresários.

Em África, na Europa, na América Latina. Uma riqueza e uma diversidade de con-

tributos que reflectiram, e projectaram o seu conhecimento, a sua experiência, a sua esperança também nesta Conferência, que aqui não começou, e por isso seguramente aqui não vai acabar também.

## Uma história triste

— O Governo português, quer enquanto tal, quer na situação de chefia da Comunidade, foi acusado de alinhamento incondicional com as posições dos EUA e de se ter demitido de adoptar uma posição firme no respeito pelos objectivos iniciais da Cimeira. Como encara esta participação portuguesa?

— Parece-me difícil tentar separar para caracterizar a posição do Governo português enquanto tal, e como presidência, porquanto ao longo de todos estes meses uma e outra se confundiram, escondendo o apagamento e inércia que nos marcaram. Aliás, a presidência foi o alibi para justificar a falta de capacidade de propor, intervir e protagonizar fosse o que fosse que poderia ter assinalado a Presidência de um país mediterrânico com tão graves desequilíbrios e problemas ambientais.

E já que a posição Portuguesa foi a de mero gestor de consensos.

Assim, a ausência de uma participação activa na própria Cimeira (e lembro que funcionou a troika como forma de distanciar a reconhecida incapacidade do Governo Português) foi o corolário natural de todo um processo.

Processo que por várias vezes criticámos também porque inviabilizou, no nosso próprio país, um debate sobre a Cimeira, os seus objectivos e permitiu o desconhecimento total daquilo que em nome de Portugal, o Governo lá terá eventualmente defendido.

A atitude pois de alinhamento durante a Cimeira às posições mais conservadoras que aí se manifestaram, quer por parte dos Estados Unidos da América, quer por parte da Europa, como a Grã-Bretanha, foi pois o desfecho esperado de mais uma história triste.



## Cimeira da Terra

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Cimeira da Terra, como ficou conhecida - decorreu entre 3 e 14 de Junho no Rio de Janeiro, com a participação de representantes ao mais alto nível dos 175 Estados membros da ONU.

Com a presença de ONGs (Organizações não governamentais) de todo o mundo, decorreu paralelamente à Cimeira uma outra iniciativa denominada Fórum Global.

Decidida em 22 de Dezembro de 1989 por resolução da Assembleia Geral da ONU, a realização da Conferência foi preparada ao longo de dois anos e meio, período durante o qual foram

efectuadas centenas de reuniões que produziram milhares de páginas de documentos e projectos de protocolos.

No âmbito deste trabalho preparatório foram ainda definidos os 27 grandes temas a tratar na ECO 92, desde a «economia internacional e o meio ambiente» até aos «problemas institucionais e jurídicos», desde a «pobreza», «saúde», «habitação», «educação», «até à protecção da atmosfera», «recursos fundiários», «desflorestação», «desertificação», desde o «desenvolvimento sustentado» até à «agricultura de montanha», «biodiversidade», «biotecnologia», «a protecção dos oceanos», «resíduos perigosos», etc.

— O que é que em sua opinião falhou ou não lhe agradou durante esta conferência das Nações Unidas?

— Se bem que esperada, a atitude dos governos durante a Cimeira traduz, mau grado os discursos, o persistir na recusa em adoptar um novo código de conduta ecológico, sem o qual suster a catástrofe se tornará impossível.

Os exemplos são vários. Nos documentos aprovados (Convenção sobre Alterações Climáticas e Biodiversidade) não são definidas medidas concretas nem calendários

e mecanismos de implementação dos propósitos enunciados.

Aspectos essenciais e intimamente ligados a estes não foram sequer objecto de documentos vinculativos. Refiro-me às florestas e à desertificação que se adia até 1994, quando constitui um problema prioritário para o Planeta.

Os mecanismos de acesso e transferência de tecnologias dos países mais ricos para os países em vias de desenvolvimento ficaram em aberto.

Como também ficaram afinal na Agenda 21 por concretizar

meios, datas, formas de dar cumprimento (medidas financeiras, fiscalizadoras e institucionais) aos princípios que a Declaração do Rio enuncia.

Por último, duas questões essenciais embora não previstas para a agenda da Conferência do Rio — a do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Preços) e da desmilitarização, em relação às quais a Conferência oficial passou à margem, embora se fale de dívida externa e de eliminação da pobreza.

## Sobrevivência do planeta

— Realizada a Cimeira, apuradas algumas conclusões, o que é que dela se vai projectar no futuro? Vai mudar alguma coisa?

— Ao falar da Cimeira e das suas conclusões parece-me importante lembrar que ela englobou duas componentes cuja interligação importa sublinhar. A Cimeira oficial que reuniu os Chefes de Estado e o Fórum Global como encontro da sociedade civil.

Aos Estados Unidos cabe dar sentido aos princípios que na declaração do Rio formularam, ratificar e aplicar as Convenções assinadas (Biodiversidade e Alterações Climáticas). Preparar a próxima Convenção sobre a desertificação. Discutir na próxima sessão de Outono das Nações Unidas as novas formas de organização que favoreçam o cumprimento das decisões tomadas no Rio.

Dotar cada país de mecanismos que permitam adoptar medidas que dêem corpo às decisões que a Cimeira

traçou. E será exactamente pelos actos que a credibilidade de cada país se avaliará agora, não mais pela generosidade das palavras.

A nós, mais do que determo-nos a lamentar o que poderia ter sido feito na Cimeira, importa fazer, e obrigar a fazer. É hoje esse o papel que aos cidadãos cabe, às suas associações, aos partidos, fiscalizar o poder, pressioná-lo, não deixar esquecer que as ONG deram no Rio um importante passo no sentido do seu conhecimento, do seu encontro, do seu diálogo.

E ontem, tal como hoje, será da participação dos cidadãos, da sua intervenção, da sua capacidade de tomar nas suas mãos os seus próprios destinos, que o futuro em muito dependerá.

O Rio foi também um teste à força dos cidadãos como factor de pressão junto dos poderes. Foi uma etapa de crescimento.

Abriu portas, e necessariamente algo vai ter de mudar. Até porque a questão da sobrevivência do Planeta deixou de ser mera ficção dos ecologistas, e não pode continuar à espera.



## INTERNACIONAL



A presença dos militares marca o quotidiano da vida nos territórios ocupados e mesmo em Israel

## Médio Oriente

## Paz em compasso de espera

No domingo passado, dois palestinianos morreram no hospital de Shifa, na cidade de Gaza, em consequência de ferimentos de bala e de golpes desferidos por soldados israelitas. Uma destas mortes ocorreu em confrontos de soldados com habitantes do campo de refugiados de Yebalia, na faixa de Gaza, em que a tropa teria utilizado balas de tipo dam-dam, que explodem ao penetrarem na carne.

Um facto, entre outros, a testemunhar a violência que prossegue e as dificuldades de um processo de paz que os palestinianos esperam naturalmente ver acelerado depois do voto das populações israelitas, e que em grande medida também dependerá de uma questão central neste momento — com quem vai

Rabin formar o novo governo.

A resolução do problema palestiniano está intimamente ligada à solução do complexo de problemas que se vivem na zona, como oportunamente foi sublinhado no Cairo, nestes dias, em documento da Liga Árabe em que se afirma «a vontade de restabelecer uma paz duradoura, baseada no respeito pela legalidade internacional e pelo princípio da troca da paz pelos territórios (ocupados), a recuperação dos direitos nacionais palestinianos e o direito de todos os países da região a viverem em paz».

Um documento aprovado em reunião extraordinária do Conselho Ministerial da Liga Árabe, convocada para analisar o pedido do Líbano de

adopção de uma posição árabe comum contra os ataques israelitas ao Sul do seu território.

Pelo menos 37 pessoas morreram e 82 ficaram feridas em 22 acções militares israelitas no Líbano, no ano em curso.

Na sequência desta reunião, a Liga dirigiu um apelo ao Conselho de Segurança no sentido de diligenciar para que Israel cumpra a resolução do Conselho que o intima a retirar «imediatamente» as suas tropas do Sul do Líbano.

Nos debates do Conselho Ministerial da Liga Árabe, o ministro dos Negócios Estrangeiros libanês, Farez Boueiz, traçou um balanço desastroso da situação no Sul do país devido às «agressões contínuas de Israel» e acusou também o governo de Tel-

-Aviv de procurar esvaziar aquela zona da sua população para a anexar.

Boueiz pediu que os países árabes cumpram os compromissos da Cimeira de Casablanca (1989), confirmados no acordo de Taef, do mesmo ano, «cujo objectivo era pôr termo à crise libanesa e encontrar os meios de reconstruir o Líbano».

Os acordos de Taef previam a concessão de dois mil milhões de dólares para reconstruir o Líbano, mas apenas quatro milhões foram concedidos.

Boueiz reclamou a «formação de um Comité árabe ad-hoc, a fim de contactar com o secretário-geral da ONU e os países membros do Conselho de Segurança para a aplicação da Resolução 425 sobre o Líbano».

## Cimeira da OUA

## Pela solução pacífica dos conflitos

A 28ª cimeira da Organização de Unidade Africana (OUA) terminou os seus trabalhos em Dacar, com aprovação de diversas resoluções, nomeadamente pelo fim da violência na África do Sul, a solução pacífica dos conflitos

tos e a luta acrescida contra a Sida.

Os participantes apoiaram a convocação urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, pedida pelo Congresso Nacional Africano (ANC) e pelo Congresso

Pan-Africano (PAC) para pôr termo à violência na África do Sul e permitir a retomada das negociações constitucionais.

Foi ainda aprovado o princípio da criação de um mecanismo para prevenir e resolver os conflitos internos e regionais cujas modalidades serão propostas pelo secretário-geral da OUA na sua cimeira do próximo ano, que se realizará no Cairo.

Os dirigentes africanos subscreveram uma declaração sobre a Sida, que comporta um plano de acção para a mobilização, a prevenção e a busca de fundos para o combate deste flagelo, que poderá causar um milhão de mortos por ano em África até ao ano 2000.

Entre os textos aprovados

figura uma resolução proposta pelo Botswana, renovando o apelo à ajuda da Comunidade Internacional para os países da África Austral afectados pela maior seca do século.

A OUA reafirmou igualmente o seu apoio ao direito à auto determinação do povo palestiniano, à Intifada e ao processo iniciado na conferência de paz de Madrid.

O chefe de Estado do Senegal, Abdou Diouf, novo presidente em exercício da OUA, tomou o compromisso solene, na sessão de encerramento da cimeira, de velar pelo cumprimento das resoluções adoptadas, bem como pela inclusão da situação das crianças e das mulheres entre as preocupações prioritárias da África.

## DÍVIDA

Os Estados Unidos continuam a ser o país mais endividado do mundo, com um aumento de 40,4 por cento da dívida externa em 1991, para 381,84 mil milhões de dólares (46,6 mil milhões de contos), informou o Departamento do Comércio.

O relatório hoje divulgado pelo Departamento do Comércio indica que o investimento norte-americano no estrangeiro totalizou 2,2 mil milhões de dólares, mais 6,6 por cento que em 1990, enquanto os investimentos de capital estrangeiro nos Estados Unidos foram de 2,4 mil milhões, mais 10,7 por cento que no ano anterior.

A Grã-Bretanha é o maior investidor directo nos Estados Unidos, com uma aplicação de 106,06 mil milhões de dólares, seguida do Japão, com 86,6 mil milhões.

## AIRCRAFT

A firma norte-americana Hughes Aircraft, do sector de defesa (electrónica), anunciou a supressão de 9000 postos de trabalho nos próximos 18 meses, o que corresponde a 15 por cento dos seus efectivos actuais.

A Hughes Aircraft afirma que precisa de adoptar estas medidas face à situação de fraqueza da economia dos Estados Unidos.

Esta empresa, que já chegou a ter 82 100 trabalhadores a meio de 1986, eliminou já 3000 postos de trabalho desde o início do ano, reduzindo os seus efectivos para 60 300 pessoas.

## CHILE

O Comité Central do Partido Comunista do Chile (PC) resolveu iniciar uma ofensiva política contra o sistema eleitoral e pedir um plebiscito para a sua modificação, anunciaram os seus dirigentes.

Em conferência de imprensa, os dirigentes comunistas deram a conhecer o resultado do seu 26º Encontro-Plenário, durante o qual analisaram os resultados dos comícios municipais realizados no dia 28 de Junho onde, contra todos os prognósticos, o PC Chileno, integrado no Movimento de Esquerda Democrática Allendista (MIDA), conseguiu 6,6 por cento dos votos.

Os dirigentes comunistas explicaram igualmente que no dia 18 vão apresentar um candidato presidencial pelo MIDA, estando indigitada a Secretária-Geral do partido e dirigente histórica, Gladys Martin.

## IRAQUE

As autoridades iraquianas afirmaram que o território do país, especialmente no Sul, foi contaminado quimicamente pelas bombas lançadas pela força da coligação multinacional durante a guerra do Golfo, há um ano.

«O meio ambiente iraquiano está contaminado, em especial nas zonas do Sul, devido à agressão norte-americana contra o Iraque», escreveu a agência noticiosa oficial INA, citando um responsável do Ministério da Saúde.

Segundo o responsável, os habitantes de Bassorá, a segunda maior cidade do Iraque, sofrem de doenças alérgicas, pulmonares e dermatológicas, causadas pelos gases de milhares de bombas lançadas pela aviação durante a guerra.

«Pedimos a todas as organizações humanitárias e sanitárias que pressionem os seus governos para que levistem o embargo imposto contra o Iraque e salvem a vida de 18 milhões de cidadãos iraquianos», adiantou.

O embargo económico foi decretado pela ONU em Agosto de 1990.

## FRANÇA

Pelo menos 60 bairros dos subúrbios das principais cidades francesas estão à beira da explosão de uma onda de violência, revela um documento da Assembleia Nacional divulgado em Paris.

O documento, elaborado pela Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento e redigido pelo deputado socialista Julien Dray, conclui que essa violência está limitada geograficamente.

O autor do texto descreve os bairros de maior insegurança como bolsas de miséria social onde o desemprego se transformou numa norma e os jovens são afectados pela síndrome do abandono.

Além do roubo de bens de consumo, encobrimento e tráfico de drogas, o documento refere que em alguns bairros abandonados existe a violência gratuita, destruição e degradação de bens, em especial automóveis, além de agressões aos agentes dos serviços públicos.

Para Dray, estes actos são sintomáticos de uma mensagem de descontentamento e contestação por parte dos residentes, entre eles os jovens.

## Álvaro Cunhal em Espanha

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, deslocou-se a Espanha de 21 a 23 de Julho.

O programa da visita inclui a realização de uma conferência nos Cursos de Verão da Universidade Complutense de Madrid e um encontro com Júlio Anguita, Secretário-Geral do Partido Comunista de Espanha.

## Jugoslávia

## Perigo de intervenção militar externa

Nos primeiros dias deste mês de Julho, o Conselho de Segurança da ONU apelou a «todas as partes envolvidas» para respeitar um cessar-fogo total na cidade de Sarajevo e pediu a cooperação com a Força de protec-



Sarajevo é hoje uma cidade em ruínas. Vítima de uma guerra que atinge todos os povos da ex-Jugoslávia

ção das Nações Unidas (Forpronu), com a missão de reabrir o aeroporto da capital da Bósnia-Herzegovina.

Numa declaração à imprensa, feita em nome dos 15 membros do Conselho, o seu presidente em exercício, o embaixador de Cabo Verde, José Luís Jesus, sublinhou o apoio à Forpronu nos seus esforços para obter um cessar-fogo que permita entregar ajuda humanitária à população da cidade cercada.

Mas nem tudo é tão simples e com um cunho tão humanitário quanto estas declarações e afirmações de propósitos sugerem.

Praticamente em simultâneo com este apelo, eram divulgadas declarações do secretário-geral da ONU, Butros Ghali, em Londres, em que este, ao evocar as sanções adoptadas pela ONU contra a Sérvia e Montenegro, disse: «Um outro tipo de operação possível seria vermo-nos forçados a passar de uma força de manutenção da paz a uma força coerciva empenhada numa confrontação militar». E esclareceu: «Isto corresponde ao que foi feito contra o Iraque após a sua agressão ao Kuwait», sublinhando que uma tal iniciativa «depende do Conselho de Segurança».

Os perigos estão à vista, tanto mais que há quem de facto aposte numa intervenção militar, para «resolver» a seu contento esta guerra de múltiplos poderes, em que as populações de toda a antiga Jugoslávia são as vítimas.

De lembrar, por exemplo, que o presidente dos Estados Unidos, afirmando embora que não quer pôr em perigo tropas norte-americanas nos territórios da ex-Jugoslávia, vai acrescentando que apoiará as forças canadianas na Bósnia, se tal for necessário, e que «há momentos em que temos de tomar a dianteira, avançar energeticamente e ter uma missão clara».

Na véspera, o secretário norte-americano da Defesa, Dick Cheney, admitira a possibilidade de os Estados Unidos fornecerem cobertura aérea e naval a uma operação internacional de assistência humanitária a Sarajevo.

De concreto, estão neste momento no Adriático navios da marinha norte-americana, com 2200 fuzilei-

ros navais a bordo — que Bush pretendem sirvam de «sinal».

A intervenção militar directa é mesmo reclamada por uma das partes em presença no confronto. O ministro dos Negócios Estrangeiros bósnio, Haris Silajdzic, reiterou o seu apelo a uma intervenção militar internacional para «parar a agressão sérvia» contra a Bósnia-Herzegovina. Silajdzic considerou «insuficiente» a presença de forças da ONU no aeroporto de Sarajevo, manifestou a esperança de que o Conselho de Segurança aprove em breve uma intervenção militar.

Para já, ingerência militar existe, indirecta embora, sob a forma de fornecimentos de armas.

Recentemente o jornal espanhol «El País» informava que nos combates em torno de Sarajevo tinham sido utilizados obuses Messerschmitt de 205 milímetros e cinquenta a sessenta carros de combate, fornecidos pela Alemanha ao exército croata há cerca de quatro meses, apesar da decisão da CSCE e da Comunidade Europeia de um embargo nos fornecimentos de armas a todas as partes envolvidas no conflito.

As ameaças de intervenção militar são reais. Estará em gestação uma outra guerra do Golfo, desta vez no centro da Europa?

As recentes mudanças políticas em Belgrado poderão introduzir elementos novos nesta escalada de confrontação. Está em vias de formação um novo governo que teria, entre as suas prioridades, a revogação das sanções da ONU contra a nova Jugoslávia, decretadas pelo Conselho de Segurança da ONU, muito embora o mesmo Conselho tenha reconhecido que «todas as partes têm a sua responsabilidade».

As manifestações antigovernamentais foram suspensas. O recém-eleito primeiro-ministro, Milan Panic, escreveu uma carta dirigida ao CSCE pedindo «cem dias de paciência», e comprometendo-se pessoalmente a empenhar-se no fim dos confrontos.

Os Estados Unidos reagiram contra este pedido — uma atitude que vale por si. Mas em que não são acompanhados pelos governos de outros países.

A realidade, hoje, é a de povos apanhados nas tenazes de uma guerra que, naturalmente, não queriam. Nem nunca terão imaginado possível.

«Os cidadãos da Bósnia-Herzegovina, sejam muçulmanos, sérvios ou croatas, habituados a viver em conjunto, não queriam esta guerra» — afirma um responsável do Movimento da Paz. Tão-pouco a quiseram as populações da Sérvia ou da Croácia.

É uma guerra de poderes, uma guerra pelo poder, agravada por intervenções externas, em que não há um responsável único. Como recentemente afirmava o periódico francês «La Tribune de l'Expansion», «lançar a culpa exclusivamente sobre os sérvios seria simultaneamente falso e injusto. Mesmo que alguns encontrem aí uma forma cómoda de dissimular a sua responsabilidade indirecta na escalada da violência».

## África do Sul

## Cresce a exigência de uma governo da maioria

Um regresso à CODESA ou a qualquer outra plataforma de discussões com Pretória não será possível enquanto o governo DE minoria branca não reconhecer o prin-

cípio de poder pela maioria — esta a questão fulcral hoje em causa na África do Sul, e que Nelson Mandela sublinhou, ao recusar uma proposta de reunião com o presiden-

te sul-africano, Frederik De Klerk.

Para Mandela, Pretória continua ainda presa à ideia de salvar, de um modo ou de outro, o direito de veto para a minoria branca.

«A nossa posição de base a este respeito — sublinhou — é que não podemos aceitar uma Constituição não-democrática destinada a acalmar os temores de um partido minoritário quanto ao seu próprio futuro, à custa da democracia».

O presidente do ANC exortou o actual governo sul-africano a abandonar a sua posição dirigida «à subversão da soberania da Assembleia Constituinte, ao submetê-la a veto de uma segunda Câmara, garantindo a frustração de uma maioria por uma minoria».

Acusou ainda o chefe de Estado sul-africano de ter optado por ignorar a gravidade das exigências do ANC e de as procurar canalizar para negociações infundáveis.

A questão fulcral do poder

para a maioria surgiu também como a grande exigência nos funerais das vítimas do massacre de Boipatong. «Queremos o reino da maioria e queremos-lo já», disse, na sua intervenção, Jay Naidoo, secretário-geral do Congresso dos sindicatos sul-africanos (COSATU).

O massacre aprofundou o fosso entre o poder branco e a maioria negra. Sucedem-se as exigências de afastamento de De Klerk, também pela incapacidade demonstrada em pôr fim à violência. «Ele provou a sua incompetência e a sua inutilidade porque já não consegue controlar as forças de segurança», declarou Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC.

Enquanto prossegue a campanha de «acção de massas» lançada pelo ANC, assumindo a forma de greves, manifestações e boicotes — afirmam-se uma vez, como intrinsecamente ligadas, as exigências de fim do *apartheid* e fim da violência.

Camionistas franceses  
Alcançado acordo

O bloqueio das estradas de França pelos camionistas, como forma de protesto contra a introdução da nova carta de condução por pontos - com profundas repercussões na vida económica do país - foi em grande medida levantada após um acordo assinado entre membros do governo, organizações patronais e as federações sindicais CGT, CFDT, FO, CFTC e FNCR - Autónomos.

O acordo abrange no fundamental um conjunto de medidas relativas às condições de trabalho dos camionistas.

Além de regulamentar os horários de trabalho e as diversas formas de remuneração, este acordo prevê, no que diz respeito à nova carta de condução, a possibilidade de os camionistas frequentarem cursos de reciclagem no seio das suas sociedades, para recuperarem os eventuais pontos perdidos.

No caso de suspensão da carta não haverá sistematicamente ruptura do contrato. A sociedade compromete-se a encontrar um posto de trabalho sedentário para o camionista enquanto este não voltar a fazer novo exame de condução.

## OUA

## Pelo fim da violência

O grupo dos Estados africanos das Nações Unidas entregou um pedido oficial para a realização de uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU consagrada à situação na África do Sul. Este pedido vem na sequência da resolução adoptada pelo Conselho de Ministros da Organização de Unidade Africana (OUA).

A resolução da OUA apela aos 15 membros do Conselho de Segurança para «examinarem a questão da violência na África do Sul e tomarem as medidas adequadas para lhe pôr termo».

A resolução apela igualmente ao secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, para adoptar os passos necessários para ajudar a acabar com a violência e criar condições para as negociações.

# Álvaro Cunhal no distrito de Aveiro

## Lembrar Ferreira Soares

### Defender a Democracia

Os cinquenta anos do assassinato de Ferreira Soares, pela polícia secreta do salazarismo, foram assinalados no passado sábado no distrito de Aveiro, com várias iniciativas, promovidas pela DORAV e que contaram com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal



Juventude de Aveiro à conversa com Álvaro Cunhal, no centro de trabalho local do PCP

O programa da homenagem começou de manhã, no centro de trabalho de Aveiro, onde algumas dezenas de jovens participaram numa animada conversa com Álvaro Cunhal. A derrocada dos regimes dos países de Leste e os reflexos nos partidos comunistas da Europa, incluindo o PCP, foram preocupações levantadas pelos jovens presentes que se interrogaram ainda sobre as razões que conduziram ao insucesso do socialismo.

Álvaro Cunhal disse, a este propósito, que «é muito antigo o sonho de criar uma nova sociedade em que não houvesse classes que exploram e

outras que são exploradas». Porém, a complexidade desta transformação, talvez não tivesse sido suficientemente aferida por aqueles partidos que se propuseram construir, pela primeira vez numa história de milénios da humanidade, uma sociedade nova. Como referiu, «houve aí um juízo que foi certamente demasiado optimista, que levou a pensar que o processo de transformação social que levaria ao socialismo seria rápido e irreversível, subestimando-se factores subjectivos, como as soluções concretas encontradas, e a receptividade a elas, a novidade imprevista, etc.» O secretário-geral do PCP sublinhou que tudo isso «nos alerta hoje para não definirmos em relação ao futuro esquemas de evolução que não tenham em conta o imprevisto, impossível de imaginar neste momento».

Ainda sobre os ex-países socialistas, salientou que, «o que houve não foi a realização dos ideais comunistas mas a o seu afastamento. O que se verificou foi que as pessoas foram gradualmente afastadas da participação nas decisões, constituindo-se um poder altamente centralizado, cada vez mais separado das massas, embora se continuasse a afirmar que o poder era dos trabalhadores».

O PCP, e todos aqueles que tinham como ponto de referência a antiga União Soviética, sofreu com a derrota do socialismo, mas, como disse o dirigente comunista, «a ex-URSS continua ainda a ser, em termos históricos, um ponto de referência importante. Não somos daqueles que dizem que não houve progressos, pelo contrário, pensamos que a história deste século está profundamente marcada pelo que nesse país foi realizado. Contudo, não defendemos o regresso ao passado, ou seja, ao sistema existente, com o poder altamente centralizado, com o povo afastado do poder, a substituição da democracia, anunciada por Lênine, como a mais democrática de todas as democracias burguesas, pelo recurso crescente a formas repressivas, discriminatórias». Como mais à frente, reconheceu, todas as interrogações são legítimas, «não só sobre o futuro mas também em relação ao passado, à forma como ajuizámos os acontecimentos, às esperanças infundadas que tivemos». Esta reflexão levou muitas pessoas à descrença, ao desânimo, à falta de confiança e mesmo ao afastamento, havendo quem pensasse que o Partido perdera a sua razão de ser. «Nós pensamos que

este Partido é necessário aos trabalhadores, continuamos a pensar que esta sociedade capitalista não serve e que o projecto de uma sociedade socialista tem validade e que é actual».

A conversa abordou ainda, entre outros temas, as dificuldades da transformação do homem, o funcionamento da economia centralizada, o Tratado de Maastricht, e a realização de um referendo sobre a matéria, bem como a actual situação política e social no país.

O secretário-geral do PCP, acompanhado de dirigentes regionais, entre os quais se contavam Sérgio Teixeira, membro da DORAV e da CEN, e Artur Ramfísio, da DORAV, dirigiu-se depois à Escola Secundária José Estevão, onde várias centenas de militantes e amigos o esperavam para o almoço-convívio que se seguiu.

A terminar o almoço, Álvaro Cunhal dirigiu algumas palavras aos presentes, alertando para a ofensiva do Governo contra as quatro vertentes da democracia: económica, social, política e cultural. O líder comunista criticou ainda o pacote laboral e o ataque contra o direito à greve, com a tentativa de aprovar uma lei que limita, e em certos casos impossibilita, o exercício deste direito democrático fundamental. Maastricht e a consequente perda de grande parte da independência nacional foi outro tema focado. (Ver extractos da intervenção de Álvaro Cunhal em Aveiro).

Após o almoço, realizou-se uma conferência de imprensa, em que Álvaro Cunhal, referindo a ligação da sua visita ao distrito com a homenagem a Ferreira Soares, lamentou que membros da PIDE, que o assassinou, sejam agora recompensados pelos altos serviços que prestaram à pátria. Álvaro Cunhal chamou ainda à atenção para a próxima reunião do Comité Central do PCP, da qual sairão certamente importantes decisões relativas à preparação do 14.º Congresso. Interrogado sobre a presidência portuguesa, afirmou que a classificação do PCP era um Mau, devido à posição de capitulação do Governo e de submissão dos interesses nacionais aos estrangeiros.

De Aveiro, o secretário-geral do PCP seguiu para Nogueira da Regedoura, no concelho de Vila da Feira, para depositar uma coroa de flores na campa de Ferreira Soares e participar num sessão que recordou a figura do médico comunista e a sua dedicação aos ideais da liberdade e da democracia.

### Extractos da intervenção

## A campanha do Sim e o Não a Maastricht do PCP

(...)

O PCP já tornou clara a sua opinião sobre a ratificação do Tratado de Maastricht.

A ser aprovado este Tratado, Portugal perderá grande parte da sua independência e soberania nacionais. Deixa de poder decidir de qual a sua política económica, monetária, orçamental e cambial. Perderá o poder de emissão da moeda nacional. Deixará de poder decidir da sua política externa, da sua política de segurança, da sua política de defesa. Deixará de poder decidir, segundo os interesses nacionais, questões relativas a preços e rendimentos, às condições de vida do povo. Todas essas matérias serão decididas no fundamental por instâncias supranacionais da União Europeia, comandadas pelos maiores países, pelos países mais ricos e mais fortes segundo os seus interesses próprios e sacrificando os interesses de países mais pequenos como é o caso de Portugal.

Por tudo isto, o nosso Partido tornou já bem clara a sua posição: o não a Maastricht.

Atinge a maior gravidade a posição do Governo querendo fazer ratificar o Tratado.

Grave também que o queira fazer nas costas do povo sem que o povo português conheça o que é o Tratado e quais são as suas consequências.

O nosso Partido tem exigido uma informação ao povo do que é este Tratado, um grande debate nacional sobre o Tratado. E inclusivamente, como forma de abrir caminho a uma tal informação e a um tal debate, e correspondendo a sentimentos que amplamente se manifestam propusemos um referendo, um referendo em que o povo uma vez esclarecido possa ter a palavra e, se entender, dizer NÃO a Maastricht.

Esta nossa iniciativa de nenhuma forma deve ser confundida com uma outra que para aí corre a favor do referendo e que oculta que tal actividade se insere, paralelamente à do PSD e do PS na operação que visa conduzir à ratificação do Tratado de Maastricht.

Talvez ninguém tenha exposto com tanta clareza o que os promotores dessa iniciativa pretendem com a campanha a favor do referendo do que o artigo publicado no "Expresso" de 13.6.92. O próprio título é esclarecedor "Referendo: dizer sim".

O artigo é de facto escrito pressuposto de que nas condições existentes (com o PSD e o PS apostados na ratificação do Tratado de Maastricht e os grandes meios de comunicação social nas suas mãos), o resultado de um referendo se porventura se realizasse, seria um sim a Maastricht.

Qual então é segundo estas pessoas o objectivo do referendo?

As razões apontadas pelo autor são ainda mais elucidativas. Uma (é o próprio que o diz) é através de um sim no referendo (que tem por certo) "compromete a colectividade dos cidadãos". E "superar a acusação de que a vinculação nacional ao acordo de Maastricht será feita pelos governantes e pelo Estados maiores dos partidos à revelia da vontade popular.

Outro (é também o próprio que o diz) é que o previsível sim no referendo "constituirá um antídoto preventivo contra um eventual pedido de contas retroactivo aos responsáveis políticos de agora, se a união "vier a dar para o torto".

É difícil imaginar uma argumentação mais descarada e cínica.

O que pretende esta gente afinal com a propaganda pro-referendo? Qual seria o objectivo do referendo? Dar a possibilidade ao povo de dizer Sim ou dizer Não?

O objectivo do referendo seria outro. Seria responsabilizar o povo e desresponsabilizar o Governo pela aprovação do Tratado e amanhã quando o povo se aperceber afinal que paga caro a aprovação do Tratado por Portugal (quando a coisa der para o torto) não poder reclamar nem acusar o Governo, nem acusar os que fazem campanha pelo Sim, porque a responsabilidade pelas consequências do Tratado no fim de contas seria atribuída ao próprio povo!... Dir-se-á: O povo quis, o povo pague, o povo aguente.

Pondo o seu nome no abaixo-assinado que esta gente está a distribuir, muita gente está a ser levada ao engano porque a sua assinatura aparece numa iniciativa que no fim de contas com a campanha pelo referendo desenvolve subjectivamente a campanha pelo Sim a Maastricht.







Almoço-convívio realizado na Escola Secundária José Estevão

Já em Ovar, num jantar promovido pela organização local do Partido e que juntou perto de meio milhar de pessoas, Álvaro Cunhal voltaria a falar do perigo do branqueamento da ditadura fascista, que hoje muitos preferem chamar de «antigo regime», sublinhando a actuali-

dade da homenagem a Ferreira Soares, face à ofensiva do Governo contra as liberdades e direitos conquistados com o 25 de Abril.

Terminado o jantar-convívio, o secretário-geral do PCP dirigiu-se para o comício em Espinho, sendo segui-

do por um animada caravana de automóveis, dos quais saíam bandeiras vermelhas, a lembrar o ambiente de campanha. Seria, aliás neste ambiente, alegre e participado, que decorreria o comício em Espinho, assim como todas as iniciativas realizadas naquele dia no distrito.



## Braga Convívio com Álvaro Cunhal em Merelim S. Paio

Cerca de um milhar de pessoas - comunistas, familiares e amigos, alguns frequentadores habituais começaram a afluír logo pela manhã do passado domingo a Merelim S. Paio, local fresco e aprazível da margem esquerda do Cávado, no extremo do concelho de Braga, para participarem no piquenique promovido pela DORB do PCP. Era um dia diferente dos outros, que foi saudado com múltiplas manifestações de alegria.

Quando o secretário-geral do PCP chegou ao parque já era visível a boa disposição e animação que caracterizaram o convívio, e foi com muitas provas de simpatia que os presentes receberam Álvaro Cunhal. Entre eles, estava também o presidente da Junta de Freguesia, que saudou e cumprimentou o dirigente comunista.

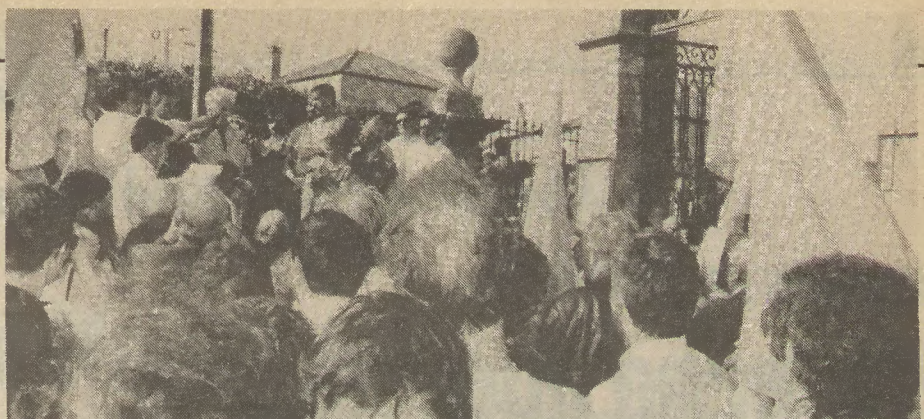
Álvaro Cunhal, rodeado de jovens que entoavam «JCP» e «PCP», seguiu para uma fresca, como é uso dizer-se na região, onde, com eles, iniciou um interessante diálogo, sobre os problemas actuais da juventude, caso do serviço militar obrigatório e do acesso ao ensino superior. Igualmente abordada foi a situação em que se encontram os países da Europa de Leste. O secretário-geral não se limitou, porém, a responder às questões que lhe foram dirigidas. Ele próprio fez algumas perguntas aos jovens suscitando uma reflexão conjunta sobre o grau de consciência e a capacidade de resposta das massas juvenis face à política do PSD, em defesa das suas aspirações e direitos.

Pouco depois os farnéis começaram a ser abertos e os grupos espalhados pelo local começaram a matar a fome e a sede. O conjunto de «Cantares da Terra» depressa viria animar o convívio, enquanto que em vários outros pontos se disputavam renhidas partidas de malha.

O momento político começou com uma saudação, feita por um membro da DORB, que aproveitou para fazer um breve resumo da actividade e dos objectivos próximos dos comunistas do distrito.

Seguidamente usou da palavra o secretário-geral do PCP, que focou os principais problemas da actual situação política, os traços perigosos da acção do Governo e as posições do PCP.

Com algum desenvolvimento e de forma acessível à compreensão dos presentes, falou sobre o Tratado de Maastricht, o seu significado e as graves implicações para o País, no plano económico e político, as limitações à independência e à soberania nacionais, que justificam a posição dos comunistas portugueses exigindo um amplo debate nacional. Álvaro Cunhal salientou ainda que o PCP diz Sim ao referendo e Não ao tratado, sublinhando a este respeito as diferenças da posição do PCP em relação a todas as outras forças políticas, que com ou sem referendo, todas defendem o Sim ao Tratado, sem acautelar os interesses nacionais.



Ferreira Soares foi homenageado numa sessão promovida junto ao cemitério de Nogueira da Regedora, onde se encontra sepultado

## Um cidadão convicto que deu a vida pela liberdade

Vigiado pela PVDE, a antecessora da PIDE, o médico comunista Ferreira Soares viu-se obrigado, em 1936, a entrar na semi-clandestinidade, refugiando-se em Nogueira da Regedora, no concelho de Vila da Feira. É nesta terra que, em 4 de Julho de 1942, cai num cilada da polícia fascista que o assassina à queima-roupa na sua própria casa.

50 anos passados, o povo guarda viva a sua memória, como o testemunharam as centenas de pessoas que aguardavam a chegada de Álvaro Cunhal para depositar uma coroa de flores na campa do comunista assassinado.

Na sessão, que decorreu, sábado passado, junto ao cemitério da localidade, intervieram um familiar do homenageado, um camarada da Comissão de Freguesia local do PCP e por fim o secretário-geral do PCP.

Referindo-se a Ferreira Soares, Álvaro Cunhal disse: «era um grande português, um cidadão convicto dos seus deveres para com o seu povo, que deu a sua vida na luta pela liberdade. Posso testemunhar esse acontecimento, porque nessa altura estava aqui pelo Norte. A informação que vos dou não é para referir a minha actividade, mas para deixar um testemunho directo de uma pessoa que, pouco tempo antes da sua morte, esteve com ele e que fazia parte da organização em toda esta região.

Dias antes do seu assassinato tinha sido preso o Comité Regional do Partido Comunista Português da cidade do Porto. Tinha escapado a essas prisões António Carlos Ferreira Soares. Era pessoa conhecida e esperava-se no Porto que ele aparecesse, mas como não apareceu tornou-se necessário ver o que tinha acontecido. Fui então encarregado de vir a esta região ver o que tinha acontecido e foi através dos pescadores na praia de Espinho que consegui saber que a polícia transportava um ferido grave para o hospital de Espinho e, feitas as investigações a que procedemos, soube-se que esse ferido grave era nosso camarada.

Creio que este acontecimento interessa hoje recordar, não só pelo facto em si - um português digno deste nome abatido a tiro na sua própria casa, quando prestava assistência médica aos pobres, de uma compreensão e civismo dificilmente ultrapassáveis - mas também porque é um exemplo típico da época em que se vivia. Era uma época em que não se podia falar, em que não se podia reunir, em que não se podia protestar, em que não se podia escrever e qualquer pessoa que ousava defrontar o regime fascista então existente, era sujeito a perseguições, prisões, torturas, condenações e quando não, como Ferreira Soares, à morte por assassinato conduzido pela PIDE.

Naturalmente que os portugueses de hoje, sobretudo os mais jovens, não fazem uma ideia do que era essa época e das razões que levaram tantos homens e tantas mulheres, tantos jovens, a lutarem contra a ditadura, pela liberdade e pela democracia.

Creio que é bom, hoje, 50 anos passados, lembrar este acontecimento para que os portugueses vejam o que foi a luta contra o fascismo, a luta pela liberdade e pela democracia, quem na verdade se bateu por ela e deu a sua vida, como António Carlos Ferreira Soares, para que o nosso povo conquistasse a liberdade e a democracia, como veio a acontecer com o 25 de Abril.

Isto é tanto mais necessário quanto é certo que hoje está em curso uma ofensiva,

não certamente no sentido da restauração da ditadura fascista, porque não é isso que se apresenta na perspectiva da vida nacional, mas para atingir gravemente direitos e liberdades alcançados com a revolução democrática.

A política do Governo actual, é necessário que se lembre aqui, é conduzida contra as liberdades e direitos dos cidadãos, contra a democracia política que foi alcançada, através da governamentalização, da fuga à fiscalização da acção governativa, da contestação das competências de outros órgãos de poder, das novas leis eleitorais, e para cúmulo, da lembrança, como se de heróis, daqueles mesmos que nessa época prenderam, torturaram e assassinaram. Isto para fazer uma referência às pensões que indignamente foram concedidas, com a assinatura do primeiro-ministro, a dois agentes da PIDE por chamados relevantes serviços prestados à pátria. Como se ousa, actualmente em Portugal, quando se negam pensões a capitães de Abril, como a Salgueiro Maia que a requereu, conceder pensões a ex-agentes da PIDE por serviços à pátria, certamente considerando que eram relevantes serviços à pátria as torturas, as prisões, os assassinatos, como o de António Carlos Ferreira Soares.

É particularmente oportuno que tomemos consciência que, em condições diferentes que nos permitem estar aqui hoje reunidos e que conquistámos com muita luta e muito sacrifício, a luta pela liberdade e pela democracia continua, e é necessário defendê-la em relação às ofensivas que se desenvolvem a partir do Governo e que reduzem de forma grave os direitos e liberdades dos cidadãos e o regime democrático alcançado com a revolução de Abril.

Faria um apelo - que creio ser justo neste momento em que prestamos homenagem a um daqueles que deram a vida para que o povo português conquistasse finalmente a liberdade - aos portugueses às portuguesas, as pessoas mais idosas, aos jovens para que não adormeçam perante a liberdade conquistada e saibam defendê-la com a sua luta constante, sempre os seus direitos e liberdades fundamentais são atingidos pela acção do Governo actual.

Creio que esta terra tem motivos suficientes para sentir orgulho deste momento do seu passado, mas hoje não estamos aqui apenas voltados para o passado, temos de olhar para o futuro. Prestando homenagem ao médico assassinado pela polícia de Salazar, creio que estamos, ao mesmo tempo, fazendo uma afirmação da nossa determinação de luta e da nossa confiança de que é possível travar este processo de destruição da democracia actualmente em curso.

Álvaro Cunhal, teve ainda oportunidade para mostrar uma reprodução do número clandestino do «Avante!», referente ao mês de Agosto de 1942, que dá notícia do assassinato de Ferreira Soares. O secretário-geral do PCP louvou o es. orço daqueles que não desistiram de denunciar os crimes do fascismo como foram os autores do jornal, da sua impressão e difusão, recordando o camarada José Moreira que foi torturado até à morte, por não querer revelar o local da tipografia onde o «Avante!» era impresso.

Pouco depois, Álvaro Cunhal, seguido por um grande cortejo de populares, dirigiu-se à Casa de Ferreira Soares, onde permaneceu alguns minutos com a família do médico comunista.

## Álvaro Cunhal no distrito de Aveiro

### Comício em Espinho

# Governo quer alterar o regime democrático

A culminar o programa da deslocação de Álvaro Cunhal ao distrito de Aveiro, teve lugar em Espinho, no salão da piscina Solário Atlântico, um comício comemorativo do cinquentenário do assassinato de Ferreira Soares. Participaram na sessão largas centenas de pessoas, tendo presidido Álvaro Cunhal, acompanhado de Sérgio Teixeira, da CEN, Joaquim Almeida da Silva, do CC e do executivo da DORAV, António Salavessa, do Executivo da DORAV, Jorge Carvalho, da DORAV e da Comissão Concelhia de Espinho, e Amaro Francisco, da Comissão Concelhia da Feira e da Comissão de Freguesia de Nogueira da Regedoura do PCP.

Seguem-se os principais extractos da intervenção proferida, de improviso, pelo Secretário-Geral do PCP.

(...)

As decisões e medidas do Governo contra a democracia política não podem ser consideradas como factos esporádicos sem ligação uns com os outros, como episódios para deixar passar e esquecer. Não.

É necessário considerar tais decisões e medidas do Governo (e é necessário que o povo português tome consciência disso) como fazendo parte de um plano frio e calculista de profunda alteração do regime democrático, de liquidação de alguns dos seus elementos componentes essenciais, de degradação e perversão da democracia.

A governamentalização do poder político, a contestação em termos conflituosos e insolentes do exercício de competências pelo Presidente da República; a transformação da Assembleia da República, através da actual maioria PSD, numa caixa de ressonância de Cavaco e do Governo; a reforma do Parlamento a fim de diminuir o âmbito de intervenção e o papel da oposição; a tentativa de coarctar a independência dos tribunais; a diminuição dos mecanismos institucionais de fiscalização à acção governativa (inquéritos parlamentares abafados, Conselho de Comunicação Social dissolvido, intervenção do Tribunal de Contas diminuído, Alta Autoridade Contra a Corrupção manietada, etc.); a operação diversificada contra o poder local democrático; a série de novas leis eleitorais antidemocráticas, a recusa do reconhecimento dos direitos sindical à Polícia de Segurança Pública; a governamentalização, instrumentalização e manipulação da Televisão e de outros grandes órgãos de comunicação social; - exemplificam e dão uma exacta medida do perigoso avanço da ofensiva contra a democracia.

É, enfim, um rol tão vasto de medidas que, como temos advertido, a não se suster este processo, qualquer dia o povo acorda acorrentado num regime de cariz totalitário.

Recentemente dois projec-

tos de lei do PSD merecem particular atenção: o relativo ao Segredo de Estado e o relativo ao direito à greve.

Deve dizer-se que, o projecto de lei do PSD sobre o direito à greve não está a ser considerado pela opinião pública em todo o seu significado e com todas as suas graves consequências. Para os trabalhadores. E para a democracia.

O Governo, através do projecto de lei do Grupo Parlamentar do PSD pretende reduzir e condicionar de tal forma o direito à greve que pelo mecanismos que pretende impor, os trabalhadores ficarão impedidos na maior parte das situações de fazer greve, se se limitassem a encarar-la segundo os trâmites exigidos pela nova lei.

Assim, em empresas classificadas como destinadas à satisfação de "necessidades impreteríveis" só assembleias gerais de trabalhadores com a participação de maioria absoluta dos trabalhadores da empresa (como se em grande parte das empresas isto fosse possível) podem decidir da greve mediante a aprovação por maioria absoluta expressa por voto secreto (art.º 2.º, 3.º e 4.º);

- se se alarga o número de serviços mínimos exigíveis aos serviços bancários(!), ao abastecimento de combustíveis, trabalho em portos, aeroportos, estações de caminhos-de-ferro e camionagem, às cargas e descargas, ao ensino na parte relativa à avaliação (art.º 8.º);

- se não havendo acordo entre os trabalhadores e a entidade patronal quanto aos serviços mínimos é o Governo que no fim de contas se arroga o direito de por despacho fixar os serviços mínimos que devem ser assegurados (art.º 8.º n.º 5 e 6);

- se é o patronato, que no fim de contas poderá indicar e escolher trabalhadores para os serviços mínimos (art.º 8.º n.º 8) e para os serviços necessários para a segurança do equipamento por ele indicados (art.º 8.º n.º 3);

- se, ainda por cima passa a ser proibida a actuação dos piquetes de greve nos locais de trabalho (art.º 4 n.º 2);

- e os prazos de pré-aviso exigidos (actualmente de 48 horas) são alargados para 5 e 10 dias (art.º 5 n.ºs 1 e 2);

- é de ver que com tais mecanismos obrigatórios a greve se tornaria praticamente impossível em numerosos casos.

Praticamente impossível por exemplo a greve de sectores profissionais minoritários numa empresa. Praticamente impossível em empresas com pessoal disperso.

Trata-se de facto, não por proibir declaradamente mas pelos mecanismos impostos, de proibição efectiva da greve um número tão avultado de situações que quase se poderia dizer que a proibição efectiva da greve passaria a ser a regra mais geral.

Trata-se de tirar aos sindicatos competências que lhes são reconhecidas pela Constituição. Trata-se de transformar um direito básico dos trabalhadores (fazer greve) num delito, alargando os motivos alegados para a requisição ou mobilização (art.º 8 n.º 9) e, em caso de não cumprimento de qualquer dos trâmites impostos pela nova lei submeter os trabalhadores a punições não só disciplinares, mas civis e criminais (art.º 11).

O projecto suscita três observações fundamentais:

A primeira: Este projecto de lei é inconstitucional porque contraria o direito à



greve que a Constituição (art.º 57.º) consagra.

E daí serem de considerar todos os mecanismos institucionais que conduzam à declaração da sua inconstitucionalidade.

A segunda: o projecto não se pode considerar regulamentador de um direito mas sim um projecto essencialmente repressivo para aqueles que queiram de facto exercer esse direito.

E daí o apelo para que os trabalhadores se oponham firmemente à aprovação de um tal projecto e o apoio às iniciativas da CGTP para o combater.

A terceira: O projecto é irrealista. Não se acomoda nem à realidade social do nosso país nem à natureza do movimento sindical, nem à consciência de classe e à experiência de luta dos trabalhadores adquirida ao longo dos anos.

E, pelo seu irrealismo, justifica que aqui faça duas advertências com inteira clareza.

É absolutamente ilusório que a ser aprovado este projecto do Governo e do PSD, o exercício do direito à greve se venha a enquadrar no esquema que se pretende impor.

É também ilusório pensar que, se for aprovada a nova lei, os trabalhadores deixariam de fazer greve.

O projecto de lei sobre Segredo de Estado é igualmente grave.

Devem sublinhar-se dois aspectos essenciais.

Um é o objectivo de limitar a liberdade de informação e reprimir a informação que possa ser considerada incómoda pelo Gover-

no. Outro é um novo passo na eliminação de mecanismo de fiscalização da acção governativa.

Segundo o projecto do PSD ficam classificadas e submetidas a segredo de Estado vastíssimas matérias que nada justificam serem excluídas de qualquer informação à opinião pública.

É abrangido pelo segredo de Estado tudo quanto aqueles que decidem a classificação, digam que põe em risco ou causa dano à independência nacional, à unidade e integridade do Estado, à segurança interna e externa (art.º 2).

Camaradas, quem não sabe que tais definições permitem que praticamente tudo possa ser submetido ao regime de "segredo de Estado".

O projecto do PSD discrimina essas matérias mas as discriminações revelam ainda melhor o inadmissível âmbito deste regime, as arbitrariedades possíveis à sua sombra e a impunidade que pode assim ser assegurada aos governantes e seus clãs.

Submetidos ao segredo de Estado estão matérias sob pretexto de que a sua divulgação pode facilitar a prática de crimes contra o Estado. As de natureza comercial, industrial, científica, técnica ou financeira (...) sob pretexto de que a sua divulgação pode comprometer gravemente a competitividade do país nos planos comercial e tecnológico de causar importantes prejuízos aos interesses do país (art.º 2 n.º 3).

Isto cobre tudo, isto permite tudo.

Segundo o projecto ficam com o poder de proceder à classificação de matérias e documentos de forma a que fiquem sob a alçada de segredo de Estado, não apenas o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro, mas também todos os membros do Governo. As autoridades militares, os presidentes dos Governos Regionais, o Governador do Banco de Portugal, e os directores das polícias e informação (art.º 3º).

É completamente inadmissível que todas estas entidades possam decidir que sobre tal ou tal matérias, tal ou tal documento, devem ser mantidos em rigoroso segredo,

que ninguém pode ter deles conhecimento e muito menos dar qualquer informação sobre eles.

Uma tal disposição dá margem a que qualquer destes senhores, com o pretexto de segredo de Estado, possa esconder qualquer decisão ou documento comprometedor, e assim ficar completamente impune de faltas que possa cometer.

É fácil de ver que, se uma tal lei estivesse em vigor nestes anos passados, a maior parte das grandes traficâncias e escândalos da área governativa que vieram à tona de água e ao conhecimento do país, ainda que depois abafados, teriam ficado para sempre sepultados nas gavetas do segredo de Estado.

Assim segundo o projecto do PSD todas as actividades dos serviços de informação e documentos, informações e materiais em seu poder (ou seja, vigilância política, escutas telefónicas, documentos relativos ao comportamento ilegal) ficam sujeitos ao regime de segredo de Estado.

Aí temos o que são novos pides em formação.

Já em vários momentos da vida nacional vieram a lume irregularidades e comportamentos na área do crime de elementos altamente responsáveis de alguns desses serviços. Os casos foram também abafados, mas constituíram um alerta.

Agora, com esta lei, pretende-se que não mais se saiba o que quer que seja de abusos e ilegalidades.

E, em todo este projecto não se trata apenas de pedido de reserva de informação. Trata-se de medidas repressivas para quem infrinja os termos da lei.

Assim a denúncia pela comunicação social de qualquer facto das várias actividades, decisões e documentos, sujeita os seus autores a sanções penais, o mesmo acontecendo a qualquer titular de cargos públicos, financeiros e agentes do Estado.

Entra então em acção o Código da Justiça Militar, o Código Penal e os Diplomas que seguem o sistema de informações da República.

É a lei da rolha, com mordada e algema e uma pistola apontada.

Lutar contra a aprovação de um tal projecto é defender a democracia e o seu futuro.



Imagem do jantar promovido, no sábado, em Ovar que reuniu centenas de pessoas

## Preconizando um museu da República e da Resistência

# Antifascistas manifestam-se frente à Cadeia do Aljube

Uma romagem muito especial teve lugar no sábado passado, em Lisboa: meio milhar de antifascistas concentraram-se frente à antiga cadeia do Aljube para evocar a luta da Resistência e fazer sentir "a necessidade de que permaneça na memória colectiva o papel que ela teve na conquista da liberdade". Estavam lá numerosas e prestigiadas individualidades nacionais, nomeadamente dirigentes dos maiores partidos da esquerda portuguesa, o PCP e o PS, e militares de Abril. Os mais importantes órgãos da Comunicação Social primaram pela ausência e a RTP, enquanto entretinha o País com notícias como a abertura duma "sex-shop" em Portugal, nem uma imagem ou palavra dedicou ao assunto. Urge - como se decidiu na iniciativa - criar o Museu da República e da Resistência.

A iniciativa partiu duma Comissão Promotora que integra cerca de 100 destacados cidadãos antifascistas, começando por uma evocação junto à porta do Aljube e prosseguindo com um almoço volante realizado no pátio da Voz do Operário.

Ao meio-dia previsto já a multidão se apinhava frente à prisão onde muitos dos presentes estiveram encarcerados, num tempo em que pela velha Rua da Sé também escorria o sol pachorrenho do Verão lisboeta, mas onde as pessoas circulavam olhando, com arrepio, a pedra gradeada do edifício. No sábado passado, se arrepios houve na manhã soalheira do pátio do Aljube, foram de emoção. E não tanto pela memória concreta que tantos e tantos dos presentes terão, num saber de experiência feito, das atrocidades que ali foram cometidas, mas indubitavelmente pela confirmação da liberdade tão duramente conquistada que o acto, em si mesmo, significava. Com um pormenor: é que essa liberdade em Abril reconquistada vive hoje sob "o risco do poder económico voltar a condicionar e dominar o poder político", como foi sublinhado no Manifesto saído do encontro (e que condensamos nesta página), que igualmente afirma, pela voz dos antifascistas: "Não nos demitimos da responsabilidade de transmitir às novas gerações uma experiência e um conjunto de valores que, não sendo únicos e imutáveis, se revelaram insubstituíveis na luta pela liberdade e pela democracia".

A cerimónia do Aljube foi curta e intensa: primeiro falou um representante da Junta de Freguesia da Sé,

depois Manuel Alegre, deputado do PS, declamou um poema de Miguel Torga ("Ariane") escrito, precisamente, naquela prisão, e José Bernardino, dirigente do PCP, encerrou a evocação com um firme repúdio ao retorno a situações de opressão, explicitando que "não queremos condecorações, mas dar um alerta ao futuro". Um futuro cujo presente já vive, por empenho deste Governo, a sombria ameaça da violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos através de serviços de informações, ou que assiste à miserável condecoração de antigos agentes da PIDE enquanto, em crescendo, se silencia ou ignora tudo o que configure valores democráticos, como escandalosamente o comprovou o silêncio que os principais órgãos de Comunicação Social, incluindo a estatizada RTP, dedicaram a esta importante iniciativa.

### Almoço, festa e luta

Do Aljube às instalações da Voz do Operário vão umas centenas de metros a subir, que muitos fizeram a pé. Seguiu-se um almoço volante - caldo verde, mais febras e sardinhas assadas tocadas a bom vinho colhido directamente do barril - e o amplo pátio da velha instituição quase foi escasso para os 500 convivas, muitos, aliás, indignando-se aqui e ali contra o silêncio que os órgãos de Informação "dedicaram" à iniciativa, impedindo assim muito mais gente de participar. O almoço decorreu num ambiente de alegre convívio, associando democratas independentes e de várias cores partidárias, com relevo para o PCP, PS e UDP. No palco montado num extremo do recinto realizou-se depois uma sessão, que começou por um conjunto de intervenções e se prolongou com declamações de poesia, articulando o almoço, a festa e a luta.

As intervenções foram, sucessivamente, proferidas por Piteira Santos, Carlos Fabião, Carlos Brito, Manuel Alegre, Teotónio Pereira, Mário Tomé e Alexandre Castanheira, este último apresentando o Manifesto da Comissão Nacional de Resistentes Antifascistas (que, como já dissemos, vai condensado nesta página). O actor Moraes e Castro foi o apresentador do acto, participando, igualmente, na declamação de



poemas que se seguiu, pelas vozes de Alexandre Castanheira, Dórdio Guimarães, Rogério Paulo e Natália Correia.

### Intervenção de Carlos Brito

Carlos Brito, dirigente do PCP e Director do nosso jornal, assinalou a dado passo do seu discurso que "18 anos depois do 25 de Abril assistimos, não só aos trabalhos de branqueamento da ditadura fascista, mas a tentativas cada vez mais descaradas de reabilitação das suas figuras, referências políticas e ideológicas e do seu papel na história do País", perguntando mais adiante:

"Que fariam os juízes do processo Jorge Jardim se os descendentes dos que foram assassinados no Tarrafal, em Angra, nas câmaras de tortura da PIDE, apresentassem processos exigindo indemnizações? E se o fizessem também os que passaram longos anos nas prisões da ditadura, 10, 15, 20 anos, que tais são as contas que podem apresentar alguns dos presentes neste Encontro?" E advertiu:

"Andam de mãos dadas, pois, o clima favorável à revivescência dos valores do fascismo e a perversão grave da democracia política actualmente em curso. A luta contra ambos deve ser, portanto, um único e mesmo combate".

Entretanto, "o autoritarismo não ameaça só entre nós", considerou ainda Carlos Brito. "Cresce na Europa, no hemisfério Norte, um pouco por todo o mundo".

Finalmente, o dirigente do PCP considerou que "as gerações que fizeram a resistência não podem sair da intervenção política activa sem perpetuarem a recordação desse combate e sem passarem às novas gerações o testemunho da memória da opressão que se abateu sobre o nosso país e o nosso povo durante meio século".

## O Manifesto saiu à rua

«Não é para apresentar contas de sacrifícios e sofrimentos que nos juntam hoje e aqui. Não é tão-pouco para recordar o passado», mas «com o pensamento voltado para a construção de um país novo». Foi com estas palavras que se apresentou o Manifesto da Comissão Nacional de Resistentes Antifascistas à multidão que se concentrou frente ao Aljube, no sábado passado. Eis a condensação desse documento.

Juntamo-nos, mulheres e homens, cujas vidas somam centenas de anos de prisão, de deportação e de exílio, com o pensamento voltado para a construção de um país novo. Conosco estarão sempre os que caíram às mãos dos algozes nas salas de tortura ou que friamente foram assassinados. Não esquecemos as vidas e famílias destruídas, a dura clandestinidade, as constantes perseguições, a violência institucionalizada. Não perdemos a memória nem a capacidade de indignação. Mas a nossa atitude não é saudosista.

Falamos do que somos — democratas resistentes, antifascistas, combatentes da liberdade — para lembrar que ainda o somos e permanecemos nas primeiras linhas da luta contra qualquer tentativa de perversão do regime democrático. E sobretudo para impedir que a estratégia do esquecimento abra a porta ao branqueamento e à reabilitação do regime fascista.

Diferentes uns dos outros, temos em comum uma concepção da Democracia que não se esgota no formalismo. Sabemos que, mesmo sem ser formalmente destruído, o regime democrático pode ser descaracterizado no seu funcionamento e na sua própria natureza. Por isso não somos

indiferentes às tentativas de reduzir a vontade popular na formação do poder político. Nem à pretensão de alterar o equilíbrio de poderes e sobrepor o governo aos restantes órgãos de soberania, reduzindo a acção do Parlamento e desvalorizando o papel do Presidente da República. Não somos indiferentes ao autoritarismo que pretende impor um regime de partido hegemónico. Nem aos atentados à independência da Magistratura e dos tribunais. Nem às perseguições e à marginalização dos militares de Abril. Nem às limitações dos direitos dos trabalhadores, designadamente do direito à greve.

Aos que assim pretendem desfigurar a Democracia, afirmamos que os resistentes antifascistas não estão distraídos. Vão alguns, por certo, acusar-nos de «arcaísmo». É o que sempre fazem, de cada vez que resistentes se manifestam. Não nos deixaremos impressionar. O arcaísmo está na ressurgência do autoritarismo, nas tentativas de branquear meio século de opressão, no revisionismo da História agora empreendido por algumas figuras do Estado Novo. Entendemos que não se pode perder na memória colectiva do povo o significado, as circunstâncias e os valores da luta da Resistência e que, para isso, além de uma acção cívica constante, importa que as instituições públicas tomem medidas para que não se apague uma gesta que faz parte da História de Portugal.

Com tal objectivo, decidimos constituir uma Comissão Nacional de Resistentes que, junto do Presidente da República, e também da Assembleia da República, do Governo e das Câmaras Municipais, diligencie contribuir para, entre outras eventuais iniciativas, estimular a criação do Museu da República e da Resistência e para que sejam construídos monumentos condignos, designadamente, em Lisboa, ao 25 de Abril e à Resistência.

## Lutar em Comissão

O Encontro-convívio do passado sábado juntou na Voz do Operário numerosas personalidades e, entre elas, muitos dirigentes de partidos. Sem sermos exaustivos, assinalámos a presença dos dirigentes do PCP, Sérgio Vilarigues, Blanqui Teixeira, Jaime Serra, Joaquim Gomes, António Dias Lourenço, Carlos Brito, José Bernardino, Marília Vilaverde Cabral, Manuel Pedro e Aurélio Santos, do PS o seu secretário-geral, António Guterres, e também Almeida Santos, Manuel Alegre e Tito Moraes, e da UDP, Mário Tomé e Carlos Marques.

Outras personalidades de que tivemos oportunidade de registar a presença: Salgado Zenha, Cunha Leal, José Magalhães Godinho, Carlos Fabião, Marques Júnior, Rogério Fernandes, Natália Correia, Urbano Tavares Rodrigues, Piteira Santos, Rogério Paulo e Baptista-Bastos.

Refira-se que foi constituída uma Comissão Nacional de Resistentes Antifascistas que diligenciará, junto do Presidente da República, da Assembleia da República, do Governo e das Câmaras Municipais, a criação do Museu da República e da Resistência e para que sejam construídos monumentos condignos ao 25 de Abril e à Resistência, nomeadamente em Lisboa, de cujo organismo executivo fazem parte Stela Piteira Santos, Pedro Ramos de Almeida, José Neves, António Abreu, Gualter Basílio, Carlos Grilo e Maria Emília Tito Moraes.

Foi igualmente constituída uma delegação que irá apresentar os objectivos da Comissão Nacional dos Antifascistas ao Presidente da República, integrando Piteira Santos, Manuel Alegre, Carlos Brito, José Magalhães Godinho, Octávio Pato e Vasco Lourenço.

# O proveito de Maastricht e a fama do referendo (II)

Regressados ao tema, é quase obrigatório começar por anotar e comentar as mais recentes declarações de Cavaco Silva e de António Guterres sobre a questão do referendo sobre Maastricht.

Quanto ao Primeiro-Ministro, é adequado observar que, não sentindo necessidade de adoptar grandes nuances ou fazer piruetas, no essencial continua a bater-se contra o recurso ao referendo na base de argumentos ostensivamente primários e da doentia e desonesta invocação das inenarráveis catástrofes que traria ao país.

Em boa verdade, trata-se de argumentos e de uma invocação que desvendam com insuperável clareza toda uma orientação de submissão aos «parceiros comunitários», toda uma mentalidade autoritária, todo um propósito descarado de mistificação, toda uma mania de tratar os portugueses como crianças impressionáveis com papões e fantasmas.

É tudo isto que resulta claro das afirmações de Cavaco Silva ("Público" de 6/7) de que, se em Portugal se fizesse um referendo, os «*nossos parceiros, legitimamente*» perguntariam «*Porquê agora?*» (para além de nós não andarmos a fazer-lhes perguntas destas, não se percebe qual é dificuldade de lhes responder que «*assim nos apeteceu*» ou «*assim decidimos soberanamente*»); de que, com a mera convocação de um referendo, «*a nossa posição negocial dentro da Comunidade não deixaria de ser afectada*» a exemplo do que (alegradamente) teria acontecido com a Dinamarca cuja posição negocial, segundo Cavaco Silva, «*caiu brutalmente desde o resultado do referendo*» («*democrática*» Comunidade é esta em que o normal exercício da democracia e da soberania popular num país dos Doze levaria ao castigo da perda do seu poder negocial); de que «*fazer o referendo, não o tendo feito no passado, pode ser interpretado como um desejo de sair da Europa*» e de que um não «*significava inevitavelmente Portugal sair da Europa comunitária*» (tudo delirantes fantasias, falsas dramatizações, profecias de recorte terrorista por parte do Primeiro-Ministro que, não se sabe se por causa do excesso de vírgulas ou da falta de pontos finais ou por falta de ajuda da esposa, não percebeu que «*A Jangada de Pedra*» é uma obra de ficção).

E finalmente, falando como um livro aberto sobre a extraordinariamente difícil e penosa relação de Cavaco Silva com a democracia, a espantosa afirmação de que «*um país como Portugal, (...) quando entra num processo negocial em que as posições do seu Governo ficam sujeitas a posterior ratificação, acaba por ficar enfraquecido*» (!!!).

Quanto às declarações de António Guterres, o facto de elas logo terem sido baptizadas em órgãos de comunicação social como constituindo uma «abertura», uma «nova posição» ou uma «inflexão» do PS só demonstra que o que está a dar é o jogo das aparências e que continua a ser muito eficaz e rendosa a técnica de ignorar ou desprezar tudo o que incomoda, atrapalha ou desmascara esse jogo.

Contra essa corrente, importa dizer francamente que, nesta fase do campeonato, a posição enunciada por A. Guterres na AR sobre o referendo é igual a nada e idêntica a zero.

Com efeito, como se já não bastasse termos a «Plataforma» e os mais destacados promotores do «Movimento Pró-Referendo» a aceitarem, felizes e tranquilos, que se acolha e incorpore previamente na Constituição parte substancial daquilo que democraticamente não se pode excluir que o povo venha a rejeitar no referendo subsequente que reclamam, passamos agora a

... e talvez o que falte é a «Plataforma» explicar como é que conseguiu chegar mais cedo à batalha do referendo...



ter a generosa «abertura» do PS para uma «consulta popular» sempre depois da ratificação do Tratado, «em momento oportuno», não sobre o Tratado de Maastricht ou as questões por ele suscitadas (que é o que está na ordem do dia e terá sérias consequências na vida e no futuro do País) mas sobre «*temática europeia*» e no respeito pelos actuais «*termos constitucionais*».

Ou seja: com esta posição, o PS, em matéria de referendo em torno de Maastricht, ficou rigorosamente onde estava e apenas veio fazer duas coisas de mau gosto: oferecer um rebuçado que sabe a serradura e abrir uma espécie de concurso, para o qual não há paciência, para ver quem é que, por milagre ou bambúrrio, consegue inventar um referendo sobre «*temática europeia*» que, tendo algum interesse, efeito ou consequências, conseguisse respeitar todas as condicionantes e limitações fixadas pelo líder do PS.

Bem mais interessante é o facto de no mesmo discurso, dedicando-se a agrupar em três categorias os defensores do referendo — na primeira, quem o quer «*por ser contra Maastricht e ser contra a Europa*» (o que constitui mais uma significativa sintonia com Cavaco Silva que também diz que os comunistas «*são contra a Europa*»); na segunda, quem o quer só para que haja divulgação e debate; e na terceira os que querem «*para obter uma legitimação da nossa opção europeia, sobretudo antevendo algumas eventuais dificuldades futuras*» — tenha logo abençoado este último grupo sublinhando que aquele «*é um objectivo compreensível*».

E, deixando claro o que merece a compreensão do PS, certamente retribuindo a afabilidade e complacência com que a «Plataforma» encara a adaptação da Constituição a Maastricht, logo dirigiu um civilizado apelo «*àquelas organizações que genuinamente empenhadas em legitimar o nosso processo de integração europeia*» para que aceitem separar uma «*eventual consulta popular*» do processo de ratificação do Tratado.

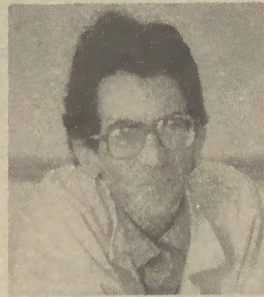
Compreende-se bem que o líder do PS manifeste tanta consideração e fale com tantos punhos de renda em relação «*àquelas organizações*».

Afinal de contas, aquilo que os une — o apoio ao Tratado de Maastricht e o empenho na sua ratificação por Portugal — é bem mais profundo e importante do que aquilo que momentaneamente os separa — a diferença entre a defesa pública de uma hipotético referendo a realizar depois dos factos consumados pela revisão da Constituição e a admissão de um referendo hipotético a realizar depois dos factos consumados pela ratificação do Tratado.

Além do mais, o bloco central pró-Maastricht, se quiser ser justo, não pode ignorar a específica contribuição que o discurso da «Plataforma» é chamado a dar na mobilização de apoios ao Tratado de Maastricht.

O esforço principal do PSD e do PS parece estar concentrado prioritariamente numa operação de obscurecimento do real conteúdo, significado e consequências do Tratado que é crescentemente servida por solenes e frontais discordâncias e demarcações de certas concepções e soluções, que sendo verdadeiramente a grande e essencial substância de Maastricht, por passe de mágica querem fazer crer que não estão lá.

É isso que explica que Cavaco Silva, apoiando de alma e coração o Tratado, venha dizer que continua a «*defender que a Europa não deve caminhar para uma Federação de Estados*», certamente esquecido, entre outras coisas, do testemunho qualificado do socialista e Presidente da Comissão, Jacques Delors, expresso na sua declaração no Parlamento Europeu em 7 de Abril de que «*Maastricht constituiu um passo em frente, talvez insuficiente, na via de uma União Europeia de tipo federal*».



VÍTOR DIAS  
Membro  
da Comissão Política

Condenar as consequências sempre absolvendo as causas — eis a atitude de alguns que muito criticam o Tratado de Maastricht mas, simultaneamente, apoiam a sua ratificação.

É isso que explica que António Guterres, apoiando de alma e coração o Tratado, depois de tudo o que disse na altura do «*não*» dinamarquês, venha agora proclamar que a «*União Europeia só será possível respeitando a identidade dos pequenos Estados europeus*» e que ela «*não pode ser a criação de um super-Estado, assente numa burocracia todo poderosa, nem pode reger-se por um directório dos grandes, nem estabelecer no seu quadro distinções entre países de primeira e de segunda*».

Em complemento destas linhas de diversão e mistificação, é muito útil para a constelação pró-Maastricht, a especificidade do discurso da «Plataforma» que consiste em, mantendo pontos de contacto com a tática anteriormente descrita, investir numa crítica mais forte ao próprio Tratado.

A tal ponto que a combinação das suas críticas com a sua posição de apoio dá um absurdo resultado.

Consideram que, no Tratado, «*a subalternização da dimensão social*» corresponde «*à opção continuada por uma Europa inigualitária que favorece as grandes empresas e contraria os interesses da maior parte dos trabalhadores*» e que «*é no controlo (e redução) dos custos sociais através da baixa dos salários reais que vai doravante assentar a competitividade das indústrias*». (Projecto de «11 teses para uma esquerda com futuro»). Mas são firmes apoiantes da ratificação do Tratado.

Consideram que «*a Europa pós-Maastricht continua assim dominada pelo neoliberalismo*» (idem). Mas são activos defensores do Tratado.

Consideram que os «*acordos em matéria de cooperação policial e segurança interna acentuam concepções securitárias potencialmente limitadoras dos direitos individuais e da democraticidade das instituições*» (idem). Mas são por Maastricht e pela União Europeia.

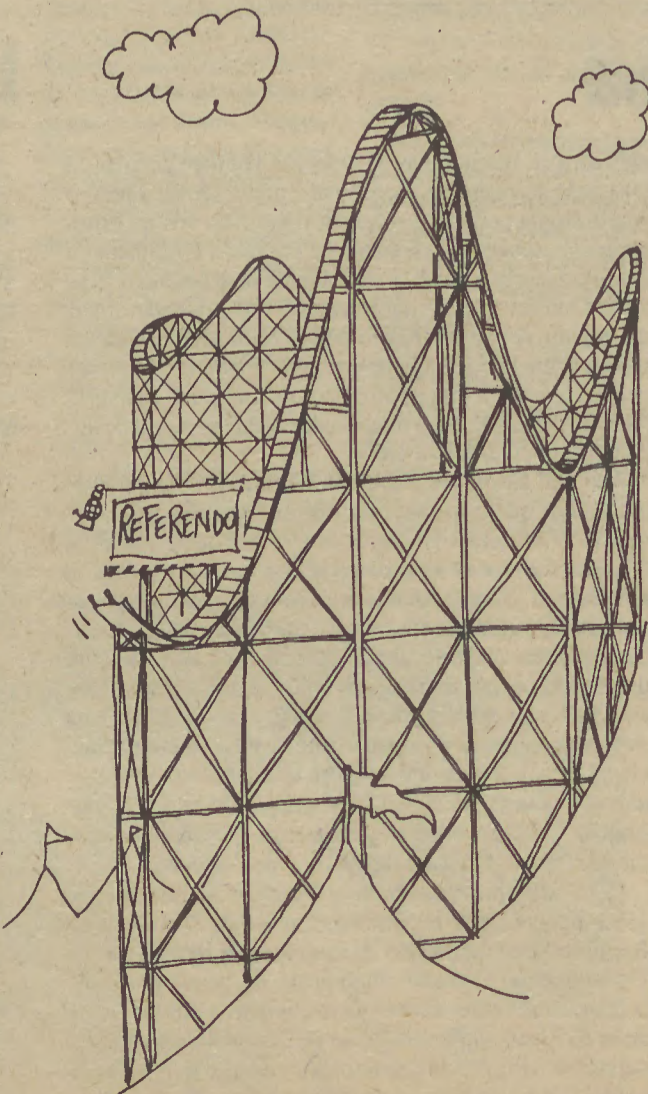
Reconhecem que o Orçamento de Estado para 1993 «*estará fortemente condicionado pelas directrizes financeiras do Tratado de Maastricht*» (DN, 20/6) e assinalam que «*o processo de convergência nominal para a União Económica e Monetária tende a fazer recair sobre os seus [dos trabalhadores] direitos a "competitividade das empresas"*» (B.Moura, em «o jornal» de 19/6). Mas continuam a ser pelo «sim» a Maastricht.

Finalmente, estes convictos apoiantes de Maastricht propõem-se mesmo lutar corajosamente «*no sentido de que Maastricht não dê origem a uma Europa dos burocratas*» [que, por sinal, ajudaram a congeminar Maastricht!] «*e das multinacionais*» [que, por sinal, estão empenhadíssimas na entrada em vigor do Tratado!]. (DN, 28/6).

É provável que esta componente crítica do discurso da «Plataforma» sobre Maastricht tenha como pressuposto uma grande esperança em, por esta via, conseguirem ganhar para o apoio (crítico, evidentemente!) ao Tratado sectores de opinião que à esquerda manifestam justificadas reservas e desconfianças em relação ao seu conteúdo e consequências.

E talvez seja sensato admitir que com tantas críticas, que chegam e sobram para fundamentar um vigoroso «*não*» (que, ao contrário do «sim» é a única atitude que responde com eficácia à batalha em curso e acumula energias, convicções e vontades para uma luta que prosseguirá), entre muitas outras, talvez uma importante razão do apoio da «Plataforma» ao Tratado esteja, paradoxalmente, numa outra crítica que lhe fazem: a de que, nele, «*são insuficientes e contraditórios os passos no sentido da união política*». É que (tal como Delors), reputando-os de insuficientes, sempre são passos para a União Política, coisa que federalistas que se prezam não podem obviamente desprezar.

Ponderando as suas críticas ao Tratado e a sua articulação com seu apoio activo ao mesmo, uma coisa, no mínimo parece certa: a «Plataforma» prepara-se para se juntar ao elevado número daqueles que em Portugal se tornaram especialistas em condenar as consequências depois de sempre terem absoldido as respectivas causas.



## JCP explica Campanha sobre os direitos dos jovens trabalhadores

A propósito da "Campanha Nacional Sobre os Direitos dos Jovens Trabalhadores", organizada pela JCP, sentámo-nos à mesa com Jorge Amador, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, Armando Monteiro, dirigente sindical, e Fernando Patrício, trabalhador-estudante e dirigente associativo, para uma abordagem do assunto e da campanha, donde saíram dados curiosos como o dos jovens trabalhadores portugueses serem os mais explorados da Europa Comunitária enquanto, por outro lado, a legislação sobre trabalho de menores que a Comunidade nos quer impingir, constituir um retrocesso em relação às nossas leis sobre a matéria...

Jorge Amador introduziu a conversa falando da situação social dos jovens no emprego, "onde se verificou uma grande alteração desde 1985, com o aumento do trabalho precário e da remuneração através do recibo verde, a par da sonegação de regalias sociais, dada a indiferença profissional". Os resultados estão à vista, com o aumento dos acidentes de trabalho, "devido à falta de informação dos trabalhadores sobre as questões de higiene e segurança no emprego".

Aliás, ainda segundo Jorge Amador, "os jovens trabalhadores portugueses são os mais explorados da Europa comunitária, enfrentando uma excessiva semana de trabalho (mais de 40 horas) e um grande volume de horas extraordinárias, a que os jovens têm de recorrer por causa dos salários baixos".

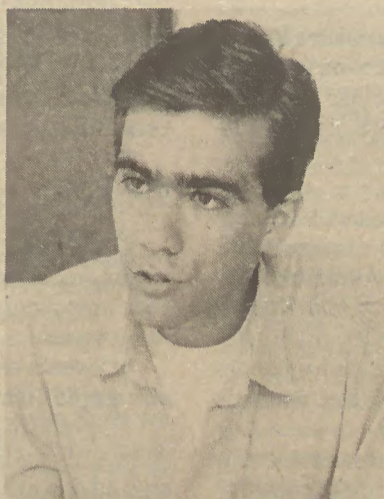
Entretanto "aumenta o desemprego juvenil, uma realidade que é camuflada em termos numéricos, pois nas estatísticas governamentais os contratos a prazo também são contabilizados". Quanto à formação profissional, "ela não existe, verdadeiramente, em Portugal, pois não tem em conta as necessidades do desenvolvimento económico e social do País e, sobretudo, não assegura as saídas profissionais dos jovens formandos".

E Jorge Amador concluiu:

"Outro problema é a protecção social insuficiente,



Armando Monteiro



Fernando Patrício



Jorge Amador

de recibo verde ou de contrato a prazo vai reivindicar os seus direitos ao patrão, por incorrer no risco de perder o emprego. Para além disso, este Estatuto prevê medidas contra o patronato que não cumpra a legislação, só que estamos há seis anos à espera que sejam definidas as sanções a aplicar..."

Em relação aos problemas que o trabalhador-estudante enfrenta na escola, Fernando Patrício começou por salientar o insucesso escolar e o abandono prematuro da escola que grassam no nosso país, "sendo frequente ver-se turmas de 30 e 40 alunos chegarem ao fim do ano com 10". Depois as coisas agravam-se em espiral para o trabalhador-estudante: "no plano educacional não há diferenciação pedagógica entre estes e os estudantes a tempo inteiro, impondo-se exigências curriculares iguais, apesar do menor número de aulas usufruído pelos trabalhadores estudantes. Entretanto há que juntar a isto a exigência, em abstracto, da obtenção das mesmas médias para o acesso à Universidade e o facto de as próprias Faculda-

7.00 horas, e a "Carta" pretende que a proibição seja apenas entre as 00.00 e as 4.00 horas; em Portugal exigem-se folgas de uma a duas horas entre cada turno de 4,5 horas de trabalho, e o documento da Comunidade pretende reduzi-las para meia hora. Se esta proposta fosse aprovada, agravar-se-ia ainda mais a exploração do trabalho infantil em Portugal".

### As razões duma campanha

Finalmente os nossos interlocutores esclareceram-nos sobre os objectivos da campanha decidida pela JCP, juntando vozes na informação que nos prestaram:

"Face a estes ataques aos direitos dos jovens trabalhadores, a JCP entendeu que se impunha a realização de uma campanha nacional que informasse os jovens dos seus direitos, apresentando ao mesmo tempo as propostas que a JCP tem para a alteração radical desta situação, afirmando ao mesmo tempo a nossa organização junto dos jovens nos locais de emprego".

Esta campanha veio ao encontro de decisões da Direcção Nacional da JCP, tomadas este ano, no sentido de "melhorar a sua intervenção e acção junto do maior sector juvenil, o dos jovens trabalhadores, que reúne mais de um milhão e 300 000 jovens".

Avançando com o lema "Direito não defendido é direito perdido", a JCP teve muita matéria para alertar a juventude trabalhadora na sua campanha, nomeadamente no que respeita às revisões da Constituição sobre os direitos dos trabalhadores (que os jovens comunistas consideram negativas), tal como o pacote laboral, "que foi objecto de um descontentamento geral e está a ter reflexos na limitação dos direitos dos trabalhadores".

Entretanto "no quadro da Comunidade Europeia os jovens trabalhadores portugueses são dos que têm direitos mais consagrados; o principal problema é o seu não cumprimento..." A campanha, de resto, demonstrou bem esse não cumprimento, ou o esvaziamento prático desses direitos. Por exemplo 40% dos jovens trabalhadores inquiridos durante a campanha confessaram que lhes põem obstáculos vários ao exercício do direito à greve, enquanto 30%, entre os 16 e os 18 anos, não recebem de acordo com o trabalho que desempenham.

### O papel dos comunistas

"Todas estas questões colocam a necessidade da acção e da luta reivindicativas para dar resposta a esta política que consideramos antijuvenil", acentuaram os nossos entrevistados, que acrescentaram:

"Pensamos também que os jovens comunistas têm que dar mais atenção à sua intervenção no movimento sindical unitário, designadamente através da Interjovem, contribuindo assim para o reforço da intervenção dos jovens trabalhadores por melhores condições de vida e de emprego".

De qualquer modo foi assinalado que "o jovem comunista tem sabido oferecer justas e boas preocupações, quer na Interjovem, quer no movimento sindical, sendo de assinalar o notório aumento da participação dos jovens na luta e no trabalho sindicais".

Concluindo: "Perante esta situação de agravamento dos problemas dos jovens trabalhadores em relação ao emprego, torna-se indispensável a participação mais activa dos jovens na dinamização de iniciativas - de luta, protesto, reivindicação, etc. - , com a criatividade que os caracteriza".



tanto em relação aos jovens empregados como aos que procuram o primeiro emprego (em relação a estes últimos, refira-se que apenas 8% recebem subsídio de primeiro emprego). Esta situação coloca problemas muito graves, nomeadamente insegurança e falta de realização pessoal, cujos responsáveis importa apontar: o Governo de Cavaco Silva e, explicitamente, o ministro da tutela Silva Peneda. E, naturalmente, o PSD".

### No trabalho e na escola

Fernando Patrício falou do ponto de vista dos trabalhadores-estudantes, "que enfrentam dois tipos de problemas: no mercado de trabalho e na escola". E pormenorizou:

"O Governo criou o Estatuto do trabalhador-estudante, que é uma coisa muito bonita e muito bem feita só que... não está regulamentada, enquanto foram criadas outras leis que desrespeitam o próprio Estatuto!"

E deu exemplos:

"No plano laboral a criação dos contratos a prazo e da precarização do emprego impedem, à partida, a aplicação do Estatuto, porque nenhum jovem sob o regime

des terem falta de vagas à noite. Isto sem falar dos problemas gerais o Ensino (falta de cantinas, de locais de convívio, de transportes eficientes, etc.), que afectam gravemente o trabalhador-estudante".

### Comunidade tira direitos

Armando Monteiro, dirigente sindical, repegou a questão do subsídio ao primeiro emprego ("algo de caricato, no valor de 16 contos mensais e concedido apenas aos jovens que, simultaneamente, tenham o 9º ano - coisa que se termina pelos 14 anos... - e 18 anos de idade") para introduzir uma outra questão - as imposições da Comunidade na nossa legislação laboral que, no caso do trabalho de menores, constitui um retrocesso:

"Chegou agora aí a proposta de Carta Directiva sobre o Trabalho de Menores, apresentada por uma comissão de trabalho da CE, que constitui um autêntico retrocesso em relação à legislação portuguesa sobre a matéria: enquanto em Portugal se define a idade de 14 anos para o começo duma actividade profissional, a Carta Directiva propõe 13 anos; na nossa legislação proíbe-se que os menores trabalhem entre as 20.00 e as

# Aumento de propinas

## Conselho de Reitores critica proposta do Governo

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) «discorda frontalmente» da progressividade excessiva do aumento de propinas, proposta pelo Governo, que em três anos elevaria as mesmas para 25 por cento do valor dos custos por aluno incluindo investigação e outros serviços.

Esta posição consta de um parecer do CRUP, recentemente divulgado, sobre a alteração do regime de propinas imposta há dias pelo PSD na Assembleia da República. Um parecer que, embora pontualmente divergente da posição assumida pelo PCP e divulgada pelo «Avante!» a semana passada, ilustra as discordâncias que nesta matéria opõem o CRUP ao executivo de Cavaco Silva.

Na sua apreciação - que a maioria parlamentar não teve em conta -, o CRUP recorda que sempre considerou a questão das propinas como um problema «essencialmente político», a exigir uma resposta política.

Esta uma matéria em que a Comunidade Europeia oferece uma diversidade significativa de soluções, dado que as opções adoptadas divergem substancialmente no seio dos Doze. Em diversos países, por exemplo, o ensino superior é completamente gratuito. O que o Governo não gosta de lembrar.

Para o Conselho de Reitores, a actualização das propinas, a nível conceptual, deve ser desligada do sistema de financiamento das Universidades, tal como da acção social escolar.

Ora, em relação a este último aspecto, tal não decorre claramente da proposta de lei do Governo.

Preocupante também, para o CRUP, é o facto de, face ao regime fiscal vigente, «a forma de aplicação do novo sistema de propinas poder contribuir mais uma vez para a penalização dos rendimentos de trabalho face a outras formas de rendimento». Como é salientado no parecer, «toda a experiência adquirida pelos serviços sociais universitários na análise dos processos dos bolseiros aponta essa possibilidade».

Já a dependência dos custos por aluno com a tipologia dos cursos professados em cada instituição merece a total discordância do Conselho, uma vez que prejudicará os alunos que frequentem Universidades com maior incidência de licenciaturas em áreas tecnológicas ou de saúde (como se pode verificar no quadro anexo).

Para os reitores, «esta tentativa de medir a “boa gestão” das Universidades não tem qualquer suporte racional». De acordo com o parecer do CRUP, «a própria base de cálculo do custo/aluno deverá ser posta em causa, por englobar não apenas os custos de ensino mas, igualmente, os de investigação». Recor-

da-se, a propósito, que o Governo, ao estimar as despesas nacionais de I&D, contabiliza como tal 50 por cento do vencimento dos docentes e 100 por cento do vencimento dos investigadores.

### É o aluno que paga?

O parecer do Conselho de Reitores, a que nos vimos reportando, coloca várias questões que a apresada votação da proposta de lei do Governo deixou sem resposta:

- Deverão os alunos pagar uma percentagem da investigação efectuada nas Universidades?

- Deverão os alunos pagar 25 por cento dos custos da investigação aplicada que as Universidades, a solicitação do Governo, realizam com as indústrias?

- Com a extinção do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica) e a integração do seu pessoal no quadro das Universidades, será justo que os alunos venham a pagar 25 por cento dos seus vencimentos?

- É razoável que as propinas aumentem devido ao incremento das despesas de funcionamento de investigação como consequência dos investimentos do Programa Ciência?

- Se os Serviços Sociais forem integrados nas Universidades também os alunos irão pagar 25 por cento dos encargos?

- Deverão os alunos pagar 25 por cento dos encargos com actividades desportivas, em algumas Universidades, sendo isentos dessa taxa naquelas em que essas actividades são suportadas directamente pela Direcção Geral do Ensino Superior?

- Deverão os alunos pagar os custos das unidades anexas às Universidades, nomeadamente quando estas representam essencialmente outras formas de intervenção ou de prestação de serviços destas instituições em relação à sociedade envolvente?

A complexidade das questões em causa justificava, como o CRUP recomendou «vivamente», uma análise «muito mais cuidadosa e detalhada do valor a atribuir ao custo por aluno universitário». O Governo não quis ouvir, como não quis atender os alertas do PCP sobre a inconstitucionalidade da proposta aprovada, por flagrante violação do princípio da progressiva gratuidade de todos os graus do ensino público (artigo 74º da Constituição).

### Aumento brutal

Pronunciando-se «frontalmente» contra a «progressividade excessiva do aumento de propinas» - que

em três anos elevará as mesmas para 25 por cento do valor dos custos/aluno incluindo investigação e outros serviços -, também o Conselho de Reitores põe em causa a constitucionalidade da legislação agora aprovada.

Os valores previstos a partir de 1994/95 - diz o parecer do CRUP - ultrapassam largamente os de uma simples actualização do valor das propinas, podendo ferir alguns princípios da Lei Fundamental e, a serem válidas as previsões do estudo que o Banco Mundial elaborou para o Governo, irão produzir um lucro líquido superior a uma dezena de milhões de contos.

Recusando-se a encarar o ensino superior numa perspectiva meramente economicista, o Conselho de Reitores considera que compete às Universidades o ensino, a investigação e a prestação de apoio aos alunos (cantinas, residências, apoio médico, etc.), e ao Governo o apoio social.

Assim, defende que «não pode haver distinção entre os alunos perante a Universidade», pelo que todos «devem pagar as mesmas propinas e os mesmos custos pelos serviços referidos, competindo ao Governo a criação dos mecanismos para, através do valor das bolsas atribuídas (que incluirão total ou parcialmente o valor das propinas), compensar os alunos com rendimentos familiares mais baixos».

O Conselho de Reitores não deixou também de denunciar a demagogia do executivo ao pretender fazer crer na possibilidade de abatimento das propinas no IRS.

A referência ao artigo 55º do respectivo Código - afirma o CRUP -, face ao limite das deduções e ao montante previsível para as propinas, torna o seu conteúdo vazio.

Na opinião do Conselho de Reitores, «as despesas com a educação deverão constituir secção autónoma para a dedução ao rendimento colectável em sede do IRS, a exemplo do que acontece com as despesas de saúde».

O Governo não se mostrou sensível ao parecer do Conselho de Reitores. Como afirma a nota divulgada a semana passada pela Comissão do PCP para as Questões da Educação e do Ensino, preferiu, em silêncio e à pressa, impor na Assembleia da República a votação final da sua proposta de lei que estabelece aumentos brutais das propinas nos estabelecimentos do Ensino Superior.

Os estudantes, agora absorvidos com os exames, não deixarão a seu tempo de lhe dar a merecida resposta.

### Comparação dos custos por aluno e propinas em duas Universidades que apenas diferem na estrutura de Faculdades

Ano 1994/95 (custos em milhares de escudos)

Faculdade	Custo/aluno*	Universidade 1		Universidade 2	
		Nº Alunos	Custo	Nº Alunos	Custo
Medicina	1 249,5	1 500	1 874 250		
Ciências	823,2	2 500	2 058 000		
Engenharia	661,5	4 000	2 646 000	1 000	661 500
Economia	294,0			3 500	1 029 000
Letras	338,1			4 500	1 521 450
Direito	176,4	3 000	529 200	3 000	529 200
Veterinária	926,1	1 000	926 100		
<b>TOTAIS</b>		<b>12 000</b>	<b>8 033 550</b>	<b>12 000</b>	<b>3 741 150</b>
Custo/Aluno			669		312
Propinas **			167		78

\* Valores médios de 1989 (dados da DGESup), ajustados à taxa anual de 8% de inflação

\*\* Admitindo o valor de 25% do custo, previsto para 1994/95

### Análise das propinas do Ensino Superior nos Países membros da CEE para o ano de 1989

Dados publicados a pedido da CEE

País	Custo/Aluno	Propina	% do custo
Bélgica	678 275\$	58 650\$	8,65
Dinamarca	1 487 402\$	0\$	0,00
Alemanha	704 342\$	0\$	0,00
França	556 854\$	11 102\$	1,99
Grécia	317 271\$	0\$	0,00
Irlanda *	693 881\$	205 798\$	29,66
Itália #	532 501\$	38 185\$	7,17
Luxemburgo	1 221 066\$	391 000\$	32,02
Holanda	1 394 107\$	110 775\$	7,95
Portugal	394 960\$	1 200\$	0,30
Espanha #	155 377\$	66 347\$	36,26
UK *	858 004\$	647 183\$	75,48

\* As propinas são pagas pelo Estado às Universidades, sem qualquer contribuição aos alunos

# Valor médio



## O Tarrafal da Rua do Salitre

A nova administração da Papelaria Fernandes escreveu a 145 trabalhadores, dizendo-lhes que estavam a mais na empresa, que fossem já de férias e que logo se conversava sobre o assunto... Quem recusou esta oferta foi para o «Tarrafal» da Rua do Salitre.

A liquidação de postos de trabalho na Papelaria Fernandes começou em fins de 1989, com a mudança de instalações (armazéns, frota e parte industrial) para o Alto da Bela Vista, no Cacém - como referiram, à reportagem do «Avante!», Horácio Caliço (da comissão de trabalhadores), Joaquim Silva (dirigente do Sindicato dos Gráficos do Sul e Ilhas) e José Leandro (da CT e delegado sindical). A empresa, que era uma das maiores no seu ramo a nível europeu, tinha na altura 1300 trabalhadores.

A mudança de instalações serviu logo de pretexto para pressionar rescisões de contratos «por mútuo acordo». A administração recusava compensar os trabalhadores pelas despesas acrescidas e não se comprometia a garantir o transporte entre a estação da CP no Cacém e as novas instalações. O armazém alugado para a parte comercial, além disso, não tinha as condições consideradas mínimas para os trabalhadores.

Entre o pessoal, a reacção foi de descontentamento, levando mesmo à concretização de meio dia de greve, a 16 de Novembro de 1989.

As pressões, contudo, foram muito fortes. Além do empenho de algumas chefias para desmobilizar a greve, a própria administração veio a terreiro distribuir cheques de 50 contos como «compensação» aos transferidos.

Cerca de 300 pessoas aceitaram rescindir os contratos. O balanço social refere a existência de 1052 trabalhadores no final de 1991.

Em Maio de 1992 a administração (recentemente empossada e onde predominam os homens da Inapa, que hoje detém mais de 40 por cento do capital da Papelaria Fernandes) retoma a ofensiva. Alegando que as despesas de pessoal são elevadas em relação às vendas, elabora uma lista de 145 pessoas, de quase todos os sectores da empresa, que são consideradas disponíveis ou excedentárias e a quem é proposta a rescisão do contrato.

«Para diminuir os custos de pessoal relativamente às vendas, podiam procurar aumentar as vendas» - contrapõem os representantes dos trabalhadores, afirmando que na empresa há trabalho e há sectores com falta de pessoal.

Mas não entende assim a administração. Os 145 incluídos na lista recebem cartas em que lhes é comunicado que a empresa pretende extinguir os postos de trabalho, que devem iniciar de imediato o gozo das férias (ainda que marcadas para mais tarde) e aguardar um contacto para negociar as condições da rescisão do contrato.

Os representantes dos trabalhadores denunciaram este procedimento como coacção. «Se querem um acordo, façam propostas e negociem com quem estiver disposto a isso», afirmaram-nos

durante o encontro que com eles tivemos no final da semana passada. Os sindicatos e a CT criticam a administração por pretender isolar os trabalhadores.

Apesar de todas as pressões, há quem recuse firmemente ir de férias, recusando igualmente negociar a rescisão do contrato, até porque a empresa estava a propor indemnizações inferiores aos mínimos legais.

E aí surgiu o castigo: a colocação desses trabalhadores no armazém da Rua do Salitre, sem lhes dar qualquer tarefa.

O sítio já antes merecera o nome de «Tarrafal». Desde 1 de Outubro do ano passado já ali estava «depositado» um trabalhador a quem se recusaram a pagar as despesas de deslocação acrescidas com a transferência para o Cacém. Depois, outros 4 homens foram para o Salitre por se recusarem a passar da secção de transportes da Papelaria para uma nova empresa criada a partir dessa secção, considerando que não lhes eram dadas garantias de segurança no emprego.

A recusa das férias antecipadas levou a que fossem mandadas para o «Tarrafal» da Rua do Salitre mais dez pessoas. Além deste castigo, não lhes foi feita a actualização de salários que a administração aplicou em Maio. Embora sujeitos a tal tratamento, os trabalhadores colocados no Salitre não estavam dispostos a ceder, como constatámos no local.

### Administração cedeu

Face à posição firme destes trabalhadores e à determinação dos seus representantes na CT e no sindicato, a administração da Papelaria Fernandes alterou profundamente a sua posição: na passada sexta-feira aceitou pagar indemnizações de três e meio por ano de casa aos trabalhadores que pretende despedir e que têm menos de 55 anos (a esmagadora maioria da lista dos 145), bem como os valores proporcionais referentes a férias, subsídio de férias e 13º mês, e senhas de refeição.

A administração manifestou ainda a intenção de acabar com o «Tarrafal» da Rua do Salitre: os trabalhadores que insistam em manter os postos de trabalho continuarão inactivos, a receber vencimento, mas em suas casas.

«Conseguimos melhores condições para quem quiser rescindir, mas a verdade é que vão extinguir estes 145 postos de trabalho» - comentou Joaquim Silva, quando o contactámos na segunda-feira. E não deixou de recordar que o futuro não promete paz para os trabalhadores que ainda ficam na empresa. É que a administração continua a dizer que, encerrado este processo, mais empregos serão liquidados. O que significa que na Papelaria Fernandes a luta em defesa dos postos de trabalho vai ter que continuar.

## Cartas dos leitores

### O «copy-desk» cavaquista

Tinha de ser. Estava escrito. O destino, nestas coisas, é do caraças: não falha. O progénito do pai Saraiva, dito director do «Expresso», tinha que vir à liça em defesa de sua dama cuja é, ao momento, o Governo do Professor de Boliqueime. E fê-lo da forma mais canhestra que o jornalismo português (mesmo este bem-pensante, arejado e com verniz nas botas cardadas) alguma vez orquestrou para demolir (ora, ora) alguém de quem, obviamente, se não gosta. A coisa dava tanto nas vistas que metia dó de tão bacoca. Nada menos do que três artighalhadas de fundo (obscuro como todos os fundos) para dar consistência à tese, de cujo o lapidar brilhantismo aqui se dá mostra: Sousa Lara até que fez bem, Saramago também prevaricou; até o filho do Eça num assomo de moral «a servir aos dias» (como diria o Almada) lhe foi à escrita deixando-lhe «A Capital» decapitada; a censura é o que está a dar; queime-se pois o «Evangelho» que já vendeu mais do que os romanceszecos dos nossos medíocres compinchas todos juntos: queime-se.

O filho do Saraiva-pai foi-se à escrita naquela penosa croniqueta da 3.ª página do semanário do Balsemão (e anda você, homem, a gastar o pilim que tanto arranjinho lhe deve fazer para contratar gente decente — que pelo menos tenha ideias — lá para o canalzito, com cronistas da 3.ª divisão) e vá de desancar no Saramago, cujo até tem talento de sobra para não deixar à míngua de sobejos toda a prole dos Saraivas, porque ele — Saramago — não soube esperar o tempo bastante para se alcandorar a ministro e assim poder, também ele, vetar, censurar, rasurar quando lhe desse na ministerial gana. No reino do puro delírio, da ficção mais rafeira, eis onde vegeta Saraiva-filho a iludir-nos de jornalismo. Tarefa vã, não convence ninguém com tão tola prosápia: nem mesmo franzindo o sobrolho para assustar o vento.

Não fora o Saraiva filho do progenitor que se sabe e não haveria, por certo, mecenias que lhe aturasse o verbo. Sim, porque para caceteiro da escrevinhação há bem melhor e bem mais eficaz: o pequeno dos «misseis balísticos», Diabo!, é bem mais descomplexado.

Não contente com a ficção da artighalhada da página 3.ª, eis que o Saraiva-filho volta à carga desta feita na página última. E bate outra vez no José Saramago porque ele, Saramago, teve o atrevimento inadmissível de falar defendendo o que lhe parecia defensável e ele, Saraiva-filho, achou que o escritor devia comer, calar e agradecer com bons modos. (...) Como o talento é escasso e o tema lhe parecia inesgotável, ci-lo a ordenar prosa ao João Carreira Bom (que está sem gracinha, à beira do puro bocejo — só a Graça Lobo lhe acha pilhéria, coitada) e aos eunucos da «Gente»: um fartote à Sade. Ao chamar de «copy-

desk estalinista» a Saramago está o Bom do croniqueiro a pôr-se em bicos de pés para agradar ao chefe e a ensaiar ofensa de cruz: não está tal. Faz apenas rábula revisteira de parca inspiração (para agradar à plateia dos Laras e adjacências) na tentativa desesperada de participar da próxima revista do La Féria, com chorudo subsídio da SEC e o Santana Lopes como vedeta convidada. Saraiva-filho, vai um conselho? Brinque com os Laras e os Cavacos, trate da família e faça-lhes os fretes que entender (são insondáveis os caminhos do «jet set» da escrevinhação lusa, né?), pode até franzir de quando em vez o sobrolho para se tornar respeitável a olhos labregos, organize jogos florais prós amigalhões, isso lhe basta para conseguir ganhar (bem) o casqueiro e o caviar seus de cada dia. Para o resto, para os homens que têm o espinhaço vertical e são íntegros, você não tem pedalada: gripa nos primeiros 10 metros.

José Domingos dos Santos

### Derrota do socialismo

Esta questão, como diz a Resolução Política do XIII Congresso, exigia uma análise mais aprofundada, até porque os acontecimentos ainda estavam em ebulição. Ela, certamente tem vindo a ser feita nos órgãos dirigentes do Partido e, ao nível de bases, em algumas reuniões e assembleias. Igualmente, cada militante tem feito a sua própria reflexão. É com esta (também) que pretendo dar uma contribuição ao Congresso.

Na Resolução Política do XIII Congresso existiu, quanto a mim e a outros camaradas, uma grande confusão na apreciação do que eram causas fundamentais e realidades que todos podiam constatar, sejam actuais ou históricas. As «apreciações, orientações e práticas contrárias ao ideal comunista», o esgotamento de soluções anteriores, etc., não são causas fundamentais mas sim derivadas. Fala-se de um «modelo», mas para o que nos interessa aqui, o fundamental é procurar os motivos por que a sociedade soviética evoluiu e estagnou num modelo, onde o Homem vivia o seu dia-a-dia, sem perspectivas revolucionárias que não fossem a manutenção (desenvolvimento) da sociedade.

Entre os objectivos da perestroika contavam-se «o restabelecimento do exercício efectivo do poder político pelo povo», com a reconstituição dos soviets e outras formas de poder popular, e o desenvolvimento e fomento da democracia em todas as esferas da vida. Não seria o motivo por que estes factores se degradaram a causa das «causas fundamentais»? Não podemos negar (e devemos sentir orgulho) que houve tempos em que «estes factores» existiram (em desenvolvimento e mais ou menos aprofundadamente). Citando Gramsci, «poderíamos recordar todos os outros elementos» que contribuem para a realização do comunismo: «o novo espírito messiânico que anima as massas, o enorme desenvolvimento da cultura, a

luta contra o analfabetismo que fez mais progressos em poucos anos revolucionários do que em centenas de anos czaristas, a participação das massas na vida política (...), o sentimento orgulhoso de se terem libertado de uma escravidão desonrosa e de caminharem para um futuro melhor.» (Gramsci, 1926)

Por outro lado, a facilidade com que irromperam na cena político-social forças reaccionárias, deveria ser um motivo de reflexão (e é apenas referida). A falta de trabalho ideológico não é razão suficiente apesar de ser de considerar. A não eliminação de concepções burguesas e da sua moral revelou-se à luz do dia. Concepções impregnadas nas sociedades de classes durante séculos e milénios sobrevivem a uma alteração das relações de produção, durante um vasto período de tempo, no âmbito moral. Certamente nos mais pequenos actos do quotidiano se poderia notar esse facto: falta de disciplina e desleixo no trabalho (uma camarada disse — com conhecimento de causa — que numa fábrica os operários paravam a produção quando queriam e iam descansar), falta de combatividade (note-se aquela parte em que F. Namora, no seu livro sobre viagens à URSS, diz que os soviéticos nunca discutiam com a autoridade), submissão, etc. Estes comportamentos, esta moral do cidadão soviético era depois «transmitida» e «ampliada» à medida que se subia na hierarquia do Estado. (...)

Nunca poderemos negar a possibilidade de ocorrerem revoluções de orientação socialista em países ainda com o capitalismo não completamente desenvolvido. Mas serão as sociedades capitalistas desenvolvidas que, inevitavelmente desembocarão no socialismo. Este «inevitavelmente» não inclui um determinismo absoluto: a luta do revolucionário, a capacidade de adaptação do capitalismo, etc., faz com que seja imprevisível o quando, de que modo, onde, que formas tomarão as sociedades socialistas. Mais: temos como garantido que a aquisição do socialismo não é um processo irreversível. No entanto as contradições e leis objectivas do desenvolvimento capitalista — apesar e também porque nelas intervêm factores subjectivos —, não deixam margens para outros destinos que não seja o socialismo. Penso que neste aspecto o Partido tem tido receio e medo de falar num certo determinismo que de facto existe.

Foi muito correcta a avaliação feita no XIII Congresso sobre os problemas da paz, «prevendo» fenómenos que, infelizmente vieram a acontecer; prevendo-os na perspectiva, então só vislumbrada, da vitória das forças reaccionárias. Temos que desenvolver a solidariedade, no Partido, com os povos em luta, em resistência. O Internacionalismo Proletário tem que se concretizar em actos para estes o reforçarem na consciência dos comunistas.

Paulo Maurício Lisboa

# Governabilidade e representatividade

■ João Amaral

A questão da governabilidade tem sido (com a questão da aproximação dos eleitos aos eleitores) um dos argumentos mais insistentemente invocados pelo PSD para a alteração das leis eleitorais. O argumento refere-se às eleições para a Assembleia da República e para os órgãos dos municípios. A tese é a de que o sistema eleitoral deveria garantir a formação de executivos baseados em maioria absoluta de eleitos. No caso da Assembleia da República, trata-se de por diferentes processos garantir ao partido mais votado a obtenção de uma maioria absoluta de Deputados a partir de uma percentagem significativamente inferior à que hoje necessita. No caso da eleição da Câmara Municipal, trata-se de conferir à força concorrente mais votada a maioria absoluta na vereação, mesmo que os votos não sejam suficientes para tal. Em qualquer dos casos, os métodos propostos traduzem uma distorção propositada da representação proporcional.

Quanto ao objectivo da governabilidade ele é apresentado nos seguintes termos pelo PSD, e em particular pelo seu *leader* Cavaco Silva: O sistema eleitoral deve garantir a quem ganha a possibilidade de governar sem ser tolhido por ninguém na execução do seu programa político. Entendem os autores da tese que as eleições feitas de quatro em quatro anos no essencial visam escolher um primeiro-ministro e um executivo, e que, havendo uma maioria de votos (mesmo que relativa) que aprova certo primeiro-ministro e certo executivo e o seu programa, durante os 4 anos do mandato os órgãos do Estado e o povo devem ser submetidos a esse governo e ao seu programa. O executivo deve ter garantida uma maioria absoluta na Assembleia da República que o apoie. E todos devem obediência ao programa partidário do PSD, porque ele foi «aprovado» pelo eleitorado e portanto deve ser executado sem entraves. Analisando melhor esta fundamentação, verifica-se que em primeiro lugar ela pressupõe uma desvalorização completa das assembleias representativas, que não têm nesta visão qualquer valor intrínseco, mas tão-só uma função instrumental dos executivos. As eleições são dirigidas não para a escolha dos representantes na Assembleia da República, mas para a escolha de um primeiro-ministro.

O PSD de Cavaco Silva é antiparlamentar.

Em segundo lugar, esta concepção revela um desrespeito completo pelas minorias. O princípio é o de que uma maioria, mesmo que relativa e pequena, tem o direito de cilindrar todas as oposições, que aliás são na lógica deste pensamento ilegítimas quando procurem travar as políticas traçadas pela maioria com base no seu programa.

É mais uma faceta antidemocrática do PSD de Cavaco Silva. Em terceiro lugar, esta concepção corresponde a considerar que o papel das populações no exercício do poder se esgota na votação de quatro em quatro anos.

O PSD de Cavaco Silva frustra totalmente a democracia participativa.

Em quarto lugar, esta concepção transforma abusivamente uma votação (que aliás o PSD descaracteriza, tornando-a na votação de uma pessoa para primeiro-ministro, ao mesmo tempo que usa a mais descarada demagogia e processos de chantagem) no plebiscito de um programa, que a maior parte dos elei-

tores não conhece, nem nas reais linhas gerais nem muito menos em pormenor.

É a **tendência plebiscitária** do PSD de Cavaco Silva. Subjacente a todas estas componentes da fundamentação da tese, está a certeza que os próprios têm de que as medidas governamentais a tomar são anti-populares e que a única forma de as executar é com medidas de imposição. Isto significa que o Governo considera à partida não ser possível a execução de medidas que correspondem aos seus reais intentos, num quadro de consenso e diálogo com os interesses e com as diversas forças políticas, sociais e económicas.

O programa do PSD de Cavaco Silva é **contra os interesses das populações**.

Esta tese da governabilidade expressa assim de forma clara aquilo que só pode ser definido como o **pensamento e a prática política reaccionária** do Prof. Cavaco Silva e do PSD.

Por detrás desta tese está a questão que opõe os adeptos do sistema maioritário aos adeptos do sistema proporcional: os primeiros privilegiam os interesses do Governo, os segundos os interesses da sociedade que querem ver espelhados na Assembleia nas suas diferentes componentes.

É preciso entretanto dizer que não estão provadas as correlações matemáticas que alguns pretendem que existem entre os dois sistemas e a maior ou menor garantia de estabilidade dos Governos. Por isso, as chamadas leis de Duverger têm sido questionadas. O sistema maioritário não gera forçosamente bipartidarismo e o exemplo é o Canadá. E temos o sistema proporcional por exemplo na RFA e no entanto os resultados (mesmo com o aparecimento dos Verdes e a existência dos liberais) traduzam uma realidade designada tecnicamente como de bipartidarismo imperfeito.

Douglas Rae aprofundou esta problemática no seu estudo «Consequências políticas das leis eleitorais». Num capítulo especialmente dedicado ao sistema de representação proporcional, Rae tira conclusões interessantíssimas.

Rae demonstra que não existe uma relação determinante, uma relação de causa e efeito, entre representação proporcional e instabilidade governamental.

Rae demonstra também que para o aparecimento de novos partidos na cena parlamentar a existência do método proporcional não é nem necessária nem suficiente. E quanto à instabilidade os estudos estatísticos de Rae ligam-na mais à fragmentação dos «partidos de sistema» do que ao sistema proporcional.

Aliás, as eleições portuguesas de 1987 e 1991 mostram que o proporcional não impede sequer a existência de maiorias absolutas... Os problemas do PSD não resultam assim tanto do sistema eleitoral como tal, mas do facto da política que prossegue ir forçosamente chocar cada vez mais legítimos interesses e direitos adquiridos, com uma inevitável erosão da sua base de apoio eleitoral (isto apesar das repetidas fragilidades do PS). Assim, o objectivo prosseguido (quer o fundamento seja a aproximação

Intervenções pronunciadas no colóquio Democracia Política e Legislação Eleitoral promovido pela CDU em Lisboa no dia 29 de Junho de 1992

# Democracia Política e Legislação Eleitoral

dos eleitos aos eleitores, quer seja o argumento da governabilidade, quer seja outro qualquer argumento) é sempre o de tentar a instituição de mecanismos que distorçam a vontade eleitoral, mecanismos que potenciem a expressão em número de Deputados da votação do PSD, mesmo que este desça significativamente em votos. Aliás, tomando a geografia eleitoral portuguesa como um dado, as propostas formuladas apontam para transformar o sistema de partidos em tendencialmente bipartidário, mas com um especificidade que o PSD quer provocar: o PSD teria assegurado o primeiro lugar e ao outro pólo (o PS) ficaria reservado o eterno lugar de segundo...

A governabilidade tal como a vende o PSD corresponderia assim a inquirar a representatividade social e política da Assembleia da República tendo em vista quer a governamentalização jurídica do regime quer a garantia dos interesses eleitorais do PSD. A estabilidade governativa como parâmetro político tem um valor que deve ser medido com o valor de outros parâmetros de estabilidade. Estabilidade governativa em instabilidade social (como se vem verificando) significa que o Governo actua contra os interesses da sociedade, sem que no sistema de poder existam adequados mecanismos de contenção e correcção.

Por outro lado, não deve ser confundida a estabilidade governativa com a estabilidade da Administração Pública. A estabilidade desta deve estar assegurada pelos mecanismos próprios, onde se inclui o das garantias de autonomia de gestão, no quadro da lei e regulamentos.

Neste quadro, a valor da estabilidade governativa é um valor subordinado ao valor da representatividade governativa. Essa representatividade é tanto maior quanto mais larga for a base política e social em que se funda o Governo.

O alargamento da base política implica privilegiar o diálogo e a abertura na formação e actuação do Governo.

A base social constrói-se também com o diálogo social, e com a resposta adequada aos interesses e reclamações da sociedade. O sistema proporcional, alargando o espectro da representação e criando uma maior identificação entre a Assembleia e a sociedade, assegura melhor esse valor de representatividade.

Por isso, à tese reaccionária da governabilidade como valor supremo, opomos a tese da representatividade como método privilegiado de formulação de políticas que sirvam os interesses do povo e do País.

■ Raul de Castro

# Controlo do poder e democraticidade

Fabricada nos Estados Unidos, nos anos oitenta, a ideologia do neoliberalismo, mais apropriadamente, liberalismo autoritário, alastra aos diversos países capitalistas da Europa, mesmo aos que têm governos ditos «socialistas». E, naturalmente, serviu a Cavaco Silva, nas eleições de 1987, para desafiar os jornalistas a descobrirem a sua ideologia, ingénua mistério que Fernando Nogueira tenta manter (em entrevista ao «Expreso» em 22.02.1992) afirmando que o PSD «encontrou a solução para essa querela em torno do que é a social-democracia. A social-democracia é a acção que o partido tem desenvolvido no governo». Mas, afinal, não podendo uma prática política substituir uma ideologia, ela lá apareceu no novo programa do PSD, caracterizando-se o PSD como «social-democrata e liberal», confissão que causou alguns engulhos nas hostes cavaquistas, mas acabou por ser imposta em definitivo pelo Chefe, a quem cabe a primeira e a última palavra.

Trata-se, afinal, duma ideologia que integra aquilo que Robert Nisbet («O Conservadorismo», «Estampa», 1987, p. 157) chama as «verdades conservadoras»: «um estado insignificante, um governo forte mas discreto, o «laissez-faire» na maioria das coisas, a igreja e outros grupos para enfrentarem a maior parte das crises... e um preconceito imbatível contra as medidas de redistribuição».

E que Pierre Domergues resume, sublinhando tratar-se duma «ideologia que permita aplicar os princípios do socialismo para os ricos e os do capitalismo para os pobres» («Le Liberalisme contre Les Libertés», «Monde Diplomatique», Abril-1988, p. 14-15).

Se lhe acrescentarmos uma Política Monetária em que a redução da inflação e da dívida pública serve de pretexto para aumentar as receitas do Estado e diminuir as suas despesas, através do agravamento dos impostos e taxas, e da diminuição estadual da prestação de serviços públicos que constituem até direitos sociais constitucionais, e portanto fundamentalmente à custa das camadas mais carenciadas, aí temos o último retoque do quadro do «liberalismo autoritário» perfilhado por Cavaco Silva e pelo PSD.

Nela se inserem as privatizações (em três anos foram priva-

tizadas 13 das mais importantes empresas públicas) e a liquidação da Reforma Agrária, que fazem esfregar as mãos de contentes aos grandes senhores do tempo do fascismo, abrindo as portas às transnacionais. Mas a outra face da moeda é o agravamento das desigualdades sociais. Um quinto das famílias portuguesas vive em situação de pobreza.

Só na Região do Vale do Ave há 26 000 desempregados, embora aí se registre a maior percentagem de automóveis «Ferrari» por quilómetro quadrado.

Cresce o trabalho precário e a grande ofensiva governamental dos imprópriamente chamados «excedentes», que afecta cada vez mais trabalhadores, agora até da função pública e da administração local.

Através do alastramento do trabalho precário e do chamado «pacote laboral» o Governo Cavaco Silva-PSD inverte os termos constitucionais do princípio da subordinação do poder económico ao poder político democrático e viola, simultaneamente, o princípio da segurança no emprego, com o objectivo de «esterilizar os direitos dos trabalhadores», na expressão de Jacques Le Goff («O Triunfo das Desigualdades», Editorial Caminho, 1990, p. 115) de modo, a diminuir a sua capacidade de luta em defesa dos seus interesses.

Cliente habitual do Tribunal Constitucional, o Governo Cavaco Silva e a sua maioria PSD levaram ainda mais longe a sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, ao porem na mira o direito à greve, também constitucionalmente assegurado.

Mas, por outro lado, há sempre vagas na administração pública para quem tenha o cartão do PSD, o que permite não só distribuir benesses mas controlar a administração pública, através do seu assalto.

E, assim, enquanto alguns vão acumulando fortunas, procura-se que a maior parte se contente com a miragem televisiva de que «É fácil. É barato. Dá milhões», ou de que nos sacos de arroz marca X há 5 cheques de mil contos.

Milhões. Mil contos. Dinheiro, eis o novo valor supremo do conservadorismo cavaquista.

No século XIX, Balzac escrevia que «uma voz lhe dizia que a inteligência é a alavanca que faz mover o mundo. Mas outra voz

lhe dizia que era o dinheiro» («Ilusões Perdidas»). Mas agora não se trata de um fenómeno que se oculta, mas de um novo deus que é colocado no altar do «liberalismo autoritário cavaquista», como exemplo a seguir, para veneração pública.

«Cada sobressalto da democracia conduz a uma espécie de fatalidade histórica com o incessante reforço do despotismo», constata Guy Sorman («A Solução Liberal», «Inquérito», 1986, p. 193).

E se não faltam ao Governo PSD de Cavaco Silva nem meios nem recursos financeiros para realizar os objectivos de «marketing» eleitoral aconselhados por técnicos estrangeiros, na medida em que abusivamente o PSD se confunde com o Estado, falta-lhe ainda a receita apropriada para se perpetuar no poder.

Essa receita para realizar o sonho da «AD», «uma maioria, um Governo, um Presidente», chama-se alteração das leis eleitorais.

Detendo o poder, o Governo PSD-Cavaco Silva, na sua fúria privatizadora (que levou já um economista de direita a defender até a privatização dos rios...) pôde privatizar os jornais do Estado, confiando-os a gente de confiança, a quem também entregou a grossa fatia das maiores frequências da rádio.

Confundindo o Estado com o partido no poder, o Governo pôde também, como fez nas últimas eleições legislativas e como já começou a repetir nas regiões autónomas, onde se avizinham eleições, antecipar inaugurações, sem olhar aos milhões de contos que saíam dos cofres do Estado para servir a propaganda do PSD, sendo de realçar que em 1991 houve um acréscimo do produto superior a 400 milhões de contos, em relação a 1990, por evidentes razões eleitorais.

Pode ainda o Governo manipular a radiodifusão pública e a televisão, o mais poderoso meio de comunicação social que, diariamente, ao serviço do Governo, desinforma milhões de portugueses para lhes transmitir uma imagem favorável do Governo PSD-Cavaco Silva, fazendo tábua rasa da independência e do pluralismo que a deviam caracterizar.

Epode, além disto, desvirtuar a natureza das eleições legislativas, que é, obviamente, a eleição de deputados, transformando-as numa campanha para a eleição do primeiro-ministro, podendo



# O voto dos emigrantes nas eleições presidenciais

■ Luís Catarino

No âmbito do debate político nacional, vem, nos últimos tempos, ganhando importância saliente o problema das eleições.

É o último mandato do Presidente da República, é a aproximação rápida das eleições autárquicas, é a incidência das decisões comunitárias sobre a vida política nacional.

É tudo isto, mas, seguramente, também, o interesse dos agentes do actual governo em ganhar, desde já, posições vantajosas nos próximos actos eleitorais.

O debate sobre o problema dos emigrantes nas eleições presidenciais, actualmente instalado na discussão política do país, é uma das frentes abertas pelo governo na sua perspectiva de ganhos eleitorais a curto prazo.

O art. 124 da Constituição determina que, para a eleição do Presidente da República, votam apenas os cidadãos recenseados no território nacional e que o direito de voto é exercido presencialmente, no mesmo território.

Isto significa simplesmente que os cidadãos portugueses emigrados não têm direito a voto para a eleição do Presidente da República.

Trata-se de uma norma sempre constante na nossa lei constitucional, desde o seu texto inicial de 1976, a qual foi aprovada por unanimidade dos partidos representados na Assembleia Constitucional, até hoje mantida que foi nas revisões de 1982 e de 1989.

Isto à semelhança do que sucede na quase totalidade dos países europeus.

Por boas razões naturalmente, e que têm a ver, basicamente, com o generalizado desconhecimento, por parte dos eleitores emigrantes das políticas do nosso país e das pessoas dos candidatos ao cargo de Presidente da República, com as deficientes ou mesmo inexistentes condições de recenseamento, liberdade de propaganda e fiscalização de eleições realizadas em países estrangeiros, tudo isto sabendo-se que, dada a existência de quatro milhões de portugueses no estrangeiro, nem poderia correr-se o grave risco de subverter a genuidade do acto eleitoral.

Neste entendimento generalizado das coisas, eis que surge, há escassas semanas, com grande alvoroço, uma cruzada do governo e do seu primeiro-ministro, a favor do voto dos emigrantes portugueses nas eleições para o cargo de Presidente da República.

O PSD, com o primeiro-ministro, realizou há dias, em Paris, um seminário, em que foi defendida, pelos mais altos responsáveis do partido e com grande aparato, a «urgência» da revisão constitucional por causa do voto dos emigrantes, como sendo uma «prioridade absoluta», nas decisões político-constitucionais deste país.

O ministro Dias Loureiro declarou que a actual lei cons-

titucional discrimina desfavoravelmente os portugueses emigrantes, em face dos outros portugueses e disse que «qualquer lei em Portugal não pode discriminar portugueses como agora acontece».

E o primeiro-ministro, na oportunidade, entendeu afirmar que a situação dos emigrantes era um autêntico «escândalo» e que ele não queria esta situação.

Está lançada a grande campanha, numa base de mero oportunismo político, no âmbito da preparação dos actos eleitorais próximos, quem sabe se no âmbito de uma projecção pessoal do próprio primeiro-ministro, relativamente ao cargo de Presidente da República.

Não têm razões sérias os defensores do voto dos emigrantes para a Presidência da República, enquanto se mantiverem as condições concretas actualmente existentes.

Há que analisar com atenção as verdadeiras razões do preceito constitucional em causa.

A eleição dos titulares de cargos políticos é, no nosso sistema jurídico-constitucional um acto de suprema importância no exercício da cidadania, pois ela é a própria expressão da vontade colectiva dos cidadãos; ela é a própria formação e legitimação dos órgãos do poder.

O acto eleitoral tem de ser cuidadosamente defendido, através da garantia de voto universal secreto, pessoal, genuíno, livre e consciente, fiscalizado por entidades independentes, assente num recenseamento rigoroso e com igualdade de oportunidades das candidaturas apresentadas.

Ora — e estas são as mínimas e irrecusáveis exigências do acto — não só o nosso legislador constitucional, como já referimos, entende que não é possível assegurar tais exigências, como também o Tribunal Constitucional já decidiu que o voto, nas circunstâncias referidas, pode acabar por ser decidido por outrem, atentando, gravemente, contra o direito de sigilo e a genuidade do acto.

Questões de fundo, que não podem ser resolvidas através das estruturas existentes no estrangeiro, são todas aquelas que se ligam com a debilidade das representações consulares, algumas delas entregues a nacionais dos países de acolhimento dos emigrantes, com a segura impossibilidade, nalguns destes países, de ser proibida propaganda eleitoral por alguns dos candidatos, podendo imaginar-se o que sucederia a um candidato comunista ou mesmo socialista, a tentar a sua propaganda um país fascista, são as garantias de imparcialidade na instrução e julgamento dos ilícitos eleitorais; são o problema da imprescindível articulação da administração local com os eleitores e o próprio acto eleitoral; são o acesso aos meios de comunicação social, a fim de ser garantida a crítica pública entre as candidaturas; são, enfim, os problemas de própria nacionalidade portuguesa pois, também como adverte o nosso Tribunal Constitucional, é possível a multiplicação de nacionalidades sem qualquer ligação a Portugal e a existência de binacionais, gozando de direitos relativos a outros estados.

Mas, que soluções são oferecidas para todos estes graves problemas pelo primeiro-ministro e pelos responsáveis do PSD?

Onde explicam eles, ao povo português, as propostas e soluções adequadas?

Além disso, por que não propõem, eles e os outros defensores do voto dos emigrantes, também a consulta destes no referendo, já que este, actualmente, só pode ser exercido pelos cidadãos eleitores recenseados no território nacional, por força do art. 118 da Constituição?

Ainda também por que não defendem eles a aplicação do princípio da proporcionalidade nas eleições pelos emigrantes, de deputados para a Assembleia da República, quando, por imposição da lei actual são eleitos apenas quatro?

Não têm razões sérias os defensores do voto dos emigrantes. A seu crédito ficará apenas o abstracto e genérico princípio de que cada cidadão deve ter direito a voto, mas não conseguem adiantar algum outro argumento em defesa da sua tese.

É falso que o regime constitucional existente estabeleça discriminações negativas para os nossos emigrantes.

O art. 124 não estabelece uma diminuição da sua capacidade político-jurídica, mas sim uma peculiaridade do sistema constitucional, tal como existe, por exemplo, no referendo e na não-proporcionalidade na conversão dos votos dos emigrantes em deputados eleitos; peculiaridade que, agora em sentido inverso, existe quando no art. 14º da constituição se estabelece que os emigrantes não estão sujeitos aos deveres incompatíveis com a sua ausência do país; e ainda também peculiaridades quando na lei constitucional se estabelecem discriminações de sentido positivo, a favor dos emigrantes, como no citado art. 14º, ao estabelecer, especialmente protecção do Estado para o exercício dos seus direitos; como no art. 74º n.º 3 al. h), que impõe ao Estado o dever de assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa, e na lei ordinária, em múltiplas situações de direito locatício de favorecimento de crédito e de

benefícios fiscais. Isto mostra que o nosso ordenamento jurídico-constitucional exclui qualquer diminuição de capacidade político-jurídica dos emigrantes e que o dispositivo do art. 14º é a consagração de uma situação de respeito por princípios inalienáveis do direito eleitoral e mesmo de independência nacional.

O Estado português é um Estado de direito democrático e a legitimidade do poder assenta nas eleições, mas exactamente por não ser um Estado de mero direito formal, o seu ordenamento jurídico tem de ser conformado com a realidade concreta existente.

Por isso, compreende-se bem que não é legítimo defender o voto dos emigrantes nas eleições para o presidente da República, apenas pelo princípio jurídico de serem cidadãos portugueses e assim deverem ter a possibilidade de voto.

É que tal voto poderia, dentro da situação concreta existente, atingir gravemente direitos dos cidadãos e valores do Estado que não podem ser postergados: a genuidade da vontade colectiva na formação de órgãos do poder, o sigilo de voto, a independência nacional e a vinculação do legislador e dos actos do Estado ao ordenamento constitucional.

As razões da posição do primeiro-ministro e do partido do governo são de ordem puramente demagógica.

Eles pensam que, arvorados em defensores do voto dos emigrantes, mobilizariam, em arrebatação adesão à ideia, falsa e perigosíssima, de que o primeiro-ministro, o seu partido, o seu governo e, eventualmente, as comunidades, estariam, todos, em identidade absoluta com os emigrantes — nos Estados Unidos, no Canadá, na Venezuela ou no Brasil!

Mas, porquê esta agitação do governo, do partido do governo e de outros parceiros, na defesa de voto dos emigrantes?

Porquê isso, se o problema do art. 124, matéria constitucional e sujeita aos limites materiais de revisão, não oferece, neste momento, nenhuma nova perspectiva de discussão imediata? Porque, seja como for, o primeiro-ministro, o governo PSD estão já numa nova corrida ao poder.

E a corrida será ao poder globalizante das instituições políticas, na pista de antigas corridas já tentadas e perdidas.

«Uma maioria, um governo e um presidente» torna a ser a divisa que pode encher de esperanças o primeiro-ministro do actual governo e os seus servidores.

Completaria assim, o seu propósito de liquidação de princípio de divisão de poderes do Estado, na essência o princípio do controlo entre presidente da República, a Assembleia da República e o governo.

Enfim, os portugueses deixariam de saber de vez, se o legislador, o governante e o juiz actuavam ou não actuavam de acordo com a lei.

Seria a hegemonização do poder laranja!

É evidente que, neste contexto, o voto dos emigrantes, nas eleições presidenciais, poderia ser uma arma de significativo valor, na prossecução dessa finalidade.

A campanha já começou com a operação de Paris e pode dizer-se que já se encontra em andamento uma grande manobra eleitoral, em que os pontos fortes da luta do primeiro-ministro, do Governo e do PSD, para garantir ganhos eleitorais, vão assentar exactamente nos mesmos pontos que têm levado o legislador constitucional a negar o direito de voto aos emigrantes: a ignorância sobre os problemas políticos, sociais e económicos do país, o total desligamento dos assuntos nacionais, o perigo de perversão do acto eleitoral, a existência de desigualdades entre os futuros candidatos. Vão ser estes os pontos fortes da campanha. Diria mesmo as grandes vantagens da campanha!

Seria um grave risco para os emigrantes, para o país e para a democracia.

Sem argumentos objectivamente válidos a campanha desencadeada vai enveredar pela proposta meramente emocional, em que o primeiro-ministro e a sua gente, com todos os meios de Estado ao seu serviço e, na prática, sem contendores no terreno, irá tentar criarem primeiro lugar, uma falsa identidade vivencial entre ele, o governo e os emigrantes e depois o sufrágio aclamatório da sua proposta de ocasião.

É um perigo que as forças democráticas deverão combater com a intervenção possível junto dos cidadãos e, essencialmente, com o controlo sobre as desejadas modificações constitucionais que o PSD se vai mostrando mais ou menos certo de vir a obter.

Com mais escolas, mais professores de língua portuguesa, mais subsídios para instituições culturais, recreativas e humanitárias em apoio dos portugueses no estrangeiro, melhor disponibilidade e organização de meios administrativos, financeiros, pessoais e técnicos, nos países de acolhimento tudo contribuirá seguramente para que todos os emigrantes venham a ter condições para exercer, livremente, o seu voto para a eleição dos órgãos de poder no nosso país.

Assim será possível.  
Antes, será um logro!

## das eleições

Cavaco Silva distribuir a sua própria fotografia aos eleitores, após «uma poderosa e profissional máquina de imagem produzir encenações com o apoio das estruturas do PSD que realçam o apoio popular», como o questionou um jornalista, em 21.09.1991, obtendo esta espantosa resposta que ignora a pergunta: «estou nesta campanha para explicar ao povo português a importância decisiva da estabilidade política» («Jornal de Notícias», 22.09.1991).

E pode, finalmente, contar com os efeitos dos valores anti-sociais e anticulturais que o «liberalismo autoritário» que o Governo PSD-Cavaco Silva e a sua maioria instalaram na sociedade portuguesa, o individualismo sem freio e o culto do dinheiro, o autoritarismo e a dependência, que podem tornar credíveis o «sucesso» e a «estabilidade» apregoados, ainda que em troca da alienação dos próprios interesses.

Mas, a despeito de contar com toda esta grande encenação, rapidamente posta de lado logo que voltou a alcançar o poder, Cavaco Silva e o PSD não têm a garantia da vitória nas próximas eleições, nomeadamente, nas legislativas.

É claro que, em Democracia, não há nem pode haver tal garantia. Mas para o Governo PSD-Cavaco Silva a Democracia é uma palavra, não um modo de agir.

Por isso, não hesitaram em lançar mão da única garantia que pode realizar o seu objectivo de se perpetuarem no poder: a viciação do jogo eleitoral. É sabido que a democraticidade das eleições assenta nas leis eleitorais. Trata-se, portanto, de introduzir na lei eleitoral as alterações necessárias para viciar os resultados eleitorais, garantindo a sua perpetuação no poder.

É, afinal, um plano antidemocrático, que abrange também as eleições presidenciais e as autárquicas.

Tornou-se público — e de que forma! — que Cavaco Silva é pouco dado à leitura.

Por isso, ele desconhece esta previsão de Maquiavel, que condiciona e exclui a sua almejada vitória:

«E quem se torne senhor de uma cidade acostumada a viver livre e não a destrua, espere ser destruído por ela, porque a mesma sempre encontra, para apoio da sua rebelião, o nome da liberdade e o das suas antigas instituições» («O Príncipe», p. 30).

## Gabinete de Projecto A profissão e o prazer

Durante os últimos números deste «Avante!» ficámos a conhecer os processos de trabalho, critérios e objectivos seguidos pelo Gabinete de Projecto da «festa!». Um trabalho pluridisciplinar, sustentáculo fundamental para a concretização, ano após ano, das sucessivas edições da Festa do «Avante!».

Dimensionar e distribuir os espaços, colaborar com as diversas organizações do PCP envolvidas na «festa!» na elaboração dos projectos próprios, elaborar o projecto das iniciativas centrais, definir estratégias de evolução da Quinta da Atalaia são apenas algumas das muitas competências deste grupo de trabalho.

Uma equipa constituída por gente que nos contou do prazer de trabalhar na «festa!». Em discurso directo, hoje, ficamos a conhecê-los melhor.

## Coisas novas na Atalaia

Eis algumas novidades que constituirão a próxima edição da Festa do «Avante!», trabalhadas pelo Gabinete de Projecto. A concepção deste ano em termos de distribuição pelo espaço das diversas organizações, palcos e auditórios, tem como linha mestra o seguimento dos grandes eixos naturais do terreno, nomeadamente a linha de água e a entrada para a Cruz de Pau. É seguindo essa lógica, a que se junta uma maior distribuição dos diversos pólos de grande atracção da «festa!», que a «urbanização» da próxima edição da «Festa!» irá apresentar-se aos olhos do visitante.

Segundo explicaram ao «Avante!» os membros do Gabinete de Projecto da «festa!», a ideia é «obrigar» as pessoas a andar de um lado para o outro, criando uma maior circulação e diminuindo a aglomeração em torno de um determinado ponto (por exemplo, do Palco 25 de Abril).

Outra grande novidade da nova «festa!» é a criação de condições para que o desporto voltasse a ter nesta iniciativa um espaço no terreno com a necessária dignidade. Assim para os desportistas que participarão nos diversos torneios de diversas modalidades que decorrerão na Quinta da Atalaia, estará disponível um campo polidesportivo com dimensões internacionais. Este ano o campo estará concluído, mas em termos de estruturas de apoio definitivas contará só com a iluminação. Para as próximas edições da «festa!» este polidesportivo contará então com bancadas definitivas, balneários e outros equipamentos que lhe são necessários.

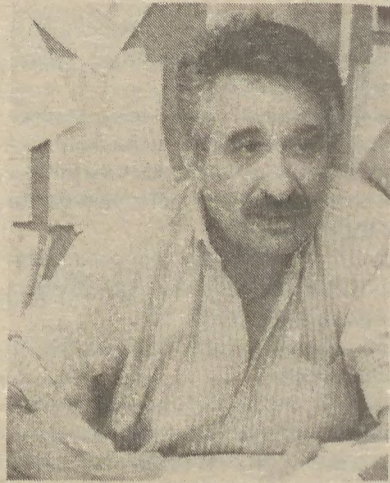
Este ano o Pavilhão Central da «festa!» será construído com base em três grandes pólos de atracção. O primeiro será uma exposição sobre a intervenção, ligação e enraizamento do PCP na sociedade portuguesa. A preparação do XIV Congresso que se realizará a quatro, cinco e seis de Dezembro e a imprensa do Partido (o «Avante!» e «O Militante») serão outros dois temas a abordar nesta parte do pavilhão, com colóquios, exposições, etc.

O segundo pólo de atracção do Pavilhão Central será uma grande exposição sobre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, cujo processo de constituição recentemente decorreu e que com o processo de Regionalização constitui, no entender do PCP, uma das prioridades nacionais para o reforço do Poder Local e consequente benefício das populações.

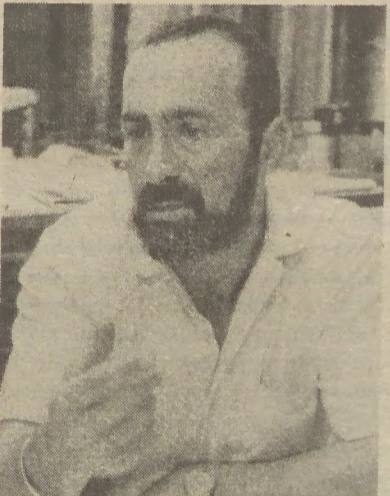
O terceiro pólo de atracção deste espaço central da Festa do «Avante!» será o tradicional local de convívio que, como habitualmente, se dispõe em torno do Café da Amizade.

Quanto à Cidade Internacional, ela terá o mesmo espaço e número de stands que contou o ano passado.

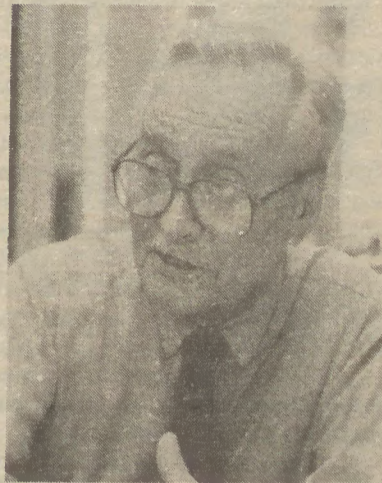
Outra novidade, no entanto já aqui divulgada em anteriores edições do nosso jornal, é a melhoria nas condições de funcionamento dos diversos blocos de sanitários, cujos acabamentos estarão concluídos, permitindo uma melhor recepção aos milhares de visitantes que os utilizam durante os três dias da «festa!».



Fernando Vicente (membro do Comité Central do PCP) - Há aqui, em toda a «festa!», um trabalho militante cujo valor é muito grande, provavelmente impossível de pagar. São horas de dedicação retiradas ao descanso que as pessoas empenham ano após ano (ainda por cima com prazer e gosto), que se traduz num inestimável valor que muitas vezes nos esquecemos de levar em conta.



Vítor Santos (membro do Comité Central do PCP) - Penso que o trabalho que aqui desenvolvemos é mais completo do que aquele que habitualmente é desempenhado, por exemplo, por um arquitecto. Isto é: a exigência em termos de multidisciplinaridade que aqui nos é pedida, obriga-nos a um constante renovar de conhecimentos que outros trabalhos não solicitarão.



Artur Pires Martins (arquitecto) - O trabalho neste Gabinete de Projecto tem um aspecto lúdico dado pelo próprio ambiente que envolve a «festa!» e a sua organização, que justifica em parte o prazer que daqui retiramos. Ao longo dos anos fomos adquirindo uma técnica própria, facilmente assimilável, que nos permite um diálogo rico e fácil com as diversas organizações do Partido envolvidas na «festa!». Esse diálogo, a discussão das ideias e desenhos que estão na base do que depois será mais uma e diferente edição da Festa do «Avante!», é algo único e provavelmente sem paralelo na nossa vida profissional.



Helena Martins (arquitecta) - Um dos objectivos do nosso trabalho aqui é fazer com que a Atalaia tenha utilizações que ultrapassem a própria Festa do «Avante!». Há já grandes alterações no terreno, após a compra da quinta: investimos em infra-estruturas de modo a que a curto prazo se possa ali localizar uma grande zona de lazer. São alterações que vamos introduzindo com o cuidado de não fazer perder a riqueza e variedade específicas da Atalaia. Outra característica que me agrada neste Gabinete de Projecto é a variedade de soluções que temos de encontrar, ano após ano, para a Festa. Uma variedade que surge não só por ser necessário oferecer todos os anos algo de diferente aos visitantes da «festa!», mas também por não querermos fazer construções fixas que destruam as características do terreno. Por outro lado a variação das condições políticas em cada ano resultam numa orientação política do Partido que se expressa na «festa!» também de forma diferente todos os anos. Tudo isto constitui um desafio à nossa criatividade extremamente aliciante.

# festa Avante!

## Milhares de pessoas estão (já!) a fazer desporto na «festa!»

A Festa do «Avante!» já envolve milhares de pessoas, independentemente das participantes nas jornadas de trabalho ou na promoção da venda antecipada de EPs. Falamos dos milhares de desportistas que em diversas modalidades estão a disputar os torneios da «festa!», como é o caso dos jogos de qualificação para o torneio de Futebol de Salão: neste momento são já 150 as equipas que jogam nos oito torneios regionais desta competição!

De destacar é o nível de participação na região de Setúbal com 44 equipas, Guarda e Castelo Branco cada qual com 21 e Beja com 25. Desenrolam-se ainda torneios em Évora, Coimbra, Faro e Viseu.

Mas outras modalidades têm igualmente torneios a decorrer no âmbito da Festa do «Avante!». É o caso dos torneios de Xadrez e Damas que decorrem na Guarda; as disciplinas Malha e o Ciclismo em torneios próprios no distrito de Viseu, enquanto Castelo Branco preferiu organizar concursos de Pesca Desportiva (o último em Idanha-a-Nova teve a participação de 71 pescadores) e Faro torneios de Damas.

Setúbal, além do Futebol de Salão, promove torneios de Damas, Xadrez, Pesca Desportiva, Chiniquinho e uma grande acção de Ciclismo, prevista para o final do mês de Agosto.

É um esforço muito interessante levado a cabo por diversas organizações do PCP, a envolver nestas iniciativas alguns milhares de pessoas que, geralmente, após a realização das competições, participam em convívios de complemento a estas iniciativas, que abrangem um número ainda maior de pessoas.



# Faltam 16 jornadas

Faltam apenas 16 Jornadas de Trabalho até à Festa do «Avante!» São necessários carpinteiros, pedreiros, montadores, outros profissionais de construção civil e muitas pessoas sem especialização mas aptas a dar o seu contributo para a construção de mais uma Festa do «Avante!»

JORNADAS DE TRABALHO MILITANTE																																		
Avante com a construção da NOSSA Festa do «Avante!» 92!																																		
Lista de disponibilidades (assinalar com uma cruz os compromissos)																								Organização:										
Meses		JUNHO								JULHO								AGOSTO								Os últimos dias antes da FESTA								
NOMES	PROFISSÃO	6 S	7 D	10 F	13 S	14 D	18 F	20 S	21 D	27 S	28 D	4 S	5 D	11 S	12 D	18 S	19 D	25 S	26 D	1 S	2 D	8 S	9 D	15 S	16 D	22 S	23 D	29 S	30 D	1	2	3		

## «Avante!» com a venda antecipada da EP!

O processo de venda antecipada das EP's - Entradas Permanentes na Festa do «Avante!» - está a decorrer em bom ritmo, sendo-nos já possível apresentar um gráfico da evolução de vendas registadas até ao momento por diversas organizações do PCP.

De Norte a Sul do país, cada organização definiu os seus objectivos próprios para esta campanha de venda antecipada de EPs, uma ajuda à construção da «Festa!» e uma manifestação de solidariedade para com esta iniciativa política, cultural e desportiva.

Prioridade absoluta na preparação da Festa do «Avante!» deste ano é resolver esta questão: aumentar substancialmente o número de EPs - Entradas Permanentes na «Festa!» - vendidas antecipadamente.

Cabe às organizações do PCP a responsabilidade de dinamizarem e promoverem a venda militante da EP para que esse objectivo fundamental para a Festa do «Avante!» seja conseguido. Não se trata de uma questão menor. Já dissemos aqui que só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs facultará atempadamente os meios necessários ao Partido para concretizar todos os complexos e dispendiosos trabalhos preparatórios da «Festa!». A receita obtida com a venda antecipada das EPs funciona como seguro de vida da própria «Festa!».

A realização de porta-a-porta por brigadas especificamente constituídas para a promoção da venda antecipada da EP, o aproveitamento de festas locais para a venda militante do bilhete de ingresso na Festa do «Avante!», a venda da EP nas diversas iniciativas do Partido e outras, a concretização de postos fixos em locais de grande movimentação de pessoas - estas são ideias para a promoção da venda antecipada da Entrada Permanente na «Festa!»

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país ou nas mãos de dezenas de milhares de activistas.

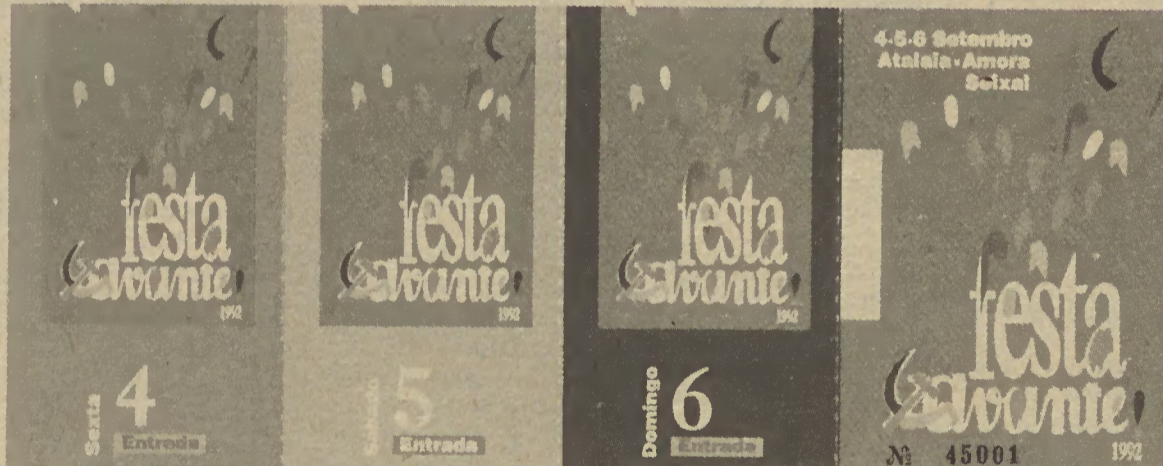
SECTORES	0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	110%	120%	130%
AVEIRO						61							
BEJA		15											
BRAGA		17.5											
BRAGANÇA			23										
COIMBRA			20										
CASTELO BRANCO			17										
ÉVORA	5												
FARO		19											
GUARDA	11												
LEIRIA			22										
LISBOA	7												
PORTALEGRE		17.5											
PORTO	6												
SANTARÉM			26										
SETÚBAL			26										
VILA REAL						60							
VISEU				40									
EMIGRAÇÃO		20											
MULHERES		20											
JCP		13.5											
CÉLULA FESTA		20											
S. SINDICAL			26										
MILITANTES			28										

Uma Entrada Permanente na Festa do «Avante!» custa mais ou menos o mesmo, ou até bastante menos, que o preço de entrada de um vulgar bilhete para um único espectáculo musical. Uma única EP permite assistir a todos os espectáculos musicais da Festa do «Avante!» que só nos palcos principais são para cima de uma vintena e que vão da música tradicional portuguesa a diversas formas de expressão da música internacional, passando pelo rock ou pelo jazz, mas atenta também a linguagens e estilos específicos que em Portugal muitas vezes não encontram outro espaço de apresentação.

Mas uma EP possibilita também ao seu possuidor a visita a exposições que mostram o nosso país, ou o acesso a restaurantes com a melhor gastronomia nacional e internacional.

Com a EP pode assistir-se a provas desportivas ou a jogos tradicionais que decorrem na Atalaia, ir ao teatro, participar em debates, dar um pé de dança sob os mais variados ritmos.

Compre já a sua EP!



30 de Agosto  
Quinta da Atalaia

Compre já a tua EP, ingresso e título de solidariedade para com a Festa do «Avante!»

1.º Prémio:  
Duas viagens à Tunísia  
em colaboração com Agiturismo



2.º Prémio:  
Câmara de filmar vídeo modelo SV500/Super VHS

3.º Prémio:  
50 contos em livros em colaboração com a CAMIÃO



## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Os resistentes

Juntaram-se em Lisboa. Um coração que foi motor da História. Pois, meus amigos, a televisão nem lá foi! A memória, ficou mais que evidente, ainda está incomodando muito gente...

## Perfil

Estava num banco estatal. Mas já não está. O tal achou melhor bocado num banco privado. Depois uma empresa industrial apareceu. E o tal lá vai de carreirinha. Enfim, trata da vidinha. Ninguém lhe leva a mal.

## Adeus, falcão

Desceu dos altos céus o furacão de olho, nariz e unha. Majestoso, desceu. Era um falcão. Era o Falcão e Cunha.

Todo ele cativo de amor ao colectivo. Queria servir a causa posta em causa. Feria a espada lume ao calor da alma inquieta. Envolvia-o o incenso e o perfume do mago, do profeta. Dizem agora que se vai embora. E tem razão, em vista da hora que se alcança. Isto de ser idealista com um raio, também cansa!

Depois as migas, as figas... As intrigas... Eu cá como não sou de intrigas calo-me já.

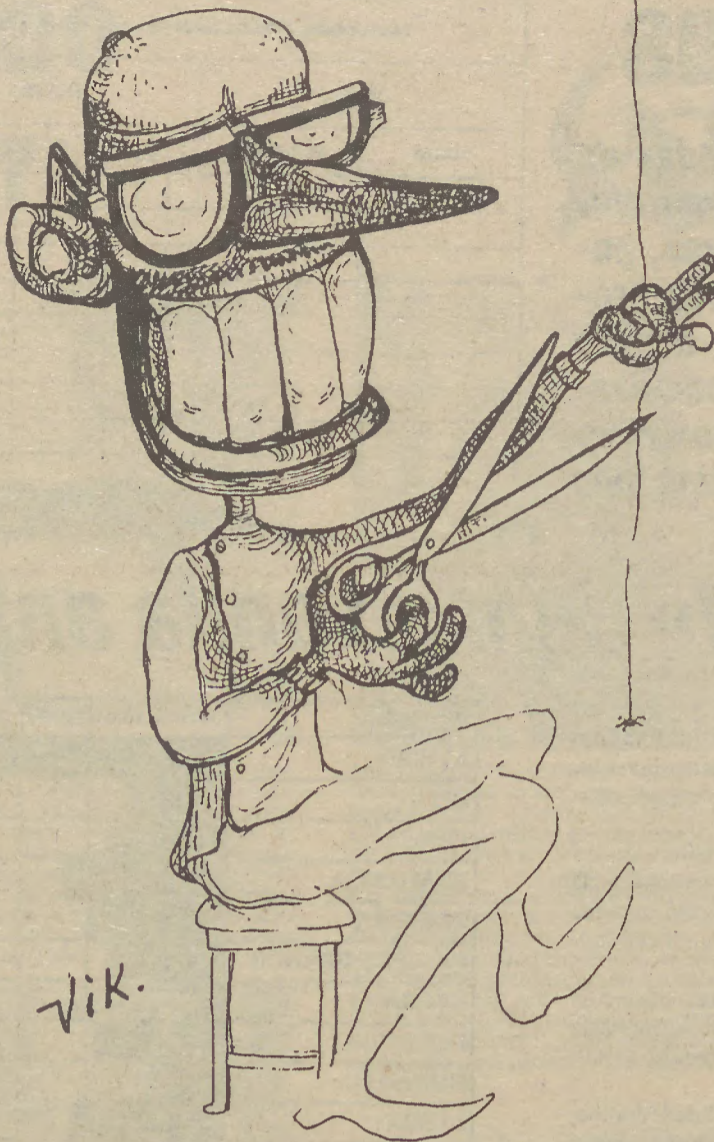
## Reyno csçelestial

A imprensa febril mil colunas amanhã com a desgraça da corrupção que grassa pelo Brasil pela Espanha...

E em Portugal? Homessa! Nem mêm falem nessa. Cá é tudo impoluto. Pelo menos assim reza o estatuto do governo, do banco, da empresa...

Tirem daí a ideia. Palavra. É tudo tão, tão, tão de veludo que inté chateia!

## Incrível!



## Frases

Enquanto os propagandistas cá do burgo se esforçam por valorizar a frase de Cavaco Silva em Estrasburgo de que Portugal vai colaborar com a presidência britânica das Comunidades, "mas não vai deixar de defender os seus interesses, incluindo os que dizem respeito ao fundo de coesão" (o que deve ter posto os ingleses a tremer), ninguém deu importância ao resto do discurso, onde o Primeiro-Ministro português afirma logo de seguida, e sobre a mesma questão da presidência inglesa, que "Portugal tem apenas cooperação para dar" e "deseja que não haja outro não ao Tratado de Maastricht porque isso faria diferença".

O que, de certeza, não faz diferença aos "grandes" da Comunidade é um Primeiro-Ministro destes...

## Obscuro

Entretanto, cá dentro, o Primeiro-Ministro já consegue engrossar a voz, até contra o Presidente da República. Enquanto dizia para os ingleses que "só tem cooperação a dar", em Portugal considerava "obscuras" as dúvidas levantadas pelo Presidente da República sobre a "Lei dos Disponíveis" da Função Pública, sustentando, num documento de 50 páginas e repetidas vezes, que os argumentos de Mário Soares "não são admissíveis" ou "não têm razão de ser". Portanto, o que apenas é

"admissível" e "tem razão de ser" é o que passa pela cabeça do Governo, nomeadamente o direito de despedir indiscriminadamente. Do ponto de vista democrático, isto é mais que obscuro, é negro...

## Cilmeiros

Enquanto os sete países mais ricos se reúnem em Munique para negociar a melhor maneira de explorar o mundo em geral, cá fora, nas ruas, sucedem-se as manifestações contra a cimeira, o que levou as autoridades alemãs - tão hesitantes a travar violências neonazis - a ordenar a repressão brutal destes protestos pacíficos. A tal ponto que a polícia anunciou que, só anteontem, prendeu cerca de 500 pessoas, um número que levou à saturação das celas disponíveis na cidade, e que passa a constituir novo recorde de detenções num só dia.

São assim, os poderosos. Se os protestos lhes contestam o poder ou os interesses, a resposta é a violência, seja contra pacíficas manifestações de rua ou, até, a expressão democrática dum referendo, como se viu com o caso da Dinamarca. Entretanto, o que estes "democráticos" senhores da Terra conseguiram, para já, concretizar na sua cimeira foi, nem mais nem menos, o porem-se de acordo em ameaçar as Nações Unidas, no sentido destas permitirem uma intervenção militar na Jugoslávia.

Eles não espancam apenas na rua... querem fazê-lo em todo o lado.

## O preocupado

Mira Amaral, ministro da Indústria, anda preocupado com a liberalização de sectores dominados pelo Estado, como as telecomunicações, energia, transportes e água, devido ao comportamento desleal dos concorrentes estrangeiros para com a indústria portuguesa. E explicou, num encontro realizado na Associação Industrial Portuguesa, que "muitos dos países comunitários só vão abrir os mercados públicos em teoria, mas na prática não o farão". Mais: "Podemos cumprir escrupulosamente directrizes comunitárias do 'dossier' já elaborado pela Comissão Europeia e abrir os nossos mercados, mas os outros abrem-nos no 'papel' e na prática não o fazem". Esta "preocupação" de Mira Amaral deve ser a anedota do mês: olhem só o que aconteceu com a Petrogal, que este belo Governo decidiu privatizar porque privatizar é que é bom, e que está em vias de acabar nas mãos da empresa francesa "Total", que é... nacionalizada, o que leva à curiosa situação de termos sectores estratégicos da economia portuguesa que, na óptica do Executivo de Cavaco Silva, não devem estar nas mãos do Estado português, mas até já podem ser controladas, não apenas pelo capital monopolista, mas também por um Estado estrangeiro...

## frases da Semana

"Quimigal vende-se"  
\*\*\* (Título do «Público» - 6.07.92)

"Privatizações: compradores procuram-se"  
\*\*\* (Título do «Dinheiro», suplemento d'«O Independente» - 3.07.92)

"O Ministério das Finanças teme pelo sucesso das futuras privatizações. Numa tentativa «desesperada» para evitar o fracasso, Elias da Costa vai procurar compradores junto de empresários portugueses radicados no estrangeiro"  
\*\*\* (Idem)

"British Aerospace ataca OGMA"  
\*\*\* (Título in «Semanário» - 4.07.92)

"Negócios caem em Maio"  
\*\*\* (Título do caderno «Economia» do «Expresso» - 4.07.92)

"Comércio vende menos"  
\*\*\* (Idem)

"Produção industrial abrandando..."  
\*\*\* (Idem)

"Exportações para Espanha diminuem"  
\*\*\* (Idem)

"O antigo cinema Monumental foi comprado pelo Abu Dhabi Investments Authority"  
\*\*\* (Título in «Semanário» - 4.07.92)

"Os árabes querem investir mais em Portugal. O xeque Albaharna, representante do Emir do Bahrein (...) disse que vão investir essencialmente no Turismo, Imobiliário e Indústria"  
\*\*\* (Idem)

"Figura do grande apaziguador e homem de consensos político-económicos alargados são os epítetos que melhor se coadunam com a imagem que Miguel Cadilhe tem transmitido de si próprio."  
\*\*\* («Dinheiro», suplemento d'«O Independente» - 3.07.92)

"Megabanco para Cadilhe / Miguel Cadilhe foi convidado por Cavaco Silva e Braga de Macedo para substituir João Salgueiro, no Fomento"  
\*\*\* (Título in «Semanário» - 4.07.92)

"Explosão nos iogurtes"  
\*\*\* (Título in caderno «Economia» do «Expresso» - 4.07.92)57

**Sexta, 10**

## ● LISBOA

Reunião de camaradas da Portucel - da CT, delegados e dirigentes sindicais. Às 18.30, no Centro de Trabalho da Avenida Duque de Loulé.

Convívio no Terraço do Vitória. Música ao vivo pelo conjunto E.V.F. À noite.



Pompílio Ferreira, José Maria.

## ● ALCABIDECHE

Reunião de militantes - no CT às 21.00.

**Sábado, 11**

## ● MATOSINHOS

Movimento Associativo, Desporto e Poder Local - debate promovido pela Comissão Concelhia de Matosinhos, no salão nobre da Junta de Freguesia, com a participação de Carlos Rabaçal, António Filipe,

## ● PORTO

Convívio-sardinhada no Centro de Trabalho da R. Barão de S. Cosme, a partir das 16.30, promovido pela Comissão de Freguesia e pela Direcção da Organização das Ribeirinhas.

## ● PAIO PIRES

Plenário de militantes da freguesia, para discussão da participação da Organização nas Festas Populares locais e na Festa do "Avante!". Às 15.30 no Centro de Trabalho.

## ● PAREDE

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Blaquí Teixeira.

**Quarta, 15**

## ● AMADORA

Sessão-debate promovida pela organização local do PCP com a participação do camarada Sérgio Ribeiro, deputado do Parlamento Europeu. Tema: o Tratado de Maastricht. No Auditório Municipal, às 21.30.

## ● ALCABIDECHE

Reunião de camaradas Reformados da freguesia - às 15.00 no Centro de Trabalho.

**agenda**

À sexta-feira  
no Terraço

**Noites do Vitória**  
esta semana:  
Música ao vivo  
com o conjunto E.V.F.

**Debates  
Matosinhos**

Salão Nobre da Junta de Freguesia  
Sábado, às 15.00

**Movimento Associativo,  
Desporto e Poder Local**

com Carlos Rabaçal • António Filipe  
• Pompílio Ferreira • José Maria

**Amadora**

Auditório Municipal  
4.ª-feira, às 21.30

**O Tratado de Maastrich**  
com Sérgio Ribeiro

# Vamos aproveitar



*Construir a Festa!*

**o fim-de-semana**

## Televisão

### Quinta, 9

#### Canal 1

07.30 Notícias  
08.10 O Menino Doutor  
09.10 Rua Sésamo  
09.40 A Ilha do Tesouro  
11.10 Passerelle  
11.35 A Memória do Mundo  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Azimutes  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Primavera Perdida  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Rock Steady  
17.00 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.30 Meu Bem, Meu Mal  
21.35 Chefe, Mas Pouco  
22.05 Viagem de Terror  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate  
00.45 Bandidos da Falange

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zona Perigosa  
12.25 Curso de Francês  
12.40 Circo  
12.55 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Mary Tylor Moore Show  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.20 Recreio do 2  
17.20 Em Busca de...  
17.45 Francofolia  
18.25 A Jóia da Coroa  
19.30 Aventura do Conhecimento  
20.00 Música no 2  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almanaco  
21.40 Meia Volta, Volver  
22.05 Corrida TV

### Sexta, 10

#### Canal 1

07.30 Notícias  
08.10 O Menino Doutor  
09.10 Rua Sésamo  
11.00 Notícias  
11.10 Passerelle  
11.35 A Memória do Mundo  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Novos Exploradores  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Saias Acima  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Rock Steady  
17.00 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.30 Meu Bem, Meu Mal  
21.35 Beer - A Dificuldade da Escolha  
(ver «Filmes na TV»)  
23.25 Mamma Mia  
23.35 24 Horas  
00.10 Remate  
00.40 A Cólera do Indomável  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Inglês  
12.40 Circo  
12.50 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Mary Tylor Moore Show  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.05 Burlescos  
17.10 Grandes Desastres  
17.50 Francofolia  
18.25 A Jóia da Coroa  
19.30 Richard Strauss  
20.00 Como Nasce um Herói  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Marlenken

22.40 Riacho Doce  
00.10 Rotações  
01.10 Schultz & Schultz

### Sábado, 10

#### Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Notícias  
13.15 Águia - A Majestade de um Predador  
14.15 A Esfera Ki  
14.40 Marés Vivas  
15.25 Michael Bolton na Suécia  
16.15 Don Camilo e as Eleições  
(ver «Filmes na TV»)  
17.50 No Coração do Kremlin  
18.45 O Regresso do Irlandês  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.35 Casa Cheia  
22.20 Araçonga  
23.15 Relatório ao Comissário  
(ver «Filmes na TV»)  
01.15 Contradições

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
13.00 Agarra o 2  
14.15 Grande Hotel  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Eldorado  
19.35 Acoustic Joan Armatrading  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Riacho Doce  
01.10 As Teias da Lei

### Domingo, 12

#### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.35 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 O Clube dos Seis  
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic  
14.35 Top +  
15.35 A Festa  
(ver «Filmes na TV»)  
17.14 Hooperman  
18.05 Carol Burnett Show  
19.00 As 100 Vidas do Pirata Negro  
20.00 Jornal de Domingo  
20.50 Araçonga  
22.25 Domingo Desportivo  
23.05 Luta Livre Americana  
23.55 No Calor da Noite

#### Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 O Desafio do Mar  
10.55 Regiões Magazine  
12.00 Agarra o 2  
12.55 Anarquistas Graças a Deus  
13.45 Troféu  
19.30 Terror  
20.15 Na Pista da Droga  
21.00 Nós Dois  
21.35 Artes e Letras - «Francis Bacon»  
22.30 Eu Ouvi o Canto das Sereias  
(ver «Filmes na TV»)  
00.05 Tauromaquia

### Segunda, 13

#### Canal 1

07.30 Notícias  
08.10 O Menino Doutor  
09.10 Rua Sésamo  
10.05 Prince  
11.05 Passerelle  
11.30 A Memória do Mundo  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Um Oceano de Sonhos  
14.00 Brinca Brincando

14.35 O Pinga-Amor  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Peter's Pop Show  
17.00 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.40 Jogos sem Fronteiras  
23.15 A Guerra Privada de Cleo Spearfield  
00.25 24 Horas  
01.00 Remate  
01.15 O Contrato  
(ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Alemão  
12.40 Circo  
12.55 Gerações  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Mary Tylor Moore Show  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 O Cavalo de Fogo  
17.00 A Trilogia Afegã  
17.50 Francofolia  
18.20 A Jóia da Coroa  
19.20 Dramazine  
19.50 O Brilho da Dança  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Acerto de Contas  
22.40 Bailado

### Terça, 14

#### Canal 1

07.30 Notícias  
08.10 O Menino Doutor  
09.10 Rua Sésamo  
10.05 Lloyd Cole  
11.10 Passerelle  
11.35 A Memória do Mundo  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Gente de Má-Nota  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Peter's Pop Show  
17.00 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.30 Meu Bem, Meu Mal  
21.40 Jogo Limpo  
22.35 Primeira Página  
23.40 Uma Vida dos Diabos  
00.10 24 Horas  
00.45 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 Zona de Perigo  
12.20 Curso de Francês  
12.55 Gerações  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Mary Tylor Moore Show  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Júri  
17.50 Francofolia  
18.20 A Jóia da Coroa  
19.20 Cinemazine  
19.50 A Caminho de Barcelona  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Os Tarados de Sherwood  
22.10 O Cavalo do Orgulho  
(ver «Filmes na TV»)  
23.40 Pop Off

### Quarta, 15

#### Canal 1

07.30 Notícias  
08.10 O Menino Doutor  
09.10 Rua Sésamo  
10.05 Deixem-nos Viver  
11.00 Quem Ama não Mata  
11.30 A Memória do Mundo  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca, Brincando  
14.35 Prefere-se Experiência...  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Peter's Pop Show  
17.15 Brinca Brincando  
17.45 Rua Sésamo

18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.25 Telejornal  
20.20 Desenhos Animados  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.20 Vamos Jogar no Totobola  
21.35 Os Comandos da Noite  
(Ver «Filmes na TV»)  
23.30 24 Horas  
00.25 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Inglês  
12.35 Circo  
12.50 Gerações  
13.15 Agora, Escolha!  
14.00 Mary Tylor Moore Show  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2

16.30 O Caminho das Estrelas  
17.20 Mulheres no Mundo  
17.50 Francofolia  
18.20 A Jóia da Coroa  
19.25 TV Artes  
20.00 O Homem e a Música  
21.00 Jornal das Nove  
21.40 Corrida de Touros  
23.10 Sinais do Tempo  
24.00 Cassidy

## Filmes na TV



Greta Garbo na RTP: «Grande Hotel» esta semana, «Ana Karenina» dentro de dias

#### Primavera Perdida

«Eric», (EUA/1975). Realização de James Goldstone. Interpretação de John Savage, Patricia Neal, Claude Atkins, Sian Barbara Allen, Mark Hamill. Cor, 98 minutos.

Telefilme de qualidade superior à média, este melodrama retrata a história verídica de um jovem atleta, Eric Lund, que, fatalmente atingido pela leucemia, se recusa a desistir. O argumento é baseado no livro publicado pela mãe de Eric, Doris Lund, e tem duas excelentes interpretações de John Savage e Patricia Neal.

Quinta, 14.35, Canal 1

#### Saias Acima

«Carry On... Up Khyber», (Gr.Br./1968). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Roy Castle, Joan Sims. Cor, 86 minutos.

É, se ainda não repararam, mais um dos «Com jeito vai...». Com as péssimas referências do costume.

Sexta, 14.35, Canal 1

«Beer - A Dificuldade da Escolha «Beer», (EUA/1985). Realização de Patrick Kelly. Interpretação de Loretta Swift, Rip Torn, Kenneth Mars, David Allen Grier, William Russ. Cor, 80 minutos.

Uma jovem executiva de uma agência de publicidade de Madison Avenue, em Nova Iorque, descobre as motivações ideais para uma campanha de promoção de uma marca de cerveja. As referências não são particularmente entusiasmantes em relação a esta comédia, pouco mais do que idiota, nem às qualidades, ao que parece «afrodisíacas», da dita cerveja.

Sexta, 21.35, Canal 1

#### A Cólera do Indomável

«Slaughter's Big Rip-Off», (EUA/1973). Realização de Gordon Douglas. Interpretação de Jim Brown, Ed McMahon, Brock Peters, Don Stroud, Gloria Hendry, Richard Williams. Cor, 90 minutos.

A excelente interpretação do actor negro Jim Brown contrasta com o nivelamento, por baixo, deste thriller realizado por um roteirista e, tantas vezes, brilhante veterano de Hollywood, com um argumento que conta a história da perseguição violenta de um ex-boina verde contra uma quadrilha de gangsters, fazendo justiça pelas próprias mãos. Pelos vistos, o «género» passou a ser típico das sextas-feiras «pela noite dentro», na RTP.

Sexta, 00.40, Canal 1

#### Grande Hotel

«Grand Hotel», (EUA/1932). Realização de Edmund Goulding. Interpretação de Greta Garbo, John Barrymore, Joan Crawford, Wallace Berry, Lionel Barrymore, Lewis Stone, Jean Hersholt. P/B, 111 minutos.

Enfim, o primeiro e único (!) grande filme da semana, infelizmente programado para numa hora de calor e praia. Produzido por Irving Thalberg, com uma brilhante realização de Edmund Goulding, o argumento original deste filme, baseado na peça teatral de Vicki Baum, já foi trabalhado bastas vezes para outros filmes e, até, para uma comédia musical da Broadway. O enredo narra o quotidiano de um hotel de luxo, em Berlim, pelo qual passam as histórias das mais diversas personagens, desde uma bailarina solitária (Greta Garbo) ao seu amante ladrão de jóias (John Barrymore), passando por um moribundo (Lionel Barrymore), uma estenógrafa ambiciosa (Joan Crawford) e um tenaz homem de negócios (Wallace Berry). Vencedor do Oscar para

o Melhor Filme do Ano, é este um magnífico exemplar de um «período de ouro» do cinema norte-americano, além de um festival de bem representar. A não perder.

Sábado, 14.14, Canal 2

#### Don Camilo e as Eleições

«Don Camillo e l' Onorevole Peppone», (It./1955). Realização de Carmine Gallone. Interpretação de Fernandel, Gino Cervi, Claude Silvain, Leda Gloria. P/B, 94 minutos.

Terceiro episódio da «série» inaugurada pelo realizador Julien Duvivier, a ausência deste, substituído por um mediano realizador italiano, torna-o um filme alguns furos abaixo dos dois anteriores, com um excesso de gags que o prejudicam. Desta vez, os «conflitos» entre o pároco e o presidente da câmara comunista têm como pano de fundo um movimentado período eleitoral. Mas, como é de bom tom nestas fitas, tudo termina em bem, ou seja, ambos permanecem firmes nas suas convicções - o que, diga-se de passagem, não é nada habitual nos dias que correm...

Sábado, 16.15, Canal 1

#### Relatório ao Comissário

«Report To The Commissioner», (EUA/1974). Realização de Milton Katzeles. Interpretação de Michael Moriarty, Yaphet Kotto, Susan Blakeley, Hector Elizondo, Tony King, Richard Gere. Cor, 108 minutos.

Alternando entre o forte tom realista próprio dos thrillers do cinema americano e as emoções exacerbadas do melodrama - o que contribui para o seu desequilíbrio formal e alguma inverosimilhança da história - o filme narra os meandros do poder policial corrupto no meio da violên-



# a talhe de FOICE

## Gaba-te cesto!

Seis meses de contenção verbal parecem ter feito mal a Cavaco Silva. Apagadas as luzes dos holofotes europeus, dir-se-ia que o homem sentiu um frio nos ossos, um aperto no estômago, um nó na garganta. Há quem lhe chame síndrome da ribalta e quem reduza a questão a manias de grandeza. No caso vertente, tanto faz.

O certo é que o primeiro-ministro, terminada a presidência europeia, desatou a dizer incongruências. Ou, melhor dizendo, mais incongruências do que de costume.

A gente já lhe tinha ouvido dizer que Portugal era o melhor dos mundos, o PSD o supra-sumo dos partidos e o Governo a quinta-essência dos executivos. Mas mesmo assim, ninguém estava à espera que perdesse por completo a noção da decência e saísse a terreiro armado em imperador à espera de vassalagem.

O facto é que saiu.

Anda por aí a fazer o balanço da presidência da CEE e não se coíbe de dizer coisas tais como:

"Portugal, país pequeno, com economia ainda fraca, em tempo de complexidade difícil de igualar, surpreendeu a Europa". Que é como quem diz, olhem pr'a mim, ao leme desta casca de noz, a dar lições ao mundo.

Das duas, uma: ou os serviços de apoio de Cavaco lhe andam a inventar recortes de jornais, ou o homem passou-se. É que a generalidade da imprensa europeia, na hora dos adjectivos, não foi além do "tímido", "discreto", "cauteloso", o que está longe de dar motivos para embandeirar em arco. Mesmo a imprensa nacional, mástriste com a encomenda do que outra coisa, teve de reconhecer que nesta coisa dos sucessos, enfim, não é verdade, mãos largas mesmo só o zé povinho, que diz do que não sabe e dá do que não tem.

Se o delírio de Cavaco fosse só em Portugal, ainda vá que não vá. O pior é que a coisa já transpirou. Os 'nuestros hermanos' foram os primeiros a sofrer o impacte, quando leram no 'Diário 16' a afirmação de Cavaco Silva sobre a presidência britânica, que "não vai conseguir impor umas perspectivas financeiras que sejam rejeitadas pelos outros parceiros". Se nos lembrarmos que, mesmo sem ter a presidência, os britânicos obrigaram Felipe Gonzalez a voltar a casa de mãos a abanar, há que convir que esta é forte. É de admitir que por esta altura os espanhóis estejam surpreendidos, o duvidoso é que seja pelo brilhantismo cavaquista.

O resto da Europa também não perdeu pela demora. Em Estrasburgo, onde foi discursar ao Parlamento Europeu, a modéstia do primeiro-ministro passou despercebida. Algumas línguas mais viperinas andam até por lá a interrogar-se se nós, por cá, não temos avozinhas que nos gabem.

Coitados deles, os nossos parceiros europeus, que nem sabem o que lhes está reservado! Esperem só até ouvirem Filipe La Féria ou Mega Ferreira a falar da Expo-98. O primeiro, modestíssimo, garante que "Portugal está pronto para dar novos mundos ao Mundo"; o segundo, não faz a coisa por menos e diz que a exposição vai avançar "com a mesma determinação que permitiu, há 500 anos, a Vasco da Gama alcançar a Índia".

Para compor o ramallete só falta Deus Pinheiro, a clamar a necessidade "imperiosa" de corrigir algumas disposições comunitárias, cujo espírito terá sido subvertido por leituras burocráticas da letra, pois nunca terá passado pela cabeça de ninguém "a ideia de que os preservativos teriam de ter todos a mesma dimensão".

Senhores, isto não é uma classe política, é um colosso.

AF

## ÚLTIMAS

# CGTP encontrou-se com PS e PCP Convergência contra a lei antigreve

Embora com posições diferentes quanto a uma possível greve geral, delegações do PS e do PCP manifestaram à CGTP-IN a sua condenação das propostas do PSD e do CDS para a revisão da lei da greve, agendadas para debate na Assembleia da República no dia 16 de Julho, véspera do encerramento da sessão legislativa.

Para ontem, a Intersindical Nacional tinha marcada uma audiência com o Presidente da República. «Por aquilo que temos ouvido do Presidente da República quanto à preocupação no que concerne às violações e às limitações que estão a ser feitas aos direitos dos trabalhadores, pensamos que não poderá deixar de haver alguma sensibilização do PR para este tema» - afirmou aos jornalistas o coordenador da central no final do encontro com o PCP.

### Em três frentes

Manuel Carvalho da Silva recordou que a CGTP « neste momento desenvolve uma acção em três frentes » para defender o direito à greve: o esclarecimento dos trabalhadores, a sensibilização da opinião pública e a sensibilização das forças políticas e das instituições. « Todos os argumentos que aqui apresentámos são no sentido de um muito forte não à revisão da lei da greve, porque ela seria profundamente limitadora e tornaria vazio o próprio direito de greve », disse.

Questionado sobre a possibilidade de uma greve geral com a UGT contra a revisão da lei da greve, Carvalho da Silva referiu que « nós estamos a fazer tudo por tudo para concertar acções, temos propostas feitas e desejamos que as coisas evoluam positivamente ». « Pela nossa parte, estamos a trabalhar para a concretização de uma greve geral, se a ofensiva se mantiver, e é nosso empenho que seja uma greve geral de todos os trabalhadores e de todas as organizações sindicais », disse o dirigente da CGTP.

Carvalho da Silva reconheceu que « não é fácil fazer uma greve geral no período de férias », contrapondo que « também é verdade que o Governo está a agir de má-fé, afrontando os trabalhadores, criando mecanismos que limitem a sua intervenção; portanto, temos que reunir todos os mecanismos e todas as formas de cada mecanismo possível para que se possa realizar essa luta global dos trabalhadores no caso de a ofensiva se manter ».

### Alteração irrealista

Álvaro Cunhal considerou que o encontro com os sindicalistas « foi uma reunião de muito interesse », realçando que foi dada « informação muito pormenorizada sobre as posições da CGTP acerca das questões mais importantes que hoje afectam os trabalhadores, designadamente a lei anti greve ».



Américo Nunes, Fernando Loureiro, Carvalho da Silva, Manuel Lopes e Carlos Trindade, da Comissão Executiva da CGTP, integraram a delegação que segunda-feira foi recebida no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes por uma delegação do PCP constituída por Rosa Rabiais, Álvaro Cunhal, Domingos Abrantes e Vidal Pinto

Reafirmando o empenho do PCP no combate à revisão da lei da greve, o secretário-geral do Partido manifestou a opinião de que a alteração da lei « pretende liquidar de facto o direito à greve », sublinhando que se trata de um projecto « irrealista » e que « não pode ser este o enquadramento da vida e da luta dos trabalhadores ». « É um absurdo pensar que, no caso de ser aprovada a revisão, as coisas se passariam como a lei pretendia » - disse Álvaro Cunhal, realçando que os projectos do PSD e do CDS contemplam « exigências que contrariam um direito fundamental dos trabalhadores e também os direitos e liberdades de todos os cidadãos » e que se trata de « uma ofensiva não apenas em matéria laboral, mas em matéria de democracia política ».

« Estamos com a CGTP na luta que ela trava para tentar que esta revisão da lei não vá por diante » - concluiu Álvaro Cunhal.

### PS

O encontro da Inter com a direcção do PS teve lugar anteontem. Segundo a Lusa, os socialistas manifestaram um apoio « claro e inequívoco » aos trabalhadores que contestam as alterações à lei da greve. A agência refere declarações de João Proença, dirigente do PS e da UGT, contestando a pressa do PSD em alterar a lei em vigor, mas admitindo que deve ser revista a regulamentação sobre serviços mínimos e requisição civil. João Proença disse ainda que o PS « não apoiará qualquer greve geral, porque a iniciativa cabe aos sindicatos ».

# Hospital de Covões sem verbas para pagamentos

Na sequência da visita do deputado comunista Luís Peixoto ao Hospital dos Covões, onde foi recebido pelo conselho de administração e pela comissão sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública, o parlamentar do PCP denunciou à imprensa diversas situações que afectam o funcionamento do hospital, em prejuízo dos trabalhadores, fornecedores e principalmente dos utentes, as quais serão objecto de requerimentos na Assembleia da República.

Entretanto, a célula dos comunistas do hospital divulgou um comunicado condenando as tentativas por parte do conselho de administração de criar um clima de medo, perseguição, terror e punição para os trabalhadores se calarem. « Não o conseguiram no passado e muito menos o conseguirão agora, uma vez que Portugal se rege por ideais democráticos e pluralistas », sublinha a nota. Congratulando-se pelo facto de o problema do lixo

no hospital estar em vias de resolução, com a compra de mais contentores e a sua colocação em local protegido e adequado, a célula dos comunistas afirma que « há mais lixo a ser tratado », exigindo o urgente saneamento financeiro do estabelecimento.

Para os trabalhadores comunistas, « não é com taxas moderadoras que se resolve o financiamento dos hospitais », assim como « não é com orçamentos baseados orçamento no anterior acrescido da falsa taxa de inflação pre-

vista pelo Governo que se resolvem os problemas ».

O texto acrescenta que « não é preciso andar na universidade para se concluir que com estes orçamentos a dívida dos hospitais aumenta de ano para ano e dificulta a gestão, a manutenção, tornando-se complicado fazer face às necessidades do dia-a-dia. As verbas atribuídas anualmente não chegam para pagar os ordenados ao pessoal, aos fornecedores de medicamentos de material de consumo clínico, géneros ali-

mentos, etc. »

Por outro lado, alerta a célula do PCP, « não há verbas destinadas a investimento para substituição do material já obsoleto e compra de outro que permita a aplicação de novas técnicas médicas ». Os trabalhadores comunistas protestam ainda pelo facto de os quadros de pessoal administrativo, operário e dos serviços gerais não serem alterados desde 1979, tendo os horários de trabalho passado entretanto de 44 para 36 horas semanais.

## Vitória da democracia

O presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público considerou a decisão do Tribunal Constitucional que « chumbou » o limite temporal do Procurador Geral da República « uma vitória do regime e da democracia portuguesa », refere uma nota da Lusa.

António Cluny referiu que « o sindicato foi a primeira entidade que alertou, e o Presidente da República teve a mesma percepção e desencadeou os mecanismos democráticos ».

Cluny explicou que da conjugação das duas

normas — fixação do mandato do Procurador Geral da República e nomeação de mais dois membros no Conselho Superior do Ministério Público, indicados pelo ministro da Justiça — resultava para o sindicato o receio de « governamentalização » e perda de « autonomia do Ministério Público ».

« Se uma delas não passou, foi importante », frisou o presidente. « Demonstra que a magistratura, quando toma determinado tipo de posição, não é em vão ».